

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2º Trimestre de 2021
MANAUS PREVIDÊNCIA







SUMÁRIO

1. Apresentação	4
2. Síntese Histórica	7
2.1 ManausPrev	7
2.2 A Manaus Previdência	8
2.3 Certificado ABNT NBR ISO 9001:2015	9
2.4 Estrutura Organizacional da Manaus Previdência	12
3. Imagem Institucional	12
3.1 Planejamento Estratégico	13
4. Dados dos segurados	17
4.1 Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas	17
5. Receitas	18
5.1 Valor da arrecadação de contribuições e outras receitas	18
6. Despesas	18
6.1 Resumo das folhas de pagamento, valor do pagamento de benefícios e outras despesas	21
6.2 Cumprimento do prazo de implantação do benefício em folha de pagamento	25
7. Evolução da situação atuarial	26
7.1 Evolução das Reservas Matemáticas – Reserva Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos – RMBC	28
7.2 Benefícios estruturados no Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura	30
8. Gestão de investimentos	34
8.1 Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos	34
9. Limites de Alçada	43
10. Publicação das atividades dos órgãos colegiados	45
10.1 Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo	45
10.2 Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal	47
10.3 Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos	49
10.4 Reuniões e principais decisões do Conselho Diretor	51
11. Atividades Institucionais	53
11.1 Gestão de pessoal	53
11.2 Gestão orçamentária e financeira (Relatório Circunstanciado)	55
11.3 Gerenciamento do custeio e contratos	67
11.4 Controles Internos	89
11.5 Cumprimento de decisões judiciais	96
11.6 Tecnologia da Informação	101
11.7 Atividades Psicossociais e de Educação Previdenciária	107
11.8 Concessão de Benefícios	117
11.9 Compensação Previdenciária	120
12. Canais de Atendimento	123
13. Conclusão	124





1. APRESENTAÇÃO.

O presente relatório de Governança Corporativa, norteado pelos princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*), responsabilidade social e eficiência no serviço público, foi atualizado a fim de fornecer informações que permitam aos segurados, aos beneficiários e à sociedade em geral, acompanhar as principais atividades da Manaus Previdência.

Destaca-se que a Manaus Previdência possui, desde 2006, a Certificação ISO 9001, que é uma Norma de Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) reconhecida internacionalmente e utilizada por organizações que desejam comprovar sua capacidade de fornecer produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes e a requisitos legais e regulatórios aplicáveis, com o objetivo de aumentar a satisfação do usuário por meio de melhorias de processo e avaliação da conformidade.

Em 2016, a Manaus Previdência conquistou um novo ciclo da Certificação ISO 9001:2008 e assegurou o 7º lugar no Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária realizado pela Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios (ANEPREM). Esse prêmio avalia ações pautadas nos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa e social dos participantes, sendo sua adesão facultativa e aberta aos mais de 2.000 (dois mil) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de todo o Brasil.

Em 2017, a Manaus Previdência conquistou o 4º lugar no Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, realizado, mais uma vez, pela Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios (ANEPREM), sendo a melhor capital em gestão previdenciária – à frente, inclusive, de todos os Estados da União. Ainda em 2017, recebeu o Troféu Destaque no Prêmio Qualidade Amazonas (PQA) da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), o qual avalia requisitos de Liderança, Estratégias, Planos, Cidadãos, Sociedade, Informações, Conhecimentos, Pessoas, Processos e Resultados. Também nesse ano, segundo o Relatório da ‘Força-Tarefa’ do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM) e do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC/AM), a Manaus Previdência foi considerada referência em





estrutura organizacional e modelo a ser seguido pelas demais entidades de RPPS do Amazonas.

Em 2018, obteve a manutenção da certificação ISO e a atualização para versão 9001:2015, além de ter sido apontada como modelo de gestão pela Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação, ligada à Secretaria do Tesouro Nacional.

Já em 2019, conquistou a certificação Pró-Gestão RPPS (Nível III) do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criado pelo Governo Federal por meio da Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017. Essa certificação tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e com a sociedade.

Também em 2019, alcançou o 1º lugar no Prêmio “Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária” – categoria 5, da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), prêmio que avalia 92 (noventa e dois) quesitos distribuídos em quatro categorias: Investimentos, Conselhos, Órgão Gestor e Ente Federativo. As exigências vão desde a comprovação da aplicabilidade de um regimento interno do RPPS até a aprovação das contas por parte de um órgão fiscalizador com essa finalidade.

Nesse mesmo ano, a autarquia conquistou a recertificação da norma ISO 9001:2015 e o 2º lugar do 10º Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, na modalidade Inovação, com o projeto “Pensando o Futuro”. Esse projeto que integra o Programa de Educação Previdenciária, teve início em 2018 a fim de preparar os adolescentes e jovens pensionistas da Manaus Previdência, com idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos incompletos, para o encerramento da pensão por morte, de modo que conheçam alternativas para o desenvolvimento pessoal e profissional.





Por fim, em 2020, a Manaus Previdência avançou mais um nível e conquistou a certificação Pró-Gestão (Nível IV) no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com essa conquista, Manaus torna-se a primeira capital brasileira a alcançar o nível IV da Certificação no Pró-Gestão RPPS, nível máximo em gestão previdenciária, recebendo, ainda, 5 (cinco) Boas Práticas de Gestão (BPG's). O certificado é válido por 3 (três) anos e o RPPS passará por auditorias anuais de supervisão com a empresa certificadora, sendo esta credenciada pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Ainda em 2020, a autarquia conquistou a recertificação na norma ISO 9001:2015 e o 1º lugar no Prêmio “Destaque Brasil de Investimentos” – categoria 3, da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), em que concorreram os entes com mais de 5.000 (cinco mil) ativos. O resultado comprova que a Manaus Previdência se consolida como Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) referência nacional em gestão de recursos.

Assim, feitas as considerações iniciais, ressaltamos que o conteúdo deste relatório é composto por dados relativos ao primeiro semestre de 2021, extraídos das informações gerenciais produzidas pelos setores competentes. Dessa forma, publica-se o relatório de Governança Corporativa como prestação de contas aos segurados e à sociedade, reforçando, assim, o compromisso da Manaus Previdência com a transparência e com a eficiência da gestão previdenciária.





2. SÍNTESE HISTÓRICA.

A Constituição Federal de 1988, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou a redação original do art. 40, assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, com caráter contributivo, observados critérios que preservassem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Após a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a redação do art. 40 passou a prever que o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos tenha caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

2.1. ManausPrev.

O Fundo Único de Previdência do Município de Manaus (Manausprev) foi criado em 21 de julho de 2005, por meio da Lei nº 870, com a finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência do Município de Manaus, garantindo os benefícios previdenciários aos segurados e dependentes do Sistema de Previdência Municipal. Era uma instituição para-administrativa, com natureza jurídica de serviço social autônomo.

À época, o Manausprev sucedeu o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social (IMPAS), extinto devido a uma norma de abrangência nacional, segundo a qual os serviços previdenciários deveriam ser geridos e prestados separadamente dos serviços de saúde. Com a extinção do Instituto, a Prefeitura de Manaus criou órgãos específicos para a saúde e para a previdência do servidor.

Entretanto, por funcionar como um ente de cooperação, o Fundo Único não encontrava respaldo constitucional e nem atendia às diretrizes do Ministério da Previdência Social, assim como do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), distorção essa que foi corrigida pela Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 2013, que extinguiu o Manausprev e criou a Manaus Previdência.





Antiga sede do Manausprev (foto: sítio do órgão)

2.2. A Manaus Previdência.

A Manaus Previdência foi criada na forma de autarquia pela Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 2013, integrante da administração indireta da Prefeitura de Manaus, dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com sede e foro em Manaus.

Em 2019, a Manaus Previdência passou a ser regida pela Lei nº 2.419, de 29 de março do mesmo ano. Essa lei definiu a nova estrutura organizacional da Manaus Previdência estabelecendo novas atribuições a cargos já existentes e mandato para o Conselho Diretor, entre outras providências.

A autarquia tem por finalidade gerir o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manaus (RPPS) e, vincula-se, para fins de controle finalístico, à Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação (SEMEF).





Atual sede da Manaus Previdência (foto: sítio do órgão)

2.3. Certificado ABNT NBR ISO 9001:2015.

A Manaus Previdência foi a primeira instituição municipal de previdência do país a obter o Certificado ABNT NBR ISO 9001:2004 fornecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que controla o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em 2006. Essa Certificação conferiu ao órgão o selo de qualidade na gestão de benefícios previdenciários aos servidores do município de Manaus, com o objetivo de garantir a satisfação dos beneficiários por meio da qualidade dos serviços prestados, gestão dos recursos financeiros e na melhoria contínua dos processos.



Desde então, a Manaus Previdência vem passando por auditorias anuais para a manutenção da referida certificação, procedimento repetido ao longo da vigência de 3 (três) anos do certificado da qualidade, bem como por auditorias de recertificação, que é um procedimento realizado ao final desse triênio.





Em 2013, o processo de auditoria foi realizado pela Fundação Vanzolini que, ao término da apreciação, concluiu pela aderência do órgão à norma de referência.

Em 2014, a empresa TÜV Rheinland realizou o processo de auditoria externa e recomendou a manutenção da certificação.

Em 2015, a Manaus Previdência realizou Concurso Público para o provimento dos cargos de Técnico e Analista Previdenciário (edital nº 01/2015) e Procurador Autárquico (edital n.º 02/2015), inaugurando o seu quadro efetivo. A partir de então, teve início a transição e substituição da equipe anterior pelos concursados, bem como a tomada de ações imprescindíveis para o bom andamento desse processo. Nesse contexto, por decisão estratégica da alta direção, naquele ano não houve a recertificação, postergando-se o evento para o próximo exercício, após o atendimento de todas as exigências legais e administrativas.

Em 2016, a Manaus Previdência obteve a Nova Certificação da ISO 9001:2008 por meio do processo de auditoria realizado pela Fundação Vanzolini recebendo a recomendação da certificação ao final da auditoria.

Em 2017, a Manaus Previdência recebeu a recomendação da manutenção da certificação ao final da auditoria feita pela empresa TÜV Rheinland.

Em 2018, ao término da auditoria realizada também pela empresa TÜV Rheinland, a Manaus Previdência recebeu a recomendação de manutenção da certificação ISO 9001, com transição aprovada para a versão 2015, a mais recente do sistema com validade até dezembro de 2019.

Em 2019, a autarquia passou pelo processo de auditoria realizada pela Fundação Vanzolini, em que recebeu recomendação à recertificação na norma NBR ISO 9001:2015, assegurando, assim, a continuidade dos processos de gerenciamento da qualidade. O certificado é válido até dezembro de 2021 e, nos dois anos subsequentes, a Manaus Previdência passará por auditorias a fim de manter a certificação.

Assim, em 2020, a autarquia passou, novamente, pelo processo de auditoria visando à manutenção da certificação na norma NBR ISO 9001:2015, cujo



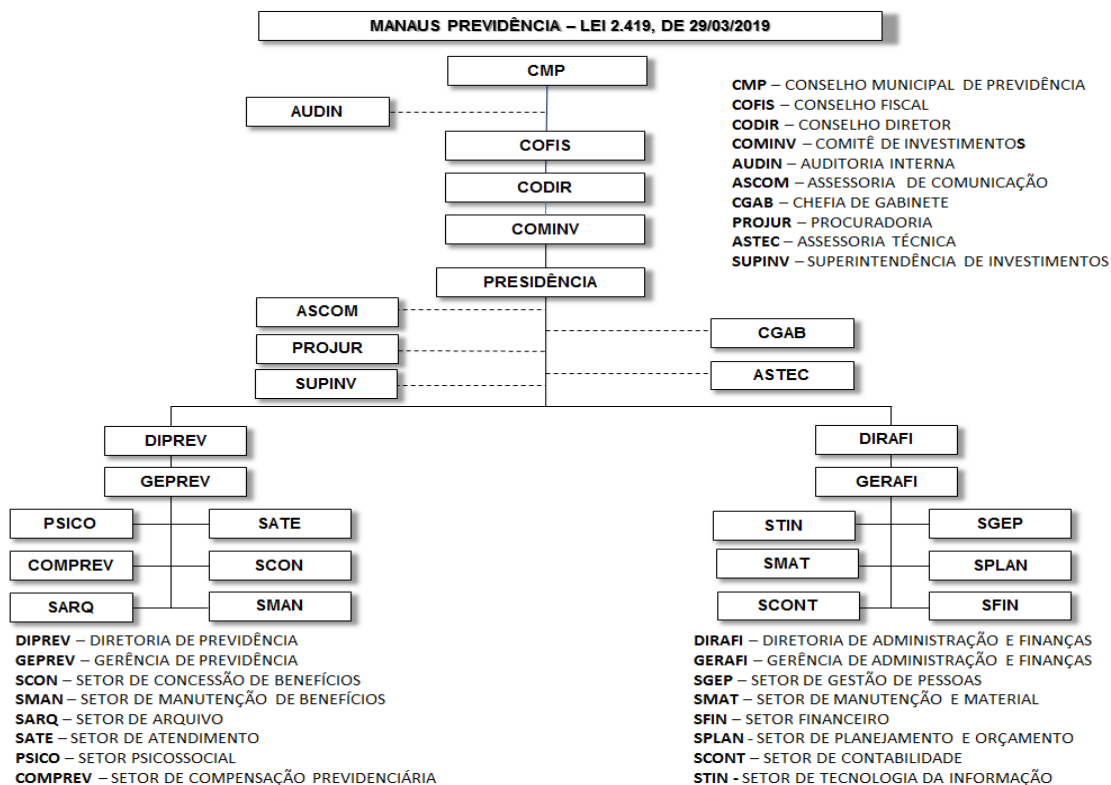
escopo é concessão, manutenção e revisão de benefícios (aposentadorias e pensões) para servidores públicos do Município e seus dependentes. A auditoria foi realizada pela Fundação Vanzolini que, após checagem dos procedimentos da Manaus Previdência, recomendou a manutenção da certificação ISO 9001:2015 com validade até 2021.



**Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade
(Recertificação na norma NBR ISO 9001:2015).*



2.4 Estrutura Organizacional da Manaus Previdência.



3. IMAGEM INSTITUCIONAL.

MISSÃO

Assegurar os direitos previdenciários aos segurados e dependentes, observando os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, contribuindo com a gestão fiscal e responsável do Município.

VISÃO

Transformar a Manaus Previdência em uma previdência digital acessível a todos os beneficiários até 2025.

VALORES

Transparência – Respeito – Probidade – Razoabilidade – Cooperação – Ética – Produtividade – Bons Serviços – Modernidade.



POLÍTICA DE QUALIDADE

Gerir com produtividade e bons serviços a Previdência Municipal, visando à satisfação dos beneficiários e à execução efetiva do plano de benefícios, melhorando continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade em atendimento às necessidades e expectativas dos segurados e das partes interessadas.

3.1 Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico da Manaus Previdência está pautado no eixo Estratégico “Eficiência em Gestão” delineado no Planejamento Estratégico da Prefeitura de Manaus (Manaus 2030), o qual visa “elevar o padrão da eficiência da gestão municipal” por meio da “Sustentabilização da Previdência Municipal”.

Nesse sentido, identificou-se que caberia atuar nos seguintes aspectos:

- I. Previdência Sustentável;
- II. Eficiência na Gestão;
- III. Desenvolvimento da Cultura Interna e do Crescimento Profissional.

Os Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEO) foram estabelecidos levando-se em consideração o diagnóstico situacional (análise dos ambientes interno e externo), alinhando-o às perspectivas do *Balanced Scorecard (BSC)*, a saber, Segurados e Financeiro/Orçamento transcritos como Resultados no Mapa Estratégico, Processos Internos e Aprendizado & Crescimento.

Para tanto, foram estabelecidos oito objetivos estratégicos organizacionais, quais sejam:

- 1 – Viabilizar com excelência os direitos previdenciários aos beneficiários;
- 2 – Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços previdenciários;
- 3 – Manter-se como instituição de referência nacional em gestão previdenciária;
- 4 – Otimizar os processos finalísticos, gerenciais e de apoio;





- 5 – Disseminar a Cultura Previdenciária entre os beneficiários do RPPS Municipal;
- 6 – Qualificar, desenvolver e valorizar os servidores;
- 7 – Prover um ambiente tecnológico moderno, seguro e de alto desempenho; e
- 8 – Fortalecer a imagem Institucional.

Por conseguinte, foram estabelecidas as iniciativas estratégicas com vistas a auxiliar no alcance dos objetivos estratégicos. Abaixo, apresentamos essas iniciativas, planejadas e desdobradas para cada Objetivo Estratégico Organizacional (OEO):

Plano de Gestão 2021 – 2025

Estratégias para o cumprimento dos OEO	
1	1.1 Manter o equilíbrio financeiro e atuarial.
	1.2 Gerir a carteira de investimentos com autonomia, a partir de decisões técnicas definidas em colegiado.
	1.3 Garantir a consistência da base cadastral.
	1.4 Fornecer subsídios técnicos para tomada de decisões que tenham impacto no RPPS, participando ativamente das ações da Prefeitura de Manaus, da Câmara Municipal e do Governo Federal (SPREV).
	1.5 Manter válido o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.
2	2.1 Priorizar mecanismos e processos que garantam a eficiência e celeridade dos serviços oferecidos pela Manaus Previdência aos beneficiários.
	2.2 Expandir e aprimorar as boas práticas de gestão implementadas.
	2.3 Fortalecer continuamente a referência da Manaus Previdência como instituição de excelência no atendimento de seu público interno e externo.
	2.4 Garantir acesso à informação de forma transparente e eficaz, atendendo à legislação vigente.
	2.5 Buscar a melhoria contínua nos mecanismos de acompanhamento e controle relacionados ao desempenho da carteira de investimentos.
3	3.1 Manter a certificação do Pró-Gestão no nível IV.
	3.2 Avançar nas classificações do ISP (Indicador de Situação Previdenciária).
	3.3 Participar de Premiações nacionais que avaliem grau de governança, transparência etc.
4	4.1 Avaliar periodicamente os fluxos dos processos administrativos para aperfeiçoar a integração e eficiência entre os setores.
	4.2 Monitorar e aperfeiçoar o controle dos prazos de contratos/convênios e aquisições para cumprimento do cronograma de pagamentos.
	4.3 Normatizar o processo administrativo no âmbito da Manaus Previdência.
	4.4 Acompanhar periodicamente a conformidade/ adequação dos prazos dos processos de concessão de benefícios, implementando as alterações que se fizerem necessárias.
	4.5 Cumprir o Programa Anual de Auditoria, expedindo as recomendações necessárias às diversas áreas auditadas, como forma de contribuir com o aprimoramento dos diversos processos.
	4.6 Avaliar periodicamente a necessidade de padronização das atividades, com a criação de procedimentos, manuais e instruções de trabalho, bem como revisar os documentos existentes.



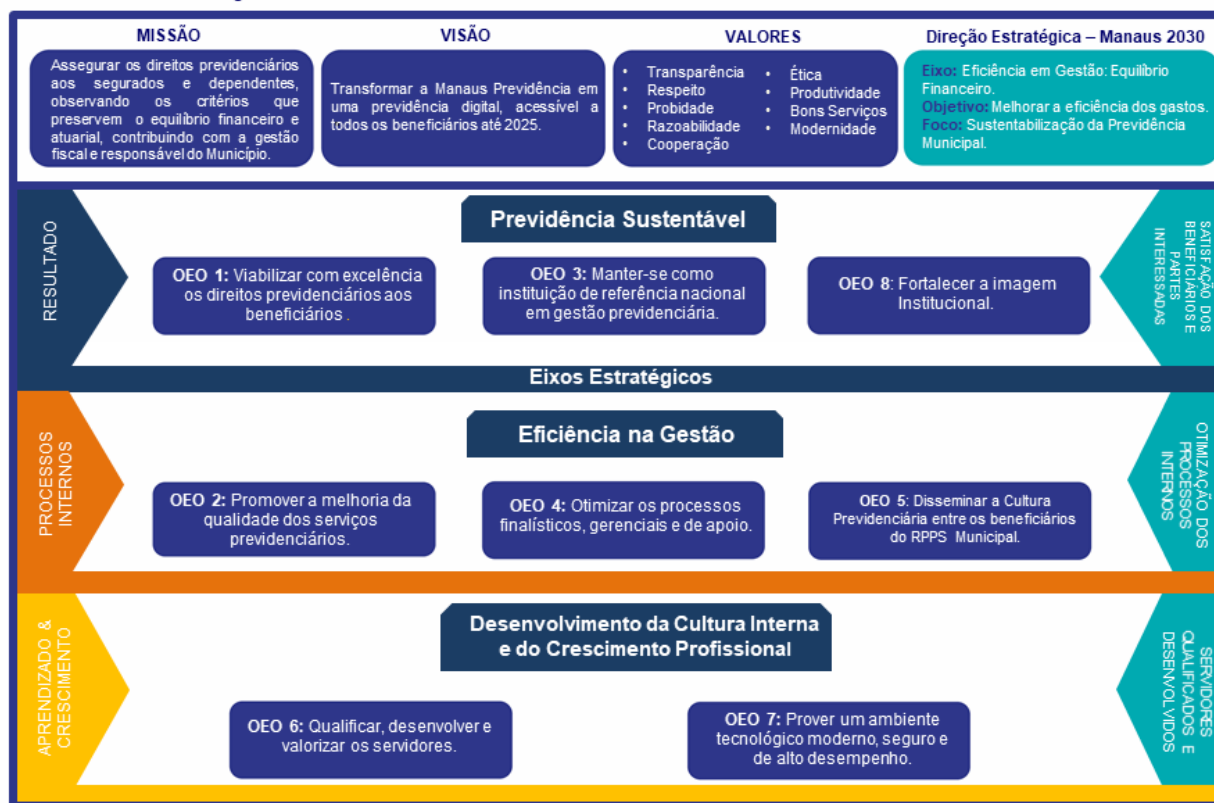


	4.7 Realizar avaliações contínuas dos fornecedores, com enfoque na manutenção da qualidade do serviço prestado durante todo o período contratual.
5	5.1 Consolidar e expandir o Programa de Educação Previdenciária e Financeira.
	5.2 Fortalecer o programa Manausprev Itinerante, no intuito de alcançar um público maior de participantes e aprimorar o treinamento de servidores de RH das Secretarias que atuam na instrução dos processos de aposentadoria.
	5.3 Divulgar os materiais de cunho promocionais em redes sociais, itinerante, portal, setor de atendimento, intranet etc.
6	6.1 Manter e aprimorar o Programa de Treinamento Anual, expandindo os cursos segundo novas necessidades e as metas de desempenho aos conselheiros e estagiários.
	6.2 Envolver os servidores nas tomadas de decisões por meio de uma gestão participativa.
	6.3 Dar preferência aos servidores da instituição para assumirem cargos de chefia.
	6.4 Avaliar periodicamente os servidores, fornecendo <i>feedback</i> sobre o desempenho e oportunidades de melhoria nas atividades que desenvolvem.
	6.5 Retomar ações de viabilização da aprovação do PCCR junto ao executivo.
	6.6 Consolidar o Programa de Saúde e Segurança, com o intuito de preservar a integridade dos servidores, colaboradores e do patrimônio público, minimizando os prejuízos, potencializando os resultados obtidos e se mantendo conforme as legislações.
7	7.1 Criar o Plano Diretor de TI.
	7.2 Aperfeiçoar as boas práticas de governança de TI.
	7.3 Adequar a Política de Segurança da Informação às legislações vigentes relacionadas ao acesso à informação e proteção de dados pessoais.
	7.4 Disponibilizar canal digital para o recenseamento remoto.
	7.5 Criar ambiente virtual de atendimento ao público e de solicitação de serviços.
	7.6 Dispor de uma alternativa computacional ao CPD no prédio anexo.
	7.7 Modernizar os equipamentos do CPD e das estações de trabalho.
	7.8 Adequar a sede da Manaus Previdência aos normativos definidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, com a consequente emissão do Habite-se.
	7.9 Prover mobiliário com melhores condições de conforto e ergonomia aos beneficiários.
	7.10 Equipar as salas de treinamento do prédio anexo com recursos didáticos e tecnológicos específicos para a realização dos cursos e oficinas.
	7.11 Contratar empresa de manutenção corretiva e preventiva para os prédios principal e anexo da Manaus Previdência.
8	8.1 Ampliar os canais de comunicação que possam influenciar no posicionamento da Manaus Previdência como uma instituição voltada para o aprimoramento de políticas públicas previdenciárias, assim como para a gestão de sua imagem e reputação junto a opinião pública, imprensa e partes relacionadas.
	8.2 Aumentar a quantidade de seguidores da Manaus Previdência nas redes sociais.
	8.3 Manter a realização de audiências públicas anuais no intuito de informar aos beneficiários e a população em geral sobre a situação da autarquia e fortalecer a Transparência Pública.
	8.4 Promover cursos/palestras que possibilitem o conhecimento das atividades desenvolvidas pela autarquia e a disseminação de conhecimento àqueles que necessitam.
	8.5 Participação em grupos/comissões/conselhos nas esferas municipal e federal com objetivo de contribuir e dar soluções às demandas que envolvam a previdência pública.

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/planejamento-estrategico/>



Mapa Estratégico 2021-2025

Direcionadores Estratégicos


OEO: Objetivos Estratégicos Organizacionais. **Lateral esquerda:** Perspectivas do *Balanced Scorecard* - BSC.

Lateral direita: Resultados esperados. Ao centro, os eixos estratégicos.

Os Planos Orçamentários para cada ação contemplada no Planejamento Estratégico estão previstos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, bem como nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA), estabelecidas nesse período e acompanhadas mensalmente pela presidência e demais gestores da autarquia.



4. QUANTITATIVO DE SEGURADOS.

4.1 Servidores ativos, aposentados e pensionistas.

– Servidores ativos do ente.

Número de servidores ativos – janeiro a junho de 2021.								
Estatutários	CLT	Não efetivo	RDA	Pensão Por Lei	Total	Folha Mensal	Encargos	Total da Folha
23.301	279	2.257	7.110	15	33.339	211.016.973,93	20.734.718,69	231.751.692,62
Fonte: SEMAD – Secretaria Municipal de Administração								

– Aposentados e pensionistas.

Benefícios – janeiro a junho de 2021.				
ÓRGÃOS	PMM	IMPAS	CMM	TOTAL
Aposentadorias	5.692	13	184	5.889
Pensionistas	1.668	0	65	1.620
TOTAL GERAL	7.360	13	249	7.509
Fonte: Sman				





5. RECEITAS.

5.1 Valor da arrecadação de contribuições e outras receitas.

As arrecadações previdenciárias e outras receitas são registradas e segregadas pelos planos de custeios, sendo eles: o Plano Previdenciário, o Plano Financeiro e a Taxa de Administração.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano Previdenciário até o segundo trimestre de 2021.

Tabela de Receitas 1:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Contr. Prev. Servidor	851.170	2.640.715	2.652.991	2.639.911	2.690.670	2.711.926
Contr. Prev. Patronal	1.303.178	3.601.801	3.620.225	3.599.847	3.669.062	3.697.950
Contr. Prev. Aposentados	19.811	19.444	19.444	19.326	19.326	19.326
Contr. Prev. Pensionistas	59.283	57.402	57.439	57.669	57.707	57.617
Reparcelamento PMM	295.490	300.906	305.711	310.017	312.432	316.514
Restituições FOPAG	184.359	175.521	175.404	175.388	176.478	175.362
Inativos/Pensionistas	-	47.512	49.971	71.945	108.275	68.383
Faltas	-	-	2.193	-	-	555
Juros (Servidor/Patronal)	2.669	2.669	1.129	4.208	-	(8.962)
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
Restituição Previdenciária (-)	-	-	-	-	-	-
Real	2.715.960	6.845.970	6.884.509	6.878.311	7.033.950	7.038.672

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano Financeiro até o segundo trimestre de 2021.



**Tabela de Receitas 2:**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Contr. Prev. Servidor	3.826.293	6.465.058	6.467.376	6.471.624	6.423.833	6.395.687
Contr. Prev. Patronal	5.116.059	8.815.052	8.816.530	8.823.917	8.759.701	8.721.320
Contr. Prev. Aposentados	353.046	343.358	341.190	344.263	346.689	348.712
Contr. Prev. Pensionistas	31.846	34.795	41.637	40.646	42.032	38.488
Compensação Previdenciária	555	16.665	586	7.316	6.731	7.316
Reparcelamento PMM	1.495.244	1.521.898	1.545.346	1.566.223	1.577.682	1.597.392
Parcelamento CMM	123.076	123.496	125.291	126.881	127.705	129.202
Restituições FOPAG Inativos/Pensionistas	502.511	470.217	459.493	455.197	465.849	466.184
Juros (Servidor/Patronal)	-	-	3.464	29.753	-	-
Outras Receitas	16.620	-	5.904.483	-	-	11.314
Restituição Previdenciária (-)	-	-	-	(5.891)	-	(4.639)
Real	11.465.249	17.790.540	23.705.395	17.859.930	17.750.223	17.710.976

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

A tabela abaixo apresenta os valores detalhados mensais e acumulados da arrecadação previdenciária e outras receitas do Plano de Custeio Administrativo até o segundo trimestre de 2021.

Tabela de Receitas 3:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Taxa de Administração – PPREV	1.396.684	173.757	480.240	482.697	479.980	489.208
Taxa de Administração – PFIN	3.499.932	682.141	1.175.340	1.175.537	1.176.522	1.167.960
Restituições FOPAG	5.781	6.237	7.571	6.009	6.066	5.781
Outras Receitas	-	-	-	-	-	36.001
Real	4.902.397	862.135	1.663.151	1.664.243	1.662.568	1.698.950

Fonte: Sistema Afim.

Obs.: Não considera o valor do rendimento dos investimentos.

No segundo trimestre de 2021 a arrecadação do Plano Previdenciário (tabela 1) manteve-se na média das Contribuições Previdenciárias do período. Observando o registro de “outras receitas” houve uma movimentação de subtração nessa conta em decorrência da identificação dos créditos pertencentes a servidores disponibilizados com ônus ao Tribunal de Justiça do Amazonas, dessa forma, os registros foram regularizados nas contas contábeis servidor e patronal, ficando o saldo a regularizar no Plano Financeiro no próximo mês.

No Plano Financeiro (tabela 2) as contribuições previdenciárias estão sendo recolhidas normalmente, podemos observar que no mês de abril houve registro de juros



(Servidor/Patronal), sendo este referente ao recolhimento de contribuição previdenciária facultativo de uma servidora da SEMSA de anos anteriores.

No dia 29 de abril de 2021 foi publicada a Lei Municipal nº 2.742 alterando as alíquotas dos Planos Previdenciário e Financeiro, sendo; parte servidor 14% (quatorze por cento) – PPREV e PFIN –, parte patronal do Plano Previdenciário 14% (quatorze por cento) e parte patronal do Plano Financeiro 24% (vinte e quatro por cento), que incidirá a partir do dia 28/07/2021, com as devidas alterações das alíquotas o recolhimento será até o dia 15/08/2021, logo refletirá na arrecadação a partir do mês de agosto do corrente ano.

Os recursos da Taxa de Administração de 2% (dois por cento) – tabela 3 –, para custeio da autarquia no período de janeiro a junho de 2021, reflete arrecadação dos Planos Previdenciários (Plano Financeiro e Previdenciário), contou com o ressarcimento de despesas de servidor disponibilizado ao Governo do Estado do Amazonas.

5.1.1. Rendimentos e aplicações financeiras.

O quadro abaixo mostra os rendimentos das aplicações financeiras por Plano e Taxa de Administração até o segundo trimestre de 2021.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 1T 2021				
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PPREV	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PFIN	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO
JANEIRO	R\$2.135,11	R\$7.983,75	-R\$13.410.153,45	R\$41.208,12
FEVEREIRO	R\$2.577,76	R\$5.559,26	-R\$8.401.879,07	R\$14.799,12
MARÇO	R\$4.801,69	R\$15.052,93	R\$12.766.897,81	R\$22.464,62
TOTAL	R\$9.514,56	R\$28.595,94	-R\$9.045.134,71	R\$78.471,86

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2T 2021				
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PPREV	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PFIN	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO
ABRIL	R\$4.046,10	R\$6.107,23	R\$16.726.859,76	R\$17.505,02
MAIO	R\$6.137,61	R\$9.037,89	R\$20.524.769,24	R\$22.121,66
JUNHO	R\$7.953,37	R\$10.566,44	R\$6.315.518,01	R\$23.520,56
TOTAL	R\$18.137,08	R\$25.711,56	R\$43.567.147,01	R\$63.147,24

Fonte: Supinv

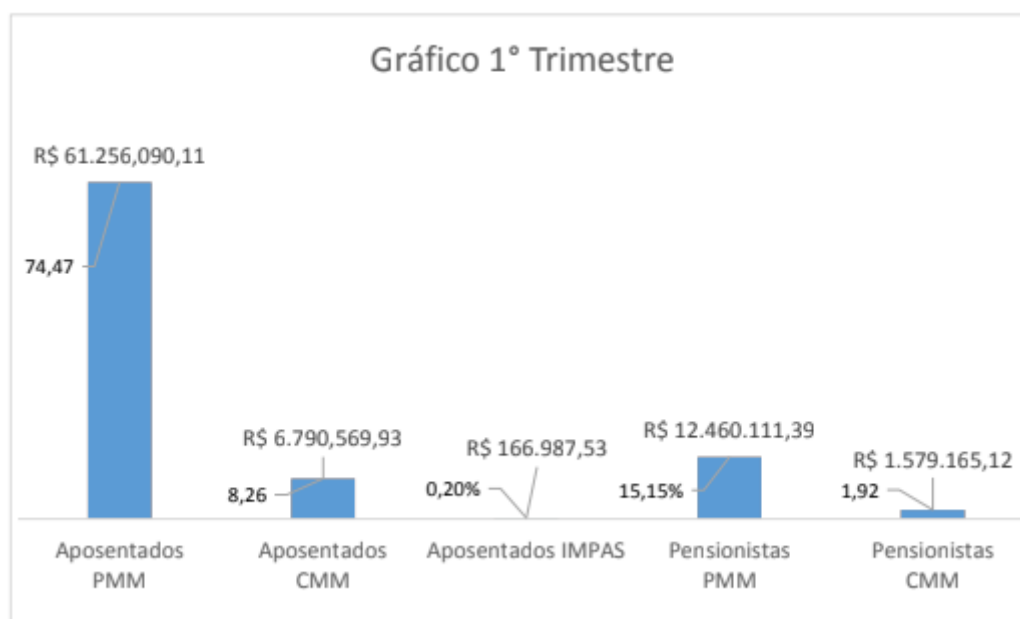


6. DESPESAS.

6.1 Resumo das folhas de pagamento, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.

O valor das folhas de pagamento de benefício acumulado no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 179.146.747,48 (cento e setenta e nove milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos), distribuídos da seguinte forma:

Distribuição gráfica das folhas de pagamentos de Benefícios Previdenciários, aposentados CMM, pensionistas PMM e pensionistas CMM referentes ao primeiro e ao segundo trimestres de 2021.



Fonte: Sman

No primeiro trimestre o valor das folhas de pagamento de benefício acumulado foi de R\$ 82.252.884,08 (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) distribuídos de acordo com o gráfico acima.

Assim, pode-se avaliar que, os recursos arrecadados no primeiro trimestre de 2021, por meio das contribuições previdenciárias, foram suficientes para o pagamento das folhas de pagamento sem a ocorrência atrasos. As datas previamente estabelecidas



no calendário de pagamento foram cumpridas, o que possibilitou atingir as metas orçamentárias previstas para este Regime de Previdência e contribuir para o alcance do objetivo de assegurar os direitos previdenciários aos beneficiários.

Considerando-se que no primeiro trimestre só houve reajuste para os beneficiários que têm seus benefícios reajustados pelo INPC, não sendo aplicados outros reajustes entre os meses de janeiro a março, é possível observar, ainda no gráfico acima, que houve um equilíbrio nos valores das folhas, não apresentando um aumento significativo.



Fonte: Sman

No segundo trimestre o valor das folhas de pagamento de benefício acumulado foi R\$ 96.893,823,40 (noventa e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta centavos) distribuídos de acordo com o gráfico acima.

Também, no segundo trimestre, não houve reajuste, porém no mês de junho houve o pagamento da antecipação da primeira parcela do 13º salário, assim é possível observar que houve um aumento nos valores das folhas, porém dentro do planejamento orçamentário.





Evolução do quadro de benefícios segregados por plano – primeiro e segundo trimestres de 2021 – Aposentados:

APOSENTADOS					
ÓRGÃOS	JANEIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.937	801	5738	R\$ 18.664.479,62	R\$ 1.930.495,99
CMM	168	24	192	R\$ 1.946.925,85	R\$ 396.159,24
IMPAS	12	1	13	R\$ 53.313,61	R\$ 2.348,90
TOTAL	5117	826	5943	R\$ 20.664.719,08	R\$ 2.329.004,13
				TOTAL	R\$ 22.993.723,21

ÓRGÃOS	FEVEREIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.887	785	5672	R\$ 18.450.819,02	1899149,09
CMM	164	24	194	R\$ 1.854.977,49	379956,9
IMPAS	12	1	13	R\$ 53.313,61	2348,9
TOTAL	5063	810	5879	20.359.110,12	2.281.454,89
				TOTAL	R\$ 22.640.565,01

ÓRGÃOS	MARÇO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.877	828	5705	18.435.953,93	1.875.192,46
CMM	162	26	188	1.832.593,55	379.956,90
IMPAS	12	1	13	53.313,61	2.348,90
TOTAL	5051	855	5906	20.321.861,09	2.257.498,26
				TOTAL	R\$ 22.579.359,35

ÓRGÃOS	ABRIL			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.880	771	5.651	R\$ 18.514.217,57	R\$ 1.857.350,83
CMM	163	23	186	R\$ 1.828.935,55	R\$ 379.956,90
IMPAS	12	1	13	R\$ 53.313,61	R\$ 2.348,90
TOTAL	5.055	795	5.850	R\$ 20.396.466,73	R\$ 2.239.656,63
				TOTAL	R\$ 22.636.123,36

ÓRGÃOS	MAIO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.900	768	5.668	R\$ 18.617.074,12	R\$ 1.858.751,82
CMM	163	22	185	R\$ 1.838.808,58	R\$ 374.493,52
IMPAS	12	1	13	R\$ 53.313,61	R\$ 2.348,90
TOTAL	5.075	791	5.866	R\$ 20.509.196,31	R\$ 2.235.594,24
				TOTAL	R\$ 22.744.790,55

ÓRGÃOS	JUNHO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	4.925	767	5.692	R\$ 27.773.253,13	R\$ 2.750.851,77
CMM	162	22	184	R\$ 2.611.491,51	R\$ 534.773,45
IMPAS	12	1	13	R\$ 79.970,43	R\$ 3.523,35
TOTAL	5.099	790	5.889	R\$ 30.464.715,07	R\$ 3.289.148,57
				TOTAL	R\$ 33.753.863,64

Fonte: Sman





Evolução do quadro de benefícios segregados por plano – primeiro e segundo trimestres de 2021 – Pensionistas:

PENSIONISTAS					
ÓRGÃOS	JANEIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	430	1.089	1519	R\$ 1.412.376,81	R\$ 2.600.759,17
CMM	17	51	68	R\$ 168.457,57	R\$ 373.849,69
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	447	1140	1587	R\$ 1.580.834,38	R\$ 2.974.608,86
				TOTAL	R\$ 4.555.443,24

ÓRGÃOS	FEVEREIRO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	444	1.081	1525	R\$ 1.521.942,71	R\$ 2.595.494,67
CMM	17	50	67	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	461	1131	1592	R\$ 1.690.400,28	R\$ 2.945.466,03
				TOTAL	R\$ 4.635.866,31

ÓRGÃOS	MARÇO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	476	1.077	1553	R\$ 1.729.153,58	R\$ 2.600.384,45
CMM	17	50	67	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	493	1127	1620	R\$ 1.897.611,15	R\$ 2.950.355,81
				TOTAL	R\$ 4.847.966,96

ÓRGÃOS	ABRIL			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	505	1.083	1.588	R\$ 1.865.347,91	R\$ 2.648.746,08
CMM	17	49	66	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	522	1.132	1.654	R\$ 2.033.805,48	R\$ 2.998.717,44
				TOTAL	R\$ 5.032.522,92

ÓRGÃOS	MAIO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	564	1.086	1.650	R\$ 2.171.647,04	R\$ 2.616.466,66
CMM	17	49	66	R\$ 168.457,57	R\$ 349.971,36
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	581	1.135	1.716	R\$ 2.340.104,61	R\$ 2.966.438,02
				TOTAL	R\$ 5.306.542,63

ÓRGÃOS	JUNHO			Planos	
	Nº Beneficiários			R\$	
	PFIN	PPREV	TOTAL	PFIN bruto	PPREV bruto
PMM	577	1.091	1.668	R\$ 2.791.010,32	R\$ 3.883.890,05
CMM	16	49	65	R\$ 224.581,98	R\$ 520.497,95
IMPAS	-	-	0	-	-
TOTAL	593	1.140	1.733	R\$ 3.015.592,30	R\$ 4.404.388,00

TOTAL GERAL DA FOLHA DE APOSENTADOS	R\$ 147.348.425,12	TOTAL GERAL DA FOLHA DE PENSIONISTA	R\$ 31.798.322,36
-------------------------------------	--------------------	-------------------------------------	-------------------

TOTAL GERAL DA FOLHA DE BENEFICIÁRIOS (APOSENTADOS + PENSIONISTAS)	R\$ 179.146.747,48
--	--------------------

Fonte: Sman





6.2 Cumprimento do prazo de implantação do benefício em folha de pagamento.

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e de pensões por morte e, conta, atualmente, com 31.051 (trinta e um mil e cinquenta e um) segurados, conforme discriminado no quadro a seguir:

Plano	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Previdenciário	4.813 (15,5%)	801 (2,6%)	1.127 (3,6%)
Financeiro	18.766 (60,4%)	5.051 (16,2%)	493 (1,6%)
Quantidade	23.579 (75,9%)	5.852 (18,8%)	1.620 (5,2%)
Total	31051		

Fonte: Sman

A Manaus Previdência estabeleceu o prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data de publicação do ato no Diário Oficial do Município, para implementação dos benefícios em folha de pagamento. A intenção é oferecer uma resposta mais rápida às demandas dos usuários, realizando o pagamento de seus benefícios de modo mais célere.

No primeiro trimestre, verificou-se que, dos 109 (cento e nove) benefícios concedidos, 108 (cento e oito) foram implementados na folha de pagamento no prazo previamente definido, ou seja, 99% (noventa e nove por cento) dos processos cumpriram a meta proposta, o que demonstra o comprometimento e a eficiência da autarquia diante do objetivo estabelecido.

No segundo trimestre, verificou-se que, dos 230 (duzentos e trinta) benefícios concedidos, 227 (duzentos e vinte e sete) foram implementados na folha de pagamento no prazo previamente definido, ou seja, também 99% (noventa e nove por cento) dos processos cumpriram a meta proposta o que, assim como no primeiro trimestre, demonstra o comprometimento e a eficiência da autarquia diante do objetivo estabelecido.





7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL.

O acompanhamento atuarial tem por objetivo garantir uma maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, para que os gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) possam, dentro da prática da boa Governança Corporativa que norteia a Previdência Social em geral, acompanhar mensalmente a evolução de seus passivos previdenciários e de seus ativos financeiros, estabelecendo então a prática de Gerenciamento de Ativos e Passivos dentro da Prefeitura Municipal de Manaus.

A ideia é que se tenha uma estimativa dinâmica mês a mês¹ da variação das Reservas Matemáticas, considerando a meta atuarial² e o Indexador Financeiro estabelecidos na Política de Investimentos para o ano corrente, bem como as concessões e extinções de benefícios previdenciários, segregando o Passivo Atuarial de acordo com os Regimes Financeiros adotados na Avaliação Atuarial.

Comparando, em cada mês, a Reserva Matemática atualizada com a evolução das aplicações financeiras do RPPS, pode-se acompanhar com maior precisão a evolução do saldo do sistema, de forma a municiar o Gestor Previdenciário com informações que poderão ser úteis na tomada de decisão para a correção de um possível descasamento entre ativos e passivos.

A Lei Municipal nº 870/2005, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.081/2015, segmenta a massa de servidores do município de Manaus em dois grupos, a saber:

- PPREV – Plano Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus, de natureza previdenciária que atenderá:

- ✓ ao pagamento dos benefícios aos segurados que ingressaram no serviço público municipal a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que ativos em 31/12/2014, como também de seus dependentes;





✓ ao benefício de aposentadoria por invalidez concedido até 31 de dezembro de 2014, e a pensão por morte dela decorrente; e

✓ as demais pensões por morte concedidas até 31 de dezembro de 2014.

• PFIN – Plano Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus, de natureza previdenciária que atenderá:

✓ ao pagamento dos benefícios aos segurados que ingressaram no serviço público municipal em data anterior a 1º de janeiro de 2010, desde que ativos em 31/12/2014, como também de seus dependentes; e

✓ às aposentadorias voluntárias e compulsórias concedidas até 31 de dezembro de 2014 e as pensões por morte delas decorrentes.

Dessa forma, os resultados deste relatório serão apresentados de modo segregado, uma vez que o grupo em capitalização terá suas características demográficas em constante mudança, até que o financeiro seja extinto.

¹ Diferentemente do que reza a Lei nº 9.717/98 no art.1º, inciso I, que prevê que as Reservas Matemáticas sejam estimadas apenas anualmente, com a realização de avaliação atuarial em cada balanço.

² Normalmente uma taxa de juros (p.ex. 6%) mais um indexador inflacionário (p.ex. INPC/IBGE, IGPM/FVG).





7.1 Evolução das Reservas Matemáticas.

7.1.1 Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBaC.

A Reserva Matemática de Benefício a Conceder – RMBaC é calculada apenas para os benefícios estruturados pelo Regime Financeiro de Capitalização. De acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano, apenas o benefício de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (incluindo a reversão deste benefício em Pensão por morte do aposentado) está estruturado neste Regime.

Para analisar a evolução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, as variáveis consideradas nesta evolução são:

- Meta Atuarial: 0,4424% ao mês (equivalente a 5,44% ao ano);
- Indexador Financeiro: IPCA;
- Contribuições devidas por competência; e
- Concessões de benefícios de Aposentadoria³ por competência.

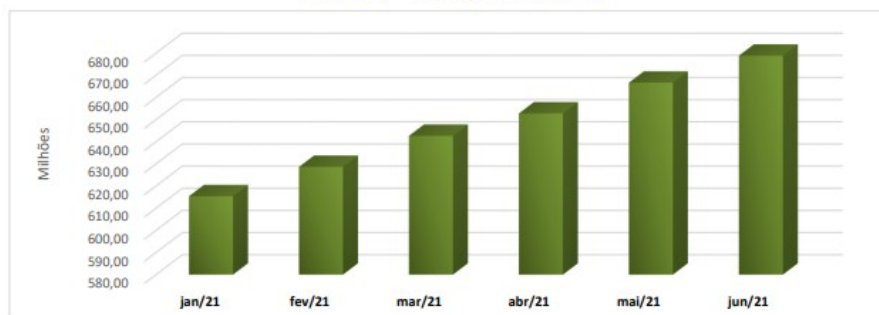
Isso posto, a RMBaC de janeiro a junho de 2021 equivale a:

³ Voluntária e Compulsória



Tabela 1 – Evolução da RMBaC

Reserva Matemática de Benefícios a Conceder						
Competência	Inicial	Contribuições ⁴	Atualização	Juros	Extinções ⁵	Final
jan/21	606.002.874,49	5.211.096,18	1.515.007,19	2.681.005,93	0,00	615.409.983,79
fev/21	615.409.983,79	5.211.096,18	5.292.525,86	2.722.623,75	0,00	628.636.229,58
mar/21	628.636.229,58	5.425.418,81	5.846.316,94	2.807.002,31	-61.020,30	642.653.947,33
abr/21	642.653.947,33	5.282.537,06	1.992.227,24	2.851.967,03	0,00	652.780.678,66
mai/21	652.780.678,66	5.539.572,47	5.418.079,63	2.911.924,76	0,00	666.650.255,52
jun/21	666.650.255,52	5.697.441,21	3.533.246,35	2.964.946,24	0,00	678.845.889,32

Gráfico 1 – Evolução da RMBaC

Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

A Reserva Matemática de Benefício a Conceder – RMBaC apresentou evolução de 12,02% (doze inteiros e dois centésimos por cento) entre os meses de dezembro de 2020 e junho de 2021.

7.1.2 Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC, por sua vez, recebe acréscimo de Passivo Atuarial sempre que um benefício vitalício é concedido. Desta forma, destacamos as seguintes possibilidades:

1. Aposentadoria Voluntária e Compulsória;
2. Aposentadoria por invalidez;
3. Pensão por morte de servidor ativo;
4. Pensão por morte de servidor aposentado (voluntário e compulsório); e
5. Pensão por morte de servidor aposentado (por invalidez).

⁴ Contribuição mensal para o benefício de Aposentadoria reversível em Pensão por Morte de Aposentado.

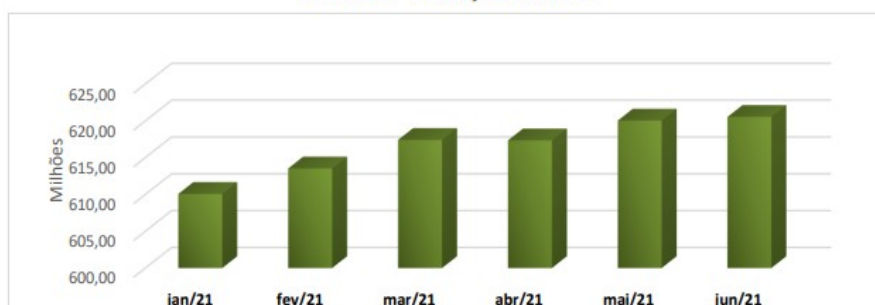
⁵ Extinção da RMBaC mediante a aposentadoria, morte ou exoneração do servidor ativo.



Tabela 2 – Evolução da RMBC

Reserva Matemática de Benefícios Concedidos								
CPT	Inicial	Contrib.	Benefícios	Atualização	Juros	Concessões	Extinções	Final
jan/21	610.336.340,29	105.581,35	-4.594.177,33	1.525.840,85	2.700.177,53	0,00	0,00	610.073.762,70
fev/21	610.073.762,70	105.581,35	-4.594.177,33	5.246.634,36	2.699.015,87	0,00	0,00	613.530.816,96
mar/21	613.530.816,96	76.845,55	-5.226.920,92	5.705.836,60	2.714.310,16	604.110,96	0,00	617.404.999,30
abr/21	617.404.999,30	96.002,75	-4.805.091,86	1.913.955,50	2.731.449,86	0,00	0,00	617.341.315,55
mai/21	617.341.315,55	76.995,30	-5.238.374,07	5.123.932,92	2.731.168,11	0,00	0,00	620.035.037,81
jun/21	620.035.037,81	46.594,05	-5.584.317,11	3.286.185,70	2.743.085,36	0,00	0,00	620.526.585,80

Gráfico 2 – Evolução da RMBC



Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC reduziu em 1,67% (um inteiro e sessenta e sete centésimos por cento) no segundo trimestre de 2021. O aumento da RMBC foi, em grande parte, em função da atualização inflacionária no período. Ressalta-se que as concessões de benefícios no período de abr/2021 a jun/2021, em função da temporariedade das informações, serão devidamente apuradas na competência jul/2021.

7.2 Benefícios estruturados no Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.

De acordo com a Nota Técnica Atuarial vigente, os benefícios estruturados neste Regime Financeiro são:

- Aposentadoria⁶ por invalidez; e
- Pensão por morte de servidor ativo.

⁶ Considerando ainda a reversão deste benefício em Pensão por Morte do servidor inválido



Desta forma, os Passivos Atuariais destes benefícios serão constituídos mensalmente, de acordo com as seguintes regras:

- Para os benefícios que forem concedidos no mês, será constituída a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC, calculada individualmente, conforme as características de cada benefício; e
- Com o resultado apurado no mês pela diferença entre a contribuição específica para o benefício e a constituição de RMBC para o mesmo benefício, será constituído ou revertido o Fundo Garantidor de Benefício.

Ressalta-se que tal apuração será realizada separadamente para cada benefício estruturado neste Regime Financeiro.

7.2.1 Fundo Garantidor de Benefícios – FGB RCC

Tabela 3 – Evolução do FGB de Aposentadoria por Invalidez

Aposentadoria por Invalidez					
Competência	Inicial	Receita ⁷	Despesa ⁸	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	414.307,80	0,00	0,00	414.307,80
fev/21	414.307,80	414.208,94	0,00	0,00	828.516,74
mar/21	828.516,74	414.258,37	0,00	0,00	1.242.775,11
abr/21	1.242.775,11	422.924,11	209.980,09	0,00	1.455.719,13
mai/21	1.455.719,13	424.637,09	0,00	0,00	1.880.356,22
jun/21	1.880.356,22	423.843,73	0,00	0,00	2.304.199,95

Tabela 4 – Evolução do FGB de Pensão por Morte de Servidor Ativo

Pensão por Morte de Servidor Ativo					
Competência	Inicial	Receita ⁹	Despesa ¹⁰	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	177.218,37	0,00	0,00	177.218,37
fev/21	177.218,37	177.176,08	0,00	0,00	354.394,44
mar/21	354.394,44	177.197,22	604.110,96	0,00	-72.519,29
abr/21	-72.519,29	172.510,04	2.248.303,86	0,00	-2.148.313,11
mai/21	-2.148.313,11	181.636,68	1.018.050,84	0,00	-2.984.727,28
jun/21	-2.984.727,28	181.297,32	67.743,33	0,00	-2.871.173,29

Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

⁷ Contribuição mensal para o benefício de Aposentadoria por Invalidez.

⁸ Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, calculada atuarialmente, dos servidores que entraram em benefício de aposentadoria por invalidez.

⁹ Contribuição mensal para o benefício de Pensão por morte de ativos.

¹⁰ Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, calculada atuarialmente, dos servidores que entraram em benefício de pensão por morte de ativos.





Tabela 5 – Evolução do FGB dos Benefícios de Risco em RCC

Competência	Inicial	Receita	Despesa	Rentabilidade	Final
jan/21	0,00	591.526,17	0,00	0,00	591.526,17
fev/21	591.526,17	591.385,02	0,00	0,00	1.182.911,18
mar/21	1.182.911,18	591.455,59	604.110,96	0,00	1.170.255,82
abr/21	1.170.255,82	595.434,15	2.458.283,95	0,00	-692.593,98
mai/21	-692.593,98	606.273,77	1.018.050,84	0,00	-1.104.371,06
jun/21	-1.104.371,06	605.141,04	67.743,33	0,00	-566.973,34

Fonte: Brasília Consultoria Atuarial

Em relação aos benefícios estruturados sob o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, observa-se a concessão de uma aposentadoria por invalidez em abril/2021, que representou a formação de Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 209.980,09 (duzentos e nove mil, novecentos e oitenta reais e nove centavos).

Por outro lado, observa-se a concessão de 16 (dezesesseis) benefícios de pensão decorrente de servidores no período de janeiro a junho/2021, que representou a formação de Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 3.938.208,98 (três milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e oito reais e noventa e oito centavos).

Assim, os benefícios estruturados em Repartição de Capitais de Cobertura apresentaram um *déficit* atuarial de R\$ 566.973,34 (quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos), composto por *superávit* do benefício de aposentadoria por invalidez em R\$ 2.304.199,95 (dois milhões, trezentos e quatro mil, cento e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) e um *déficit* atuarial de R\$ 2.871.173,29 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e setenta e três reais e vinte e nove centavos) referente ao benefício de pensão por morte dos servidores ativos.

Ressaltamos que as análises comparativas foram realizadas exclusivamente para o Plano Previdenciário (PPREV), visto que o Plano Financeiro (PFIN) está estruturado no Regime Financeiro de Repartição Simples, não sendo necessária a formação de Reservas Matemáticas e sendo dispensável a realização de comparativos de resultados atuariais.





Com relação aos participantes do Plano Financeiro, mensalmente deverá ser aferido o valor das receitas e despesas do grupo e, conforme o disposto Portaria MF nº 464/2018, o controle, pela unidade gestora do RPPS, deve ser feito de forma segmentada por poder, órgão e entidade, considerando-se os valores das contribuições e das folhas de pagamento dos respectivos beneficiários, cabendo ao ente federativo a responsabilidade pela insuficiência financeira do Plano, independente de previsão em Avaliação Atuarial, dados os riscos atuariais aos quais o RPPS está submetido, em especial o Plano Financeiro.





8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS.

A Manaus Previdência possui regime de segregação de massa e seus recursos estão divididos em três carteiras de investimentos: o Plano Previdenciário, o Plano Financeiro e o Fundo Administrativo. A soma dessas três carteiras é denominada Carteira Total.

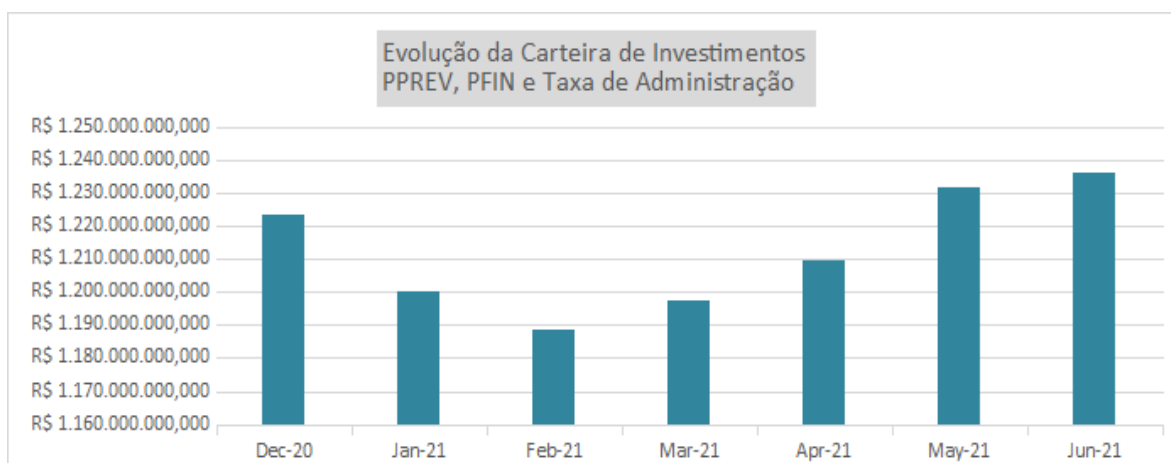
A segregação de massa de segurados de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de Plano Financeiro (servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2009) e o outro de Plano Previdenciário (servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2010). O Fundo Administrativo corresponde aos recursos para manutenção do RPPS.

8.1 Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.

- **Evolução da Carteira de Investimentos Total**

A Carteira de Investimentos da Manaus Previdência iniciou o ano de 2021 com um total de R\$ 1.223.474.815,39 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos), dos quais, R\$ 1.188.733.655,10 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, setecentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos) pertencentes ao Plano Previdenciário (PPREV); R\$ 28.317.064,23 (vinte e oito milhões, trezentos e dezessete mil, sessenta e quatro reais e vinte e três centavos) pertencentes ao Plano Financeiro (PFIN); e R\$ 6.424.096,06 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos) referentes à Taxa de Administração.





Fonte: Supinv

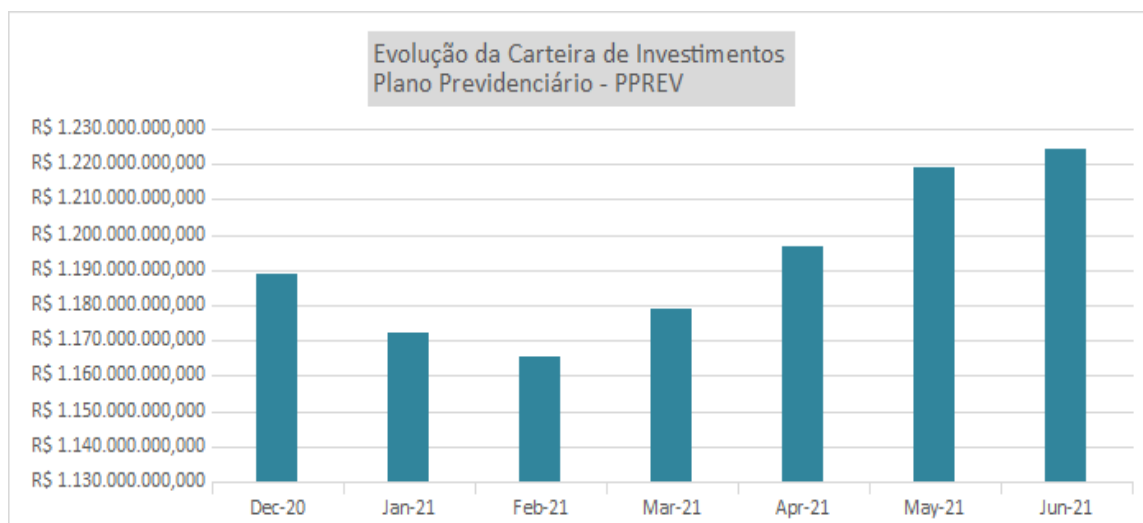
No fechamento do segundo trimestre de 2021, a Carteira possuía um total de R\$1.236.316.626,82 (um bilhão, duzentos e trinta e seis milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos), dos quais, R\$1.224.080.274,56 (um bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões, oitenta mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) pertencentes ao Plano Previdenciário; R\$5.793.606,44 (cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, seiscentos e seis reais e quarenta e quatro centavos) pertencentes ao Plano Financeiro e R\$6.442.745,82 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) referentes à Taxa de Administração.

• Carteira do Plano Previdenciário

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios da Manaus Previdência, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos do regime financeiro de capitalização.

Com efeito, os recursos provenientes das contribuições previdenciárias de servidores vinculados a esse plano são acumulados e capitalizados para que possam atender às obrigações presentes e futuras. Para tanto, é definida uma meta de rentabilidade anual denominada Meta Atuarial, atualmente estabelecida em 5,44% a.a. (cinco inteiros e quarenta e quatro centésimos ao ano) acrescida da inflação do período, que é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).





Fonte: Supinv

No Plano Previdenciário, a rentabilidade acumulada no primeiro semestre de 2021 foi de 2,93% (dois inteiros e noventa e três centésimos por cento). Isso se deve, dentre outros fatores, à elevação nas taxas de juros futuros ocasionada pela elevação do risco fiscal brasileiro, pela expansão da pandemia de Covid-19, que passa por uma segunda e devastadora onda, pela tímida campanha de vacinação em massa, que mesmo evoluindo nos últimos dois meses ainda está aquém da necessidade. Essas variáveis contribuíram para a rentabilidade negativa na grande maioria dos ativos de renda fixa durante todo o semestre. Pelo lado da renda variável, o Ibovespa sofreu desvalorização nos meses de janeiro: -3,32% (três inteiros e trinta e dois centésimos por cento negativos) e fevereiro: -4,37% (quatro inteiros e trinta e sete centésimos por cento negativos), passando ao campo positivo a partir de março e fechando o primeiro semestre de 2021 com valorização de 6,54% (seis inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento).

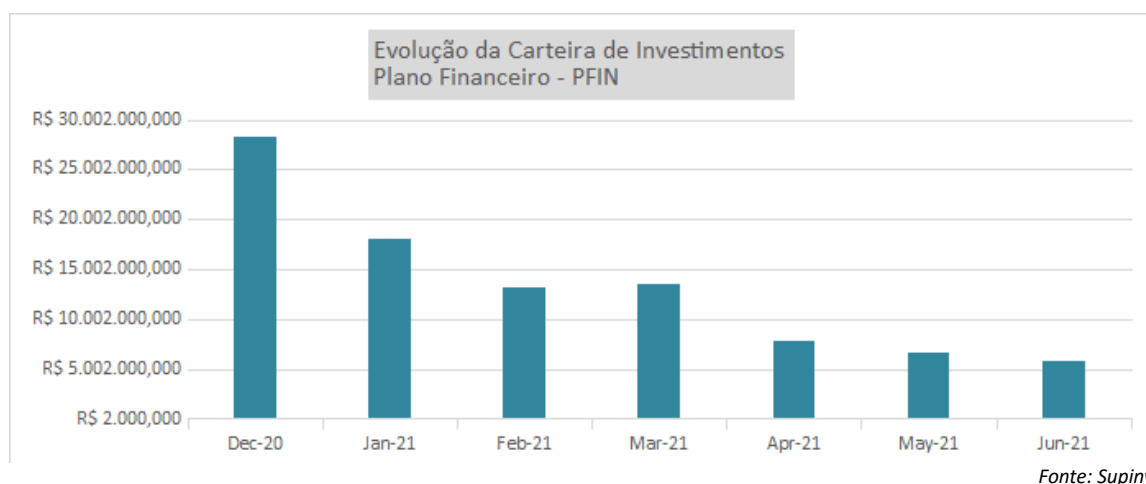
Com o excelente desempenho da maioria das ações listadas na Bolsa brasileira (B3) os fundos de ações obtiveram rentabilidade positiva, alguns ultrapassando a marca de dois dígitos (XP Investor FIA com 10,02% – dez inteiros e dois centésimos por cento – e Itaú Dunamis FIC FIA com 12,22% – doze inteiros e vinte e dois centésimos por cento), a exceção está no desempenho do fundo Meta Valor FIA, que em 2021 acumula uma desvalorização de 0,72% (setenta e dois centésimos por cento).



Seguindo na ponta positiva, os fundos de investimentos classificados no artigo 9º da Resolução CMN 3.922/2010 (fundos de investimentos no exterior) obtiveram rentabilidade positiva no acumulado de janeiro a junho, assim como a maioria dos Fundos de Investimento em Participações – FIPs e os Fundos Multimercados, que acompanham o índice S&P 500, dado que o principal índice das bolsas americanas continua a apresentar uma trajetória de alta.

- **Carteira do Plano Financeiro**

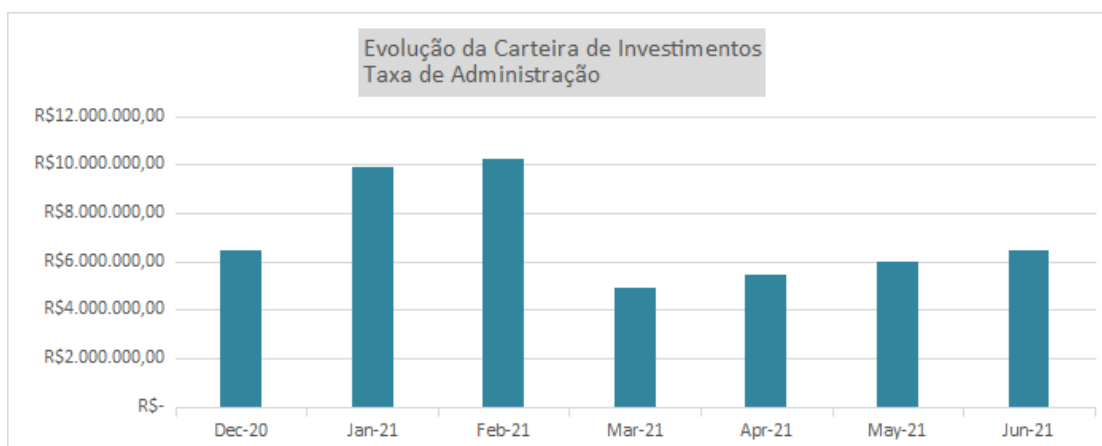
A carteira de investimentos vinculada ao Plano Financeiro possui apenas fundos vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de baixo risco e liquidez diária. Os recursos oriundos do Plano Financeiro são utilizados para pagamento da folha de aposentados vinculados ao plano, não havendo capitalização.



- **Carteira do Fundo Administrativo (Taxa de Administração)**

Por tratar-se de recursos que são rotineiramente utilizados para pagamento de despesas ordinárias de manutenção do RPPS, a carteira de investimentos do Fundo Administrativo é composta por ativos de alta liquidez, com horizonte de investimento de curto prazo e baixa volatilidade. Em virtude dessas premissas e da finalidade dos recursos, não há meta atuarial estabelecida.





Fonte: Supinv

- **Detalhamento dos Ativos: Fundos Problemáticos**

A Manaus Previdência possui em sua carteira de investimentos 13 (treze) fundos de investimentos que estão fechados para resgates por não possuírem recursos em caixa. Na maioria dos casos, os fundos adquiriram títulos de crédito que não foram honrados por seus devedores e coobrigados. A gestão de todos esses fundos foi repassada para novas instituições, que atualmente buscam recuperar os valores investidos por meio, inclusive, de ações judiciais.

Durante os primeiros três meses de 2021 cerca de R\$ 16,4 (dezesesseis milhões e quatrocentos mil reais) foram recuperados dos FI TOP RF, Vitória Régia e Recuperação Brasil. Importante destacar que as aplicações nesses fundos foram realizadas durante o período da gestão municipal de 2008 a 2012. A partir de 2013, a Manaus Previdência iniciou um trabalho de recuperação dos valores investidos, sendo que 3 (três) fundos problemáticos foram totalmente resgatados e parte dos recursos investidos nos demais fundos problemáticos já foram recuperados. Do total da carteira de investimentos, 4,52% (quatro inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) ou seja, R\$ 55,8 (cinquenta e cinco milhões e oitocentos mil reais) estão aplicados em fundos problemáticos. Em 2012, esse percentual era superior a 50% (cinquenta por cento) da Carteira.



ATIVOS	APLICAÇÃO INICIAL	DATA DA 1ª APLICAÇÃO	POSIÇÃO ATUALIZADA	RESGATES	GANHO/ PERDA	SITUAÇÃO
TOP FI RF (ADINVEST TOP)	R\$ 7.500.000,00	31/08/12	R\$ 818.210,09	R\$ 4.127.041,84	-R\$ 2.554.748,07	Fechado para resgate
FI VITORIA REGIA	R\$ 10.000.000,00	03/08/12	R\$ 1.119.581,55	R\$ 4.993.300,25	-R\$ 3.887.118,20	Fechado para resgate
DIFERENCIAL FI RF LP	R\$ 28.000.000,00	21/12/10	R\$ 1.592.368,40	R\$ 24.503.776,42	-R\$ 1.903.855,18	Fechado para resgate
BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 25.500.000,00	03/11/10	R\$ 4.453.679,16	R\$ -	-R\$ 21.046.320,84	Fechado para resgate
ATICO FIDC IMOBILIARIOS	R\$ 3.500.000,00	13/05/11	R\$ 2.176.103,45	R\$ 2.036.289,80	R\$ 712.393,25	Fechado para resgate
BVA MASTER FIDC	R\$ 15.000.000,00	28/04/10	R\$ 148.484,58	R\$ 16.886.600,40	R\$ 2.035.084,98	Fechado para resgate
BVA MASTER II FIDC	R\$ 9.999.963,06	06/08/10	R\$ 27.186,35	R\$ 10.895.628,56	R\$ 922.851,85	Fechado para resgate
FIDC MULTIS. ITÁLIA	R\$ 7.500.000,00	11/06/12	R\$ 1.347.342,87	R\$ 6.070.382,76	-R\$ 82.274,37	Fechado para resgate
SECURITY FI REF. DI LP	R\$ 5.000.000,00	02/09/09	R\$ 732.195,16	R\$ 3.167.634,60	-R\$ 1.100.170,24	Fechado para resgate
PIATÁ FI RF RPPS CP LP	R\$ 43.337.555,64	19/11/08	R\$ 27.245.527,88	R\$ 29.440.414,75	R\$ 13.348.386,99	Fechado para resgate
ECOHEDGE MULTIM.	R\$ 23.698.637,66	31/08/12	-R\$ 576.140,11	R\$ -	-R\$ 24.274.777,77	Fechado para resgate
ÁTICO GER ENER FIP	R\$ 2.500.000,00	13/05/11	R\$ 269.609,90	R\$ -	-R\$ 2.230.390,10	Fechado para resgate
PATRIARCA FIP	R\$ 19.999.999,99	02/09/10	R\$ -	R\$ 4.129.769,98	-R\$ 15.870.230,01	Liquidado
FII BR HOTÉIS	R\$ 20.000.000,00	26/09/12	R\$ 16.474.397,93	R\$ 216.697,75	-R\$ 3.308.904,32	Sem liquidez
TOTAL	R\$ 221.536.156,35		R\$ 55.828.547,22	R\$ 106.467.537,11	-R\$ 59.240.072,03	

Fonte: Supinv





• **Carteira Completa:**

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	%	JUN HO	Gestor	Credenciamento	Administrador	Credenciamento
FI RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS - Art 7º, I, a	4,24%	R\$ 52.389.377,99				
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	0,14%	R\$ 1.725.400,89	Tesouro Nacional		Tesouro Nacional	
NTN F - 01.07.2027	1,13%	R\$ 14.024.087,07	Tesouro Nacional		Tesouro Nacional	
NTN B - 15.05.2045	2,96%	R\$ 36.639.890,03	Tesouro Nacional		Tesouro Nacional	
FI RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS - Art 7º, I, b	18,23%	R\$ 225.391.333,57				
BB IPCA VII	0,29%	R\$ 3.539.732,14	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
CAIXA BRASIL IMA B	9,07%	R\$ 112.154.358,76	Caixa	15.01.2022	Caixa	15.01.2022
SAFRA IMA INSTITUCIONAL	2,00%	R\$ 24.680.720,72	BANCO J SAFRA	15.01.2022	SAFRA ADM	15.01.2022
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	4,65%	R\$ 57.503.796,49	Caixa	15.01.2022	Caixa	15.01.2022
SUL AMÉRICA INFLATIE	2,23%	R\$ 27.512.725,46	SUL AMÉRICA	15.01.2022	BEM DTVM	15.01.2022
FI RENDA FIXA - Art 7º, IV, a	16,02%	R\$ 198.112.533,58				
BB RPPS FLUXO - ADM PREV	0,10%	R\$ 1.246.086,93	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB RPPS FLUXO - ADM FIN	0,07%	R\$ 806.399,33	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB RPPS FLUXO - FFIN	0,27%	R\$ 3.375.158,59	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB RPPS FLUXO - FPREV	0,10%	R\$ 1.296.592,72	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB PERFIL - ADM PREV	0,05%	R\$ 581.457,87	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB PERFIL - ADM FIN	0,22%	R\$ 2.714.789,68	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB PERFIL - FFIN	0,20%	R\$ 2.418.447,85	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB PERFIL - FPREV	0,03%	R\$ 359.783,43	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BRADESCO DI PREMIUM - ADM PREV	0,09%	R\$ 1.094.012,01	BRADESCO	15.01.2022	BRADESCO	15.01.2022
BRADESCO FICF RF ALOCAÇÃO DINÂMICA	1,45%	R\$ 17.903.314,44	BRAM	15.01.2022	BRADESCO	15.01.2022
ITAÚ ALOC DINÂMICA	10,41%	R\$ 128.666.979,16	ITAÚ UNIBANCO	15.01.2022	ITAÚ UNIBANCO	15.01.2022
SANTANDER RENDA FIXA ATIVO	2,76%	R\$ 34.119.351,54	SANTANDER	15.01.2022	SANTANDER	15.01.2022
TOP FICF (ADINVEST TO F)	0,07%	R\$ 818.210,09	BRASIL PLURAL	15.01.2022	BNY MELLON	15.01.2022
BRASIL RF LP (DIFERENCIAL)	0,13%	R\$ 1.592.368,39	BRZ Investimentos	15.01.2022	INTRADER	15.01.2022
FI VITORIA RÉGIA	0,09%	R\$ 1.119.581,55	BRASIL PLURAL	15.01.2022	BNY MELLON	15.01.2022
FIDCs - Art 7º, VII, a	0,66%	R\$ 8.152.796,42				
BBIF MASTER FIDC LP	0,36%	R\$ 4.453.679,17	BRASIL PLURAL	15.01.2022	SANTANDER	15.01.2022
ÁTICO FIDC IMOBILIÁRIOS	0,18%	R\$ 2.176.103,45	ÁTICO	15.01.2022	RJI	15.01.2022
BVA MASTER FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	0,01%	R\$ 148.484,58	BRASIL PLURAL	15.01.2022	GENIAL	15.01.2022
BVA MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	0,00%	R\$ 27.186,35	BRASIL PLURAL	15.01.2022	GENIAL	15.01.2022
FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	0,11%	R\$ 1.347.342,87	VILA RICA	15.01.2022	BRL D TVM	15.01.2022
FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - Art 7º, VII, b	5,38%	R\$ 66.462.990,02				
BB IPCA III CP	1,24%	R\$ 15.353.876,36	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CRÉDITO PRIVADO LP	1,87%	R\$ 23.131.390,65	ICATU	15.01.2022	BEM DTVM	15.01.2022
SECURITY FI REFERENCIADO DI LP	0,06%	R\$ 732.195,16	SECURITY	15.01.2022	BNY MELLON	15.01.2022
RIATÁ FI RENDA FIXA	2,20%	R\$ 27.245.527,85	BRASIL PLURAL	15.01.2022	INTRADER	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, II, a	31,06%	R\$ 384.060.320,18				
CAIXA AÇÕES VALOR RPPS	8,33%	R\$ 102.983.517,19	Vinci	15.01.2022	Caixa	15.01.2022
BB AÇÕES QUANTITATIVO	2,56%	R\$ 317.10.917,88	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA	2,16%	R\$ 26.666.432,17	Banco do Brasil	15.01.2022	Banco do Brasil	15.01.2022
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	2,22%	R\$ 27.423.034,40	ICATU	15.01.2022	BEM DTVM	15.01.2022
XP INVESTOR FI AÇÕES	4,03%	R\$ 49.854.469,79	XP	15.01.2022	SANTANDER	15.01.2022
XP INVESTOR 30 FICF AÇÕES	1,64%	R\$ 20.262.206,66	XP	15.01.2022	SANTANDER	15.01.2022
SULAMERICA EQUITIES FIA	5,57%	R\$ 68.823.475,54	SUL AMÉRICA	15.01.2022	BEM DTVM	15.01.2022
META VALOR FIA	0,52%	R\$ 6.443.883,32	META ASSET	15.01.2022	Banco Daycoval	15.01.2022
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FICF	4,04%	R\$ 49.892.383,23	ITAÚ UNIBANCO	15.01.2022	ITAÚ UNIBANCO	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, III	10,95%	R\$ 135.392.604,46				
ECO HEDGE MULTIMERCADO	0,05%	R\$ 576.140,11	BRASIL PLURAL	15.01.2022	RJI	15.01.2022
SAFRA S&P REAIS FIM	4,35%	R\$ 53.776.983,45	BANCO J SAFRA	15.01.2022	SAFRA ADM	15.01.2022
CAIXA BOLSA AMERICANA FIM	6,65%	R\$ 82.191.761,12	Caixa	15.01.2022	Caixa	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, IV, a	2,70%	R\$ 33.393.904,13				
GERAÇÃO DE ENERGIA FIP	0,02%	R\$ 269.609,90	BRASIL PLURAL	15.01.2022	BNY MELLON	15.01.2022
BTG - INFRAESTRUTURA II	0,51%	R\$ 6.279.826,05	BTG PACTUAL	15.01.2022	SANTANDER	15.01.2022
BTG - ECONOMIA REAL FIP	0,40%	R\$ 5.005.487,28	BTG PACTUAL	15.01.2022	BTG PACTUAL	15.01.2022
BTG PACTUAL - INFRAESTRUTURA DIVIDENDOS - FIP	0,92%	R\$ 11.367.703,60	BTG PACTUAL	15.01.2022	BTG PACTUAL	15.01.2022
CAIXA FIP LOGÍSTICA	0,00%	R\$ 758,75	Caixa	15.01.2022	Caixa	15.01.2022
VINCI CAPITAL PARTNERS III	0,28%	R\$ 3.415.331,28	Vinci	15.01.2022	BEM DTVM	15.01.2022
KINEA PRIVATE EQUITY IV FIP	0,57%	R\$ 7.055.187,27	KINEA	15.01.2022	UONS TRUST	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 8º, IV, b	1,33%	R\$ 16.474.397,93				
BR HOTÉIS RI	1,33%	R\$ 16.474.397,93	GRAPHEN	15.01.2022	EUTE	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 9º, II	6,03%	R\$ 74.502.832,01				
MS GLOBAL OPPORTUNITIES IE	4,52%	R\$ 55.934.755,05	XP VISTA ASSET	15.01.2022	BNP PARIBAS	15.01.2022
LEGG MASON MARTIN CURRIE GLOBAL IE	1,50%	R\$ 18.568.076,96	WESTERN ASSET	15.01.2022	BNP PARIBAS	15.01.2022
FI DE RENDA VARIÁVEL - Art 9º, III	3,40%	R\$ 41.983.536,53				
WESTERN ASSET BDR NÍVEL I	3,40%	R\$ 41.983.536,53	WESTERN ASSET	15.01.2022	BNP PARIBAS	15.01.2022
TOTAL	100%	R\$ 1.236.316.626,82				

Fonte: Supinv

- Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário**

A partir da implantação da nova segregação de massa, ocorrida em dezembro de 2016, o Plano Previdenciário passou a ter despesas mensais maiores que as respectivas receitas e, a partir de julho de 2019, voltou a ter sobras mensais. Porém, devido à suspensão dos repasses das contribuições patronais ocasionada pela pandemia, o quadro se inverteu e o fundo ficou temporariamente deficitário, contudo, após o ente voltar a repassar a devida contribuição patronal, o plano se encontra superavitário.

Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário – janeiro a junho de 2021.
(R\$ X 1,00)

PLANO PREVIDENCIÁRIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
LOA	6.885.833	6.885.833	6.885.833	6.885.833	6.885.833	6.885.833
ARRECADAÇÃO	3.352.794	8.466.590	6.893.108	9.371.532	7.902.294	44.668.978
SUPERÁVIT	4.533.502	-	-	-	-	-
EMPENHO PESSOAL	5.303.613	5.226.921	5.210.054	5.238.374	5.201.981	7.691.709
EMPENHO CUSTEIO	229.607	480.240	482.697	505.103	514.460	993.111
SALDO ORÇAMENTÁRIO	2.353.076	2.759.429	1.200.357	3.628.055	2.185.854	35.984.158

Fonte: Supinv

- Fluxo de Caixa do Plano Financeiro**

O Plano Financeiro não possui regime de capitalização. Dessa forma, todos os meses a Prefeitura de Manaus repassa à Manaus Previdência aportes financeiros para complementação da folha de pagamento de aposentados e pensionistas ligados ao PFIN.

Fluxo de Caixa do Plano Financeiro – janeiro a junho de 2021.
(R\$ X 1,00)

PLANO FINANCEIRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
LOA	20.373.750	20.373.750	20.373.750	20.373.750	20.373.750	20.373.750
ARRECADAÇÃO	11.506.457	17.805.339	23.727.860	17.877.435	17.772.345	17.734.496
SUPERÁVIT	15.000.000	9.735.240	-	-	-	-
APORTE TESOUREIRO	-	-	-	-	5.099.027	16.084.894
EMPENHO PESSOAL	22.245.451	22.049.408	22.219.370	22.430.170	22.849.198	33.480.204
EMPENHO CUSTEIO	738.799	1.175.443	1.175.640	1.176.625	1.168.063	1.162.945
SALDO ORÇAMENTÁRIO	3.522.207	4.315.728	332.850	5.729.359	1.145.890	823.759

Fonte: Supinv




- Fluxo de Caixa do Fundo Administrativo (Taxa de Administração)**

O Fundo Administrativo, composto principalmente pelos recursos oriundos da Taxa de Administração do RPPS, é utilizado para pagamento das despesas correntes e de capital, necessárias à manutenção da Manaus Previdência.

Fluxo de Caixa do Fundo Administrativo (Taxa de Administração) – janeiro a junho de 2021.

(R\$ X 1,00)

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
LOA	1.766.167	1.766.167	1.766.167	1.766.167	1.766.167	1.766.167
ARRECAÇÃO	4.912.516	870.272	1.683.006	1.674.396	1.677.743	1.717.470
SUPERAVIT	-	-	5.904.483	-	-	-
EMPENHO	2.345.001	782.864	6.762.368	742.273	1.717.063	1.131.511
LIQUIDAÇÃO	841.653	923.219	7.074.484	1.017.528	1.129.189	1.465.912
SALDO ORÇAMENTÁRIO	2.567.514	87.409	825.120	932.123	- 39.319	585.959

Fonte: Supinv





9. LIMITES DE ALÇADA.

Entende-se por alçada o limite das competências e das atribuições para realização de atos administrativos decisórios.

O Decreto nº 4.846 de 18 de junho de 2020 – Regimento Interno da Manaus Previdência – dispõe, em seu capítulo VII, acerca dos limites de alçada da Manaus Previdência, para uma maior explanação a respeito, abaixo transcrevemos o capítulo e seus respectivos artigos:

CAPÍTULO VII

DOS LIMITES DE ALÇADA

Art. 42. O Diretor-Presidente praticará, conjuntamente com o Diretor de Administração e Finanças, os atos relativos às atividades administrativas que envolvam contratações e dispêndios de recursos com valores inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 43. Os atos relativos às atividades administrativas que envolvam contratações e dispêndios de recursos em valor superior ao definido no art. 42 deste Decreto, ficam condicionados à autorização do CMP.

§ 1º O Diretor-Presidente encaminhará ao CMP as solicitações de autorização que trata o *caput* deste artigo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º As solicitações referidas no § 1º deste artigo deverão conter nota técnica com as seguintes informações:

I – descrição do objeto da contratação e a justificativa da despesa, com informações acerca da adequação da contratação ao Planejamento Estratégico da MANAUSPREV, quando couber;

II – estimativa do valor total da despesa pretendida, especificando, quando for o caso, a previsão de dispêndio para cada exercício financeiro de vigência do contrato; e

III – previsão de recursos orçamentários.

§ 3º A respectiva autorização deverá ser juntada ao processo de contratação ou prorrogação antes da efetiva assinatura do contrato ou termo aditivo, conforme o caso.

§ 4º Nas contratações decorrentes da utilização de Ata de Registro de Preços, independentemente de tratar-se de ata elaborada pela própria unidade gestora ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido da autorização referida no *caput* deste artigo.

§ 5º A autorização de que trata este artigo constitui ato de governança das contratações, estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, que são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas respectivas, de acordo com suas competências legais, e não implicam em ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.





§ 6º A autorização de que trata este artigo não se aplica às transações afetas à área de investimentos.

Art. 44. As decisões do COMINV relativas à aprovação de alocações de recursos e desinvestimentos de valores superiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) deverão ser previamente autorizadas pelo CMP.

§ 1º Para fins de apuração do limite indicado no caput deste artigo, considerar-se-á individualmente cada aplicação ou resgate.

§ 2º Em caso de relevante necessidade ou urgência, a autorização prevista no § 1º poderá ser *ad referendum*, devendo constar nos autos expressa e fundamentada justificativa.

Com relação ao primeiro semestre de 2021, registra-se que, não houve decisões da Manaus Previdência relacionadas aos limites de alçada.





10. PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.

No que pertine às reuniões ordinárias e extraordinárias dos Órgãos Colegiados da Manaus Previdência – Conselho Diretor (CODIR), Conselho Fiscal (COFIS), Conselho Municipal de Previdência (CMP) e COMINV (Comitê de Investimentos) –, o assessoramento é feito por meio da elaboração dos atos convocatórios, minutas e padronização das atas, expedição de expedientes de comunicação para setores, entre outros.

É de rigor salientar que a periodicidade das reuniões dos referidos órgãos colegiados foi recentemente alterada pela Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019, por meio da qual foram estabelecidos o fluxo ordinário mensal e o extraordinário, a qualquer tempo, quando necessário.

10.1. Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo.

Até o segundo trimestre de 2021, o Conselho Municipal de Previdência (CMP), do qual são membros Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (Presidente), Marcelo Magaldi Alves, Vanessa Cardoso Carneiro, Maria Edna Araújo, Rossicleide Brandão da Fonseca, Altina Magalhães de Souza e Walber Moraes dos Reis, reuniu-se em 06 (seis) reuniões ordinárias e 05 (cinco) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

Quadro de Reuniões – CMP:

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
12/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de novembro de 2020; - Aprova Balancete do mês de novembro de 2020; - Aprova Relatório de Controle Interno do mês de novembro de 2020; e - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de novembro de 2020.
29/01/2021	1ª Extraordinária	- Aprova Disposição de servidor ao Estado do Amazonas.
03/02/2021	2ª Extraordinária	- Aprova Minuta que altera a Lei nº 870/2005.





09/02/2021	2ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de dezembro de 2020; - Aprova Balancete do mês de dezembro de 2020; - Aprova Relatório de Controle Interno do mês de dezembro de 2020; - Aprova Programa Anual de Auditoria 2021; - Aprova Relatórios Mensais de Investimentos de novembro e dezembro de 2020; - Aprova Pedido de cessão de servidor à Justiça Federal; e - Toma ciência quanto à implantação do Novo COMPREV.
25/02/2021	3ª Extraordinária	- Aprova Complementação de informações ao PL que altera a Lei nº 870/2005.
26/02/2021	4ª Extraordinária	- Aprova Prestação de Contas 2020; - Aprova Relatório CODIR de Limites de Alçada; - Aprova Relatório de Governança do ano de 2020; - Nega provimento ao Recurso Administrativo interposto em face de decisão que indeferiu pedido de pensão de filho maior inválido; e - Aprova proposta de venda do imóvel localizado na Rua Luiz Antony.
11/03/2021	3ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de janeiro de 2021; - Aprova Balancete do mês de janeiro de 2021; - Aprova Relatório de Avaliação Atuarial de 2021; - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de janeiro de 2021; - Aprova Resultado Pesquisa de Satisfação referente ao 2º Semestre de 2020; - Aprova Substituição de membros do COMINV; - Autoriza Abertura de <i>superavit</i> da sobra da Taxa Adm. de 2020; - Toma ciência acerca da relotação de servidores da AUDIN.
08/04/2021	4ª Ordinária	- Aprova Indicadores de desempenho do mês de fevereiro de 2021; - Aprova Relatório de Investimentos do mês de fevereiro de 2021; - Aprova Balancete do mês de fevereiro de 2021; e - Toma ciência sobre processo de disposição de servidor.
19/04/2021	5ª Extraordinária	- Aprova nova minuta do anteprojeto que altera a Lei nº 870/2005.





11/05/2021	5ª Ordinária	- Aprova Indicadores de desempenho do mês de março de 2021; - Aprova Relatório de Investimentos do mês de março de 2021; - Aprova balancete do mês de março de 2021; - Toma ciência quanto providências adotadas em relação à empresa que prestou serviços de inventário (processo siged nº 2018.17848.17891.0.002656); e - Aprova reconhecimento de softwares desenvolvidos pelo Setor de Tecnologia da Informação (STIN) como bens intangíveis da autarquia.
08/06/2021	6ª Ordinária	- Aprova Indicadores de desempenho do mês de abril de 2021; - Aprova Relatório de Investimentos do mês de abril de 2021; e - Aprova balancete do mês de abril de 2021.

Fonte: Cgab

10.2. Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal.

Até o segundo trimestre de 2021, o Conselho Fiscal (COFIS), do qual são membros titulares Suani dos Santos Braga (Presidente), Rosiane da Silva Brito, Mariolinda Correa Garcia dos Santos, Antônio da Silva Breves e Eli Camilo Custódio, reuniu-se em 06 (seis) reuniões ordinárias e 02 (duas) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

Quadro de Reuniões – COFIS:

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
07/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Balancete de novembro de 2020; e - Aprova Plano de Trabalho para 2021.
02/02/2021	2ª Ordinária	- Aprova Balancete de dezembro de 2020; - Aprova Relatórios Mensais de Investimentos de novembro e dezembro de 2020; e - Aprova Política de Investimentos para 2021.
25/02/2021	1ª Extraordinária	- Aprova Prestação de Contas de 2020; - Aprova Relatório de Governança referente ao ano de 2020; e - Submete à deliberação do CMP a sugestão de venda do imóvel localizado na Rua Luiz Antony.
09/03/2021	3ª Ordinária	- Aprova balancete de janeiro de 2021; - Aprova Relatório de Investimentos de janeiro de 2021; e - Aprova a substituição de membro representante do COFIS perante o Comitê de Investimentos.





10/03/2021	2ª Extraordinária	- Aprovam pedido de abertura total do <i>superavit</i> financeiro de 2020 da Taxa de Administração com a finalidade única e exclusiva de pagamento de benefícios do Plano Financeiro (PFIN).
06/04/2021	4ª Ordinária	- Aprova balancete de fevereiro de 2021; - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de fevereiro de 2021; e - Acolhe Parecer nº 34/2020 – PROJUR/MANAUS PREVIDÊNCIA sobre aplicação de penalidade de suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de 12 (doze) meses, à empresa contratada para realizar o balanço patrimonial da autarquia.
04/05/2021	5ª Ordinária	- Aprova balancete de março de 2021; - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de março de 2021; e - Aprova a incorporação de softwares desenvolvidos pelo Setor de Tecnologia da Informação (STIN) como bens intangíveis da autarquia.
1º/06/2021	6ª Ordinária	- Aprova balancete de abril de 2021; e - Aprova Relatório Mensal de Investimentos de abril de 2021.

Fonte: Cgab





10.3. Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos.

As decisões do Comitê de Investimentos (COMINV) são baseadas em dados e indicadores financeiros, sendo debatidas a partir do cenário econômico atual e prospectivo. Assim, são tomadas em consonância com as diretrizes estipuladas pelo Conselho Municipal de Previdência, por meio da Política de Investimentos, assim como as premissas estipuladas na Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo próprio Comitê.

No primeiro semestre de 2021 foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias. Não houve a necessidade de realização de reuniões extraordinárias no período e os principais temas tratados foram:

- Análise e aprovação do Relatório Mensal de Investimentos;
- Deliberação sobre realocação de recursos;
- Acompanhamento do Cenário Econômico;
- Acompanhamento do desempenho de fundos e dos gestores dos fundos investidos; e
- Acompanhamento dos fundos problemáticos.





10.3.1. Decisões Relativas a Aplicações.

DATA	VALOR	FUNDO
05/01/2021	R\$ 643.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
18/01/2021	R\$ 10.000.000,00	BB AÇÕES QUANTITATIVO
27/01/2021	R\$ 265.000,00	VINCI CAPITAL PARTNERS III
02/02/2021	R\$ 150.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
09/02/2021	R\$ 447.000,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
22/02/2021	R\$ 1.149.700,00	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
01/03/2021	R\$ 12.000.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM
16/03/2021	R\$ 7.000.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM
07/04/2021	R\$ 3.363.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM
19/04/2021	R\$ 3.000.000,00	SAFRA S&P REAIS FIM
20/04/2021	R\$ 2.053.799,54	SAFRA S&P REAIS FIM
26/04/2021	R\$ 48.458.580,00	CAIXA BOLSA AMERICANA FIM
03/05/2021	R\$ 436.291,07	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
17/05/2021	R\$ 31.037.442,55	CAIXA BOLSA AMERICANA FIM
18/05/2021	R\$ 859.846,27	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA
21/05/2021	R\$ 10.000.000,00	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA
24/05/2021	R\$ 15.394.225,08	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA
28/05/2021	R\$ 465.555,74	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA
22/06/2021	R\$ 380.557,00	KINEA PRIVATE EQUITY IV FIP
22/06/2021	R\$ 643.000,00	VINCI CAPITAL PARTNERS III

Fonte: Supinv

10.3.2. Decisões Relativas a Resgates.

DATA	VALOR	FUNDO
18/01/2021	R\$ 10.000.000,00	FUNDO
27/01/2021	R\$ 265.000,00	BB RPPS PERFIL
10/02/2021	R\$ 4.993.300,25	FI VITORIA RÉGIA
10/02/2021	R\$ 4.127.041,84	TOP FI RF
01/03/2021	R\$ 7.336.616,28	BRASIL RF LP (DIFERENCIAL)
01/03/2021	R\$ 12.000.000,00	BB RPPS PERFIL
07/04/2021	R\$ 3.363.010,45	BB RPPS FLUXO
13/04/2021	R\$ 2.051.733,05	BTG - INFRAESTRUTURA II
23/04/2021	R\$ 48.458.580,00	CAIXA BRASIL 2030 III TP RF
17/05/2021	R\$ 859.846,27	NTN-B - 15.05.2045
17/05/2021	R\$ 31.037.442,55	CAIXA RV 30 FIM
21/05/2021	R\$ 10.000.000,00	SANTANDER RENDA FIXA ATIVO
24/05/2021	R\$ 15.859.780,82	BB ALOCAÇÃO ATIVA FICFI
24/06/2021	R\$ 643.000,00	BB RPPS FLUXO

Fonte: Supinv





10.4. Reuniões e principais decisões do Conselho Diretor.

Até o segundo trimestre de 2021, o Conselho Diretor (CODIR), do qual são membros, Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (Diretora-Presidente), Lyvia Belém Martins Guimarães (Diretora de Administração e Finanças) e Ana Sílvia dos Santos Domingues (Diretora de Previdência), reuniu-se em 06 (seis) reuniões ordinárias e 14 (catorze) reuniões extraordinárias, deliberando sobre os seguintes assuntos:

Quadro de Reuniões – CODIR

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
26/01/2021	1ª Ordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de dezembro de 2020.
05/02/2021	2ª Ordinária	- Determina a revisão do Relatório de Pesquisa de Satisfação referente ao segundo semestre de 2020; - Aprova Agenda da Qualidade para 2021; e - Autoriza a PROJUR a Impugnar a Execução por inconsistência no pedido dos autores.
15/02/2021	1ª Extraordinária	- Determina a continuação das providências referentes ao Plano de Retorno às Atividades Presenciais.
23/02/2021	2ª Extraordinária	- Aprova Relatório de Governança referente ao Quarto trimestre de 2020 (Anual); e - Aprova Relatório de Pesquisa de Satisfação após revisão.
24/02/2021	3ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não interpor Recursos Extraordinário e Especial por se tratar de matéria já definida em repercussão geral.
25/02/2021	4ª Extraordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho do mês de janeiro de 2021.
02/03/2021	3ª Ordinária	- Toma ciência e ratifica indicação de novos membros para composição do Comitê de Investimentos no biênio 01-04-21 a 01-04-23.
08/03/2021	5ª Extraordinária	- Delibera sobre relotação de servidores.
24/03/2021	6ª Extraordinária	- Aprova Relatório de Atividades PROJUR do ano de 2020; e - Delibera sobre Parecer PROJUR a respeito do ajuizamento de ação judicial para antecipação de produção de provas.
26/03/2021	7ª Extraordinária	- Aprova os Indicadores de Desempenho referentes ao mês de fevereiro de 2021.
07/04/2021	4ª Ordinária	- Determina abertura de sindicância por perda de prazo judicial.
22/04/2021	8ª Extraordinária	- Acolhe Parecer sobre concessão de pensão por morte de filho





		maior inválido.
23/04/2021	9ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer de decisão judicial que reconheceu direito à aposentadoria de ex-servidora com duas cadeiras de professora de 20h (desmembramento de uma cadeira de 40h).
29/04/2021	10ª Extraordinária	- Aprova os Indicadores de Desempenho do mês de março de 2021.
17/05/2021	5ª Ordinária	- Autoriza alteração excepcional do prazo de instrução dos processos de aposentadoria de 18 (dezoito) para 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar de 1º de maio, pelo período de 90 (noventa) dias.
28/05/2021	11ª Extraordinária	- Delibera pela não aceitação de acordo de débito por recebimento indevido de benefício previdenciário e pelo envio de <i>Notícia Criminis</i> ao MP.
31/05/2021	12ª Extraordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho de abril de 2021.
07/06/2021	6ª Ordinária	- Autoriza ampliação excepcional do prazo para análise dos processos de pensão pela Auditoria Interna, a contar de 1º de junho, pelo período de 90 (noventa) dias.
24/06/2021	13ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não impugnar a execução em processo de cobrança de honorários sucumbenciais.
29/06/2021	14ª Extraordinária	- Aprova Indicadores de Desempenho de maio de 2021; e - Aprova Relatório de Governança Corporativa referente ao Primeiro Trimestre de 2021.

Fonte: Cgab





11. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.

11.1. Gestão de Pessoal.

– **Quantitativo de servidores ativos da autarquia:** O quadro de pessoal da Manaus Previdência é formado por servidores efetivos, cargos comissionados e estagiários, nos quantitativos conforme a tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES											EM: 30/06/2021	
TIPO DE CARGOS	MÊS											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CLT	0	0	0	0	0	0						
ESTATUTARIOS (efetivos, cedidos e comissionados com vínculo)	59	58	57	57	58	58						
DISPOSICIONADOS A OUTRAS ESFERAS DE PODER	0	1	2	2	2	2						
REQUISIÇÃO TRE	2	2	2	2	2	2						
COMISSIONADOS SEM VÍNCULO	19	20	20	20	19	19						
ESTAGIÁRIOS	14	16	17	14	18	17						
TOTAL/MÊS	94	97	98	95	99	98	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sgep

– **Concurso e Posse:** A Manaus Previdência realizou concurso público para os cargos de Técnico e Analista Previdenciário (Edital 01/2015) e Procurador Autárquico (Edital 02/2015) em 2015, sendo homologado em setembro de 2015 e com validade até setembro de 2019.

Com a expiração do concurso, houve a constituição da Comissão Especial de Concurso Público da Manaus Previdência, por meio da publicação da Portaria nº 394/2019 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA, visando à realização de estudos e levantamentos necessários para subsidiar a contratação de empresa organizadora para a realização de um novo certame.

A banca escolhida para realizar o Certame foi a Fundação Carlos Chagas, por meio de dispensa de licitação, ato publicado no DOM nº 4964, de 11/11/2020. O processo 2019.17848.17852.0.001488, que trata do Concurso, consta em tratativas finais visando assinatura do contrato, visto que a Fundação sugeriu algumas alterações na minuta contratual, já analisadas e aprovadas pela Procuradoria desta Manaus Previdência.

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do concurso está procedendo ações quanto a ajustes burocráticos para a realização do concurso.





– **Diárias:** Desde a concepção do regime *home office*, houve a suspensão de viagens oficiais, por meio do Decreto nº 4798, de 13 de março de 2020, Decreto nº 4812, de 23 de abril de 2020 e Decreto nº 4836, de 29 de maio de 2020. As viagens poderão ocorrer em casos específicos onde não seja possível a participação do servidor em evento remoto. Assim, no período de janeiro a junho de 2021 não houve concessão de diárias.

– **Treinamento e Capacitação:** Em relação à Capacitação de Pessoal, a Manaus Previdência possui parceria com a Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI), a qual oferece diversos tipos de treinamento aos servidores municipais, de acordo com a demanda emitida por Órgão/Entidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

A meta anual de treinamento de servidores na Manaus Previdência é de 80% (oitenta por cento) dos servidores capacitados com pelo menos 20 (vinte) horas.

No primeiro semestre de 2021, os servidores da Manaus Previdência participaram 30 (trinta) cursos/treinamentos, o que equivale à 440 (quatrocentos e quarenta) horas e 22,1% (vinte e dois inteiros e dez centésimos por cento) dos servidores qualificados com pelo menos 20 (vinte) horas e, carga essa majorada para 30 (trinta) horas a contar, retroativamente, a partir do mês de julho.

Dentre as capacitações realizadas, podemos destacar:

Treinamentos e capacitações – janeiro a junho de 2021.

NOME DO CURSO	MÊS	CARGA HORÁRIA
PRO-GESTÃO RPPS	JAN	30
A LIDERANÇA PÚBLICA EM TEMPOS DE CRISE	JAN	10
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS APLICADA AO CONTEXTO DAS OUVIDORIAS	FEV	20
NOÇÕES BÁSICAS EM PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR	MAR	25
FORMAÇÃO INICIAL DE CONSELHEIROS	MAR	8
CONDUTA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	ABR	20
70ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV	ABR	10
Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital	MAI	20
Previdência complementar do servidor público e o seu impacto no custo previdenciário dos municípios	MAI	3
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - CONCEITOS BÁSICOS EM GESTÃO DOCUMENTAL	MAI	20
Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais	JUN	5
Novas Tecnologias para a Transformação Digital	JUN	30
Governança de Dados	JUN	30





Fonte: Sgep

– **Folha de Pagamento:** Abaixo, as tabelas contendo os valores das folhas de pagamento e encargos referentes ao primeiro trimestre:

Demonstrativo de Evolução da Folha de Pagamento – janeiro a junho de 2021.

MÊS	QUANTITATIVO SERVIDORES	VENCIMENTOS	INSS (PATRONAL)	MANAUSPREV (PATRONAL)	PIS	FGTS	TOTAL/MÊS
JAN	80	R\$ 733.459,36	R\$ 25.813,20	R\$ 61.737,10	R\$ 6.092,95	R\$ 0,00	R\$ 827.102,61
FEV	81	R\$ 652.623,06	R\$ 23.345,07	R\$ 61.468,62	R\$ 6.118,31	R\$ 0,00	R\$ 743.555,06
MAR	81	R\$ 664.740,91	R\$ 24.190,58	R\$ 61.212,67	R\$ 6.106,57	R\$ 0,00	R\$ 756.250,73
ABR	81	R\$ 644.992,78	R\$ 22.727,09	R\$ 61.132,98	R\$ 6.066,90	R\$ 0,00	R\$ 734.919,75
MAI	81	R\$ 660.499,27	R\$ 23.669,31	R\$ 61.737,10	R\$ 6.121,85	R\$ 0,00	R\$ 752.027,53
JUN	81	R\$ 942.004,39	R\$ 24.248,28	R\$ 61.669,00	R\$ 6.129,17	R\$ 0,00	R\$ 1.034.131,84
TOTAL POR TIPO		R\$ 4.298.319,77	R\$ 143.993,53	R\$ 368.957,47	R\$ 36.635,75	R\$ 0,00	R\$ 4.847.987,52

Fonte: Sgep

11.2. Gestão Orçamentária e Financeira.

11.2.1. Planejamento Orçamentário.

O Orçamento Público é o instrumento legal (aprovado por lei) utilizado para organizar os recursos financeiros. Nele, está contida a discriminação da receita (fonte dos recursos) e da despesa (aplicações dos recursos) de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo. Basicamente é o que se planeja receber (arrecadar) de recursos financeiros e a previsão de gastos, destinados às diversas áreas de atuação (programas de trabalho).

O Planejamento Orçamentário da Manaus Previdência para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei nº 2.723, de 30/12/2020, publicada no Diário Oficial do Município – DOM nº 4997, de 30/12/2020, no qual foram estimadas as receitas totais em R\$ 348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões e trezentos e nove mil reais) e fixadas as despesas em igual valor em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

- **Receitas**

Conforme norma ditada pela Lei Federal nº 4.320/64, a receita deve ser estimada antes do início do exercício e utilizada de acordo com as diretrizes institucionais. A estimativa de receita objetiva determinar antecipadamente o volume de recursos a ser



arrecadado em um dado exercício financeiro, possibilitando uma programação orçamentária equilibrada. A apuração financeira dos recursos da Manaus Previdência é, em grande parte, baseada na contribuição previdenciária dos servidores ativos, em casos específicos dos aposentados e pensionistas e de outras fontes de receita estabelecidas no artigo 13 da lei municipal nº 870/2005.

Os contribuintes são divididos por meio de características legalmente estabelecidas quando da criação ou reformulação de regras que regem os regimes de previdência. Sendo assim, a receita é vinculada à fonte da qual são originários, no caso em questão, os Planos Previdenciário e Financeiro. Do montante equivalente às arrecadações destinadas a esses planos, retira-se o valor correspondente à alíquota legal preestabelecida para a formação da Taxa de Administração.

As tabelas abaixo demonstram os valores anuais projetados em contraste com o que foi efetivamente arrecadado, por fonte de recurso, no período de janeiro a junho de 2021:

PLANO PREVIDENCIÁRIO								
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
260 - Plano Previdenciário	75.430.000	2.715.960	6.845.970	6.884.509	6.878.311	7.033.950	7.038.672	37.397.371
294 – Rendimentos	7.200.000	636.835	1.620.621	8.599	2.493.221	868.344	37.630.306	43.257.926
TOTAL	82.630.000	3.352.794	8.466.590	6.893.108	9.371.532	7.902.294	44.668.978	80.655.297

Fonte: Afim/Splan

A arrecadação total do Plano Previdenciário, no segundo trimestre, foi de R\$61.942.804,15 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quatro reais e quinze centavos). O total arrecadado nos 6 (seis) primeiros meses do ano representa 97,61% (noventa inteiros e sessenta e um centésimos por cento) do total previsto na LOA para o ano de 2021. A principal variável que impactou no aumento da arrecadação foi a receita de rendimentos no mês de junho.

PLANO FINANCEIRO								
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
261 - Plano Financeiro	244.435.000	11.465.249	17.790.540	23.705.395	17.859.930	17.750.223	17.710.976	106.282.313
294 - Rendimentos	50.000	41.208	14.799	22.465	17.505	22.122	23.521	141.619
TOTAL	244.485.000	11.506.457	17.805.339	23.727.860	17.877.435	17.772.345	17.734.496	106.423.932

Fonte: Afim/Splan

O Plano Financeiro (PFIN) é um plano em extinção com repartição simples, sem propósito de acumular recursos. A arrecadação no segundo trimestre do ano foi de



R\$53.384.276,25 (cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos). O total arrecadado nos 6 (seis) primeiros meses do ano representa 43,53% (quarenta e três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) do total previsto na LOA para o ano de 2021.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO								
FONTE	PREVISÃO – LOA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
262 - Taxa de Adm.	20.994.000	4.902.397	862.135	1.663.151	1.664.243	1.662.568	1.698.950	12.453.444
294 – Rendimentos	200.000	10.119	8.137	19.855	10.153	15.176	18.520	81.959
TOTAL	21.194.000	4.912.516	870.272	1.683.006	1.674.396	1.677.743	1.717.470	12.535.403

Fonte: Afim/Splan

Por fim, o valor arrecadado, no segundo trimestre, de Taxa de Administração foi de R\$ 5.069.609,88 (cinco milhões, sessenta e nove mil, seiscentos e nove reais e oitenta e oito centavos). O total arrecadado nos 6 (seis) primeiros meses do ano representa 59,15% (cinquenta e nove inteiros e quinze centésimos por cento) do total previsto na LOA para o ano de 2021.

• Despesas

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, na elaboração do orçamento, a receita deve ser estimada e, com igual valor, à despesa fixada, antes do início do exercício, obedecendo ao princípio do equilíbrio orçamentário. Esse desembolso de recursos é, portanto, necessariamente autorizado por lei e tem como objetivo o custeio dos proventos devidos aos aposentados e pensionistas, assim como a manutenção da estrutura física e humana da autarquia, além de possibilitar aplicações e investimentos.

A Manaus Previdência tem sob sua responsabilidade a gerência dos valores angariados por meio dos Planos Previdenciário e Financeiro que, por sua vez, abastecem a Taxa de Administração. Cada plano é responsável por custear seus próprios gastos, não havendo assim possibilidade legal de trânsito de obrigações entre estes.

A tabela abaixo demonstra os valores do orçamento, de cada plano, que já estão comprometidos no ano corrente:



PLANO	FONTE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Plano Previdenciário	100 - Recursos Ordinários	-	-	-	-	51	51	103
	260 - Plano Previdenciário	950.819	5.713.461	5.699.051	5.724.777	5.697.489	8.191.069	31.976.666
	294 - Rendimentos	30.000	-	-	25.000	-	500.000	555.000
	660 - Superávit Financeiro - PPREV	4.533.502	-	-	-	-	-	4.533.502
Plano Financeiro	100 - Recursos Ordinários	103	103	103	103	5.099.027	16.084.997	21.184.433
	261 - Plano Financeiro	7.979.147	13.489.509	23.394.907	23.606.692	18.918.234	18.558.153	105.946.643
	294 - Rendimentos	5.000	-	-	-	-	-	5.000
	661 - Superávit - Exercícios Anteriores	15.000.000	9.735.240	-	-	-	-	24.735.240
Taxa de Administração	262 - Taxa de Adm.	1.655.374	1.027.687	1.029.355	1.015.606	1.103.021	1.290.004	7.121.048
	294 - Rendimentos	-	-	-	-	10.000	-	10.000
	662 - Superávit - Exercícios Anteriores	-	-	5.904.483	-	-	-	5.904.483

Fonte: Afim/Splan

No Plano Previdenciário, o valor total comprometido no segundo trimestre foi de R\$ 20.138.437,93 (vinte milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos). Destaque para o valor maior em junho devido ao pagamento da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas.

O Plano Financeiro apresenta um valor empenhado, no período de abril a junho, de R\$ 82.267.205,57 (oitenta e dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Nota-se a utilização de fonte do tesouro (aporte) a partir da competência de maio. O PFIN é um plano em extinção em que é necessário o repasse de recursos do tesouro para custear os benefícios previdenciários, por isso a utilização da fonte 100 – Recursos Ordinários.

A taxa de administração teve o valor de R\$ 3.418.631,29 (três milhões, quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos) empenhado no segundo trimestre.

Cabe ressaltar que os valores dos planos PPREV e PFIN destinam-se ao pagamento dos aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS do município de Manaus e teve despesas executadas de acordo com o previsto.

- **Orçamento aplicado por plano/ação**

A despesa por ação pode ser definida como um conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa (orçamento). A ação pode ser um projeto, atividade ou operação especial. Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual (PPA), ou seja, quatro anos.

Na Manaus Previdência foram estabelecidas 10 (dez) diferentes ações, assim descritas:





2002 — Folha de Pessoal e Encargos Sociais – Realização de pagamento de pessoal ativo e encargos sociais, inclusive nomeações, enquadramentos e direitos constitucionais.

2011 — Contratação de Serviços para Manutenção Funcional – Manutenção da unidade por meio de serviços contratados.

2012 — Suprimento de Materiais e Equipamentos para Manutenção Funcional – Manutenção e apoio administrativo para cumprimento das atribuições dos órgãos e entidades da administração.

2038 — Manutenção da Manausprev Itinerante – Fomentar a educação previdenciária para os servidores municipais.

2039 — Promoção da Vitalidade Pós-Aposentadoria – Programação sociocultural, educativa, ocupacional e psicossocial, auxiliando na prevenção, promoção e integração social, agregando qualidade aos anos de vida de segurados e dependentes da Manaus Previdência.

2040 — Gestão de Investimentos e Aplicações Financeiras – Análise de mercado e acompanhamento dos ativos pertencentes à carteira de investimento visando retorno apropriado ao perfil de risco.

2041 — Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes – Garantir a concessão dos benefícios previdenciários aposentados e pensionistas.

2069 — Capacitação de Servidores e Representação Institucional – Capacitação e representação em eventos de interesse institucional, objetivando resguardar o patrimônio da Manaus Previdência.

5007 — Encargos Especiais da Manausprev – Despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, sentenças judiciais, precatórios, indenizações e outras afins.

9002 — Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – Atendimento dos passivos contingentes, outros riscos imprevistos e à abertura de créditos adicionais.

A tabela abaixo demonstra os valores empenhados no primeiro semestre de 2021, em cada plano, divididos por ação. Na taxa de administração destacam-se as ações “2002 – Folha de Pessoal e Encargos Sociais” e “2011 – Contratação de Serviços para Manutenção Funcional”, responsáveis por cerca de 94% (noventa e quatro inteiros por cento) do total das despesas empenhadas no semestre. Já as despesas





empenhadas no PPREV e PFIN foram exclusivamente na ação “2041 – Benefícios e Custeio dos Segurados e Dependentes”.

PLANO		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Plano Previdenciário	Receita	3.352.794	8.466.590	6.893.108	9.371.532	7.902.294	44.668.978	80.655.297
	Superavit	4.533.502	-	-	-	-	-	4.533.502
	Despesa	5.514.320	5.713.461	5.699.051	5.749.777	5.697.489	8.691.069	37.065.167
	Saldo Orçamentário	2.371.976	2.753.129	1.194.057	3.621.755	2.204.805	35.977.909	48.123.631
Plano Financeiro	Receita	11.506.457	17.805.339	23.727.860	17.877.435	17.772.345	17.734.496	106.423.932
	Superavit	15.000.000	9.735.240	-	-	-	-	24.735.240
	Aporte	-	-	-	-	5.098.924	16.084.894	
	Despesa	22.984.250	23.224.851	23.395.010	23.606.795	24.017.261	34.643.150	151.871.316
	Saldo Orçamentário	3.522.207	4.315.728	332.850	- 5.729.359	- 1.145.992	- 823.760	471.059
Taxa de Administração	Receita	4.912.516	870.272	1.683.006	1.674.396	1.677.743	1.717.470	12.535.403
	Superavit	-	-	5.904.483	-	-	-	5.904.483
	Despesa	1.655.374	1.027.687	6.933.838	1.015.606	1.113.021	1.290.004	13.035.531
	Saldo Orçamentário	3.257.141	- 157.415	653.651	658.790	564.722	427.466	5.404.355

Fonte: Afim/Splan

• Resultado Orçamentário

Considerando todas as receitas e despesas descritas anteriormente, pode-se definir a execução do orçamento e obter o saldo orçamentário mensal, através da diferença entre a receita arrecadada e despesa empenhada.

Com isso, nota-se que o PPREV possui *superávit* orçamentário acumulado de R\$48.123.631,00 (quarenta e oito milhões, cento e vinte e três mil e seiscentos e trinta e um reais).

No PFIN, o segundo trimestre foi marcado pela volta da necessidade de aporte financeiro por parte do Município de Manaus e *déficit* orçamentário dos meses de abril a junho. No entanto, o resultado orçamentário acumulado no ano é positivo em R\$471.059,55 (quatrocentos e setenta e um mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

A Taxa de Administração possui *superávit* orçamentário mensal e o total acumulado é de R\$5.404.355,12 (cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).





PLANO		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Plano Previdenciário	Receita	3.352.794	8.466.590	6.893.108	9.371.532	7.902.294	44.668.978	80.655.297
	Superavit	4.533.502	-	-	-	-	-	4.533.502
	Despesa	5.514.320	5.713.461	5.699.051	5.749.777	5.697.489	8.691.069	37.065.167
	Saldo Orçamentário	2.371.976	2.753.129	1.194.057	3.621.755	2.204.805	35.977.909	48.123.631
Plano Financeiro	Receita	11.506.457	17.805.339	23.727.860	17.877.435	17.772.345	17.734.496	106.423.932
	Superavit	15.000.000	9.735.240	-	-	-	-	24.735.240
	Aporte	-	-	-	-	5.098.924	16.084.894	
	Despesa	22.984.250	23.224.851	23.395.010	23.606.795	24.017.261	34.643.150	151.871.316
	Saldo Orçamentário	3.522.207	4.315.728	332.850	- 5.729.359	- 1.145.992	- 823.760	471.059
Taxa de Administração	Receita	4.912.516	870.272	1.683.006	1.674.396	1.677.743	1.717.470	12.535.403
	Superavit	-	-	5.904.483	-	-	-	5.904.483
	Despesa	1.655.374	1.027.687	6.933.838	1.015.606	1.113.021	1.290.004	13.035.531
	Saldo Orçamentário	3.257.141	- 157.415	653.651	658.790	564.722	427.466	5.404.355

Fonte: Afim/Splan





11.2.2. Apresentação do Balanço Geral (Relatório Circunstanciado).

Este Relatório Circunstanciado das Atividades Econômicas Financeiras e de Gestão até o segundo trimestre de 2021 contempla o conjunto de ações realizadas pela Manaus Previdência, englobando as atividades organizacionais, administrativas e as atividades econômico-financeiras, bem como os benefícios financeiros mensuráveis da sua atuação.

As realizações dos atos administrativos, desenvolvidos em harmonia com as diretrizes impostas nas leis de planejamento do Município – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual – traduzem os esforços deste órgão para cumprir sua missão, de maneira cada vez mais eficiente, eficaz, efetiva e econômica.

11.2.2.1 Dos Registros Contábeis.

Na organização contábil da Manaus Previdência foi observada uma ampla valorização organizacional no parâmetro econômico-financeiro, teor originário da Norma Geral da Contabilidade em conformidade com as determinações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas normas são confiáveis por conterem informações de total interação quanto ao modo de organizar e decidir sobre o equilíbrio financeiro e a preservação do bem da entidade.

11.2.2.2 Das atividades Orçamentárias.

A Receita Orçamentária é o valor estimado referente à soma das disponibilidades dos recursos financeiros que ingressaram no exercício de 2021, aumentando o saldo financeiro da autarquia. O valor orçado para este exercício financeiro foi de R\$348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil reais).

Os valores acumulados até o segundo trimestre de 2021 apresentam as receitas arrecadadas na ordem de R\$ 199.614.632,07 (cento e noventa e nove milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e dois reais e sete centavos) que



corresponde a 57,31% (cinquenta e sete inteiros e trinta e um centésimo por cento) da receita prevista.

Quadro demonstrativo da Receita Orçada:

Tabela 1 - Receita Consolidada		
* RECEITA ORÇADA	R\$	%
1 - Receita Prevista	R\$ 348.309.000,00	
2 - Receita Atualizada	R\$ 348.309.000,00	100,00%
3 - Receita Arrecadada	R\$ 199.614.632,07	57,31%
4 - A Arrecadar (2-3)	R\$ (148.694.367,93)	-42,69%

Fonte: Afim/Scont

Dentre as receitas arrecadadas, destacam-se as receitas de contribuições do servidor e patronal que correspondem, respectivamente, a 36,06% (trinta e seis inteiros e seis centésimos por cento) e 48,18% (quarenta e oito inteiros e dezoito centésimos por cento) do valor arrecadado, conforme quadro:

Quadro demonstrativo das Receitas Correntes e Intraorçamentárias:

Tabela 2 - Receita Detalhada			
* RECEITAS CORRENTES	R\$	100.866.561,70	%
Receita de Contribuição	R\$	53.025.277,02	26,56%
Receita Patrimonial	R\$	43.481.503,90	21,78%
Outras Receitas Correntes	R\$	4.370.310,40	2,19%
(-) Dedução Receita Corrente	R\$	(10.529,62)	-0,005%
* RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$	98.748.070,37	
Receita de Contribuição - Intraorçamentária	R\$	80.463.588,71	40,31%
Receita de Serviço - Intraorçamentária	R\$	12.379.998,99	6,20%
Outras Receitas Correntes - Intraorçamentária	R\$	5.904.482,67	2,96%
(-) Dedução Receita Intraorçamentária	R\$	-	0,000%
TOTAL	R\$	199.614.632,07	100,00%

Fonte: Afim/Scont

No que tange as despesas, a dotação inicial foi de R\$ 348.309.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e nove mil reais), e a despesa empenhada até o segundo trimestre foi de R\$ 202.430.265,57 (duzentos e dois milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), havendo saldo de dotação de R\$ 201.548.108,10 (duzentos e um milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, cento e oito reais e dez centavos), considerando o destaque concedido e a dotação bloqueada. Vale ressaltar que até o segundo trimestre já foram empenhados 50,02% (cinquenta inteiros e dois centésimos por cento) em relação a despesa atualizada.




Quadro demonstrativo da Despesa Orçada:

Tabela 3 - Despesa Consolidada		
* DESPESA ORÇADA	R\$	%
1 - Despesa Fixada	R\$ 348.309.000,00	
2 - Despesa Atualizada	R\$ 404.667.751,89	100,00%
3 - Despesa Empenhada	R\$ 202.430.265,57	50,02%
4 - Desta que Concedido	R\$ 75.620,79	0,02%
5 - Dotação Bloqueada	R\$ 613.757,43	0,15%
4 - Saldo de Dotação Orçamentária	R\$ 201.548.108,10	49,81%

Fonte: Afim/ Scont

Dentre as despesas empenhadas, destacam-se as despesas correntes com pessoal e encargos, que correspondem a 90,66% (noventa inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), e outras despesas correntes intraorçamentárias com 7,43% (sete inteiros e quarenta e três centésimos por cento).

Quadro demonstrativo das Categorias Econômicas:

Tabela 4 - Despesa Detalhada		
* CATEGORIAS ECONÔMICAS	R\$	%
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 186.988.580,81	
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 183.520.340,08	90,66%
1.2 - Outras Despesas Correntes	R\$ 3.468.240,73	1,71%
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 7.953,60	
2.1 - Investimentos	R\$ 7.953,60	0,00%
3 - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 15.433.731,16	
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 389.962,80	0,19%
3.2 - Outras Despesas Correntes	R\$ 15.043.768,36	7,43%
3 - Total Geral (1 + 2 + 3)	R\$ 202.430.265,57	100,00%

Fonte: Afim/Scont
11.2.2.3 Das Atividades Financeiras.

Nas atividades financeiras, apresentam-se o Caixa e Equivalente de Caixa, que são os valores dos bancos conta movimento de curto prazo e disponíveis para liquidez e dos Investimentos e Aplicações Financeiras, os quais demonstram posições nas carteiras de ativos da Manaus Previdência e são realizadas de acordo com a Política de Investimentos e com os parâmetros estabelecidos em conformidade com a Resolução nº 3.922/2010 e suas atualizações.




Quadro demonstrativo de Caixa, Equivalente de Caixa e Investimentos:

Tabela 5 - Detalhamento Financeiro		
1 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$	15.133,59
Curto Prazo	R\$	15.133,59
Banco Conta Movimento	R\$	15.133,59
2 - INVESTIMENTOS	R\$	1.236.316.626,82
Curto Prazo	R\$	1.052.949.408,27
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	R\$	409.991.229,16
Aplicações em Segmento de Renda Variável	R\$	636.515.433,29
Aplicações com a Taxa de Administração	R\$	6.442.745,82
Longo Prazo	R\$	183.367.218,55
Titulos e Valores Mobiliários	R\$	183.367.218,55

Fonte: Afim/Scont
11.2.2.4 Do Ativo e Passivo.

No quadro a seguir, destacam-se os saldos até o segundo trimestre de 2021, concernentes aos bens, direitos e obrigações da autarquia. O ativo compreende às contas patrimoniais que possuem valores econômicos, sendo a parte positiva, enquanto o passivo são os valores das obrigações devidas.



Quadro demonstrativo do Ativo e do Passivo – janeiro a junho de 2021:

Tabela 6 - Ativo e Passivo Detalhado		
1 - ATIVO (Bens e Direitos)	R\$	1.486.118.394,60
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$	15.133,59
Demaís Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$	30.298.434,99
Investimento em Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$	1.052.949.408,27
Estoques	R\$	40.832,82
CP	R\$	3.449,97
Créditos a LP	R\$	198.938.430,75
Demaís Créditos e Valores a LP	R\$	1.590.960,20
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente LP	R\$	840,00
Títulos e Valores Mobiliários	R\$	183.367.218,55
Aplicações em Segmento de Imóveis	R\$	1.476.000,00
Bens Móveis	R\$	3.834.114,15
(-) Depreciação de Bens Móveis	R\$	(2.528.985,54)
Intangíveis	R\$	2.632.556,85
Bens Imóveis	R\$	13.500.000,00
2 - PASSIVO (Obrigações)	R\$	1.536.987.327,72
Obrigações Trabalhista e Previdenciárias a Pagar a Curto Prazo	R\$	904.827,62
Fornecedores a Pagar	R\$	1.888.017,77
Provisões a Curto Prazo	R\$	347.875,37
Obrigações Trabalhista e Previdenciárias a Pagar a LP	R\$	5.183.593,28
Fornecedores a Pagar a Longo Prazo	R\$	25.813,76
Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP	R\$	1.509.988.271,92
Demaís Obrigações a LP	R\$	13.794.067,59
Patrimônio Líquido	R\$	4.854.860,41

Fonte: Afim/Scont

Assim, foram descritos os resultados dos registros contábeis referidos ao segundo trimestre de 2021. Todas as atividades foram executadas pela competência (fato gerador), de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).



11.3. Gerenciamento do Custeio e Contratos.

11.3.1. Gestão de Custeio (Despesas Administrativas).

– Água: Edifício Garagem e Sede.

Durante o período de janeiro a junho de 2021, a Manaus Previdência realizou o pagamento apenas da tarifa mínima pelos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, conforme estrutura tarifária vigente, visto que a sede da Manaus Previdência possui poço artesiano e o Edifício Garagem está temporariamente fechado.

No Edifício Garagem e na Sede, houve um aumento em relação ao mesmo período em 2020, em virtude de reajustes tarifários, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Comparativo de Despesa Administrativa – Água (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Unid. Consum.	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Água	Edifício Garagem	2021	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 2.656,92	0,64%
		2020	R\$ 425,90	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 440,00	R\$ 2.640,00	
	Sede	2021	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 1.328,46	0,00%
		2020	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 1.328,46	

Fonte: Smat

– Correios.

Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), em que foram adaptadas as formas de envio de correspondências e outros documentos, não houve dispêndio de valores pela Manaus Previdência com os serviços dos Correios no primeiro trimestre de 2021, ao contrário do que ocorreu no mesmo período de 2020, quando foram enviados documentos e notificações em geral aos segurados e documentos via Sedex às empresas contratadas pela autarquia e às instituições financeiras com as quais a Superintendência de Investimentos possui relação.

Quanto ao segundo trimestre de 2021, ocorreu dispêndio de recursos apenas no mês de junho, enquanto no mesmo período do ano anterior já observava-se uma tendência de queda no gasto com os Correios, tendo em vista que o novo cenário exigiu a menor manipulação de documentos físicos, substituídos em sua maioria pela via digital.

O comparativo segue abaixo, considerando os primeiros trimestres dos anos de 2021 e de 2020:





Tabela 2 – Comparativo de Despesa Administrativa – Correios (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Variação (Aumento Ou Redução)
Correios	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,35	R\$ 19,73	R\$ 118,35	-85,03%
	2020	R\$ 155,45	R\$ 251,55	R\$ 156,90	R\$ 130,27	R\$ 15,55	R\$ 80,99	R\$ 131,79	R\$ 790,71	

Fonte: Smat

– Energia Elétrica.

Sede: A energia elétrica representa o maior gasto com despesas administrativas da Manaus Previdência. Grande parte da fatura de energia elétrica da sede da Manaus Previdência é composta de demanda contratada, cerca de 40% (quarenta por cento) do valor total.

No entanto, medidas têm sido adotadas junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) que é a responsável por solicitar a renovação da viabilidade da redução da demanda e por realizar os ajustes no projeto de proteção secundária para apreciação da concessionária Amazonas Energia S/A. Após redução dessa demanda contratada de 433 kW para 155 kW, será gerada uma economia de cerca de R\$5.000,00 (cinco mil reais) mensais no valor da fatura.

A Amazonas Energia S/A já aprovou o projeto de proteção secundária, elaborado por um engenheiro da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus (SEMINF), abrangendo a redução da demanda contratada. Entretanto, constatou-se a necessidade de realizar adequações nas instalações físicas da Manaus Previdência antes de solicitar a vistoria da equipe da concessionária para atestar a conformidade e formalizar o aditivo de redução da demanda contratada.

Para regularizar a subestação, será necessária a abertura de um processo de contratação de empresa para fornecer o material e realizar os serviços de adequação, a ser instruído pela SEMINF, o que tem demandado tempo para conclusão.

Foi realizada a licitação Tomada de Preços nº 005/2021, na qual a empresa Maquine Manutenção Elétrica – Eireli sagrou-se vencedora. Atualmente, o processo está em fase de homologação do certame pela autoridade competente, com expectativa de finalização do processo de contratação no terceiro trimestre de 2021.

Acerca dos valores das faturas do primeiro semestre de 2021, observou-se um aumento dos gastos com as faturas de energia, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Entretanto, o consumo no primeiro semestre deste ano foi cerca de 32% (trinta e dois por cento) menor em relação ao seis primeiros meses de





2020, em razão dos Decretos Municipais nº 4.999/2021 e nº 5.050/2021, que dispõem sobre o regime de teletrabalho aos servidores da Prefeitura, bem como Decreto Municipal nº 5.087/2021, que dispõe sobre o retorno gradual das atividades administrativas presenciais. Ano passado, o regime de teletrabalho somente foi decretado aos servidores no final do mês de março de 2020.

O aumento do valor das faturas ocorreu devido à "demanda contratada", que corresponde à demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária "no ponto de entrega", a partir da "data de início do fornecimento de energia", conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de Fornecimento e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

Nesse sentido, constata-se que o valor cobrado a título de "importe de demanda", no primeiro semestre deste ano, está significativamente superior àquele pago no período correspondente do ano passado.

Além disso, o "importe de demanda" nos seis primeiros meses desse ano representam um montante de aproximadamente 71% (setenta e um por cento) maior em relação ao valor cobrado a título de "importe de consumo", no mesmo período.

Ainda, em decorrência do Decreto Municipal nº 5.087/2021, que dispõe sobre o retorno gradual das atividades administrativas presenciais a partir do mês de maio de 2021, ocorreu um aumento no valor do consumo de cerca de 31% (trinta e um por cento) na média dos meses de maio e junho de 2021, quando comparados com a média dos meses de janeiro a abril de 2021. Isso acontece em virtude da maior utilização da sede administrativa pelos servidores.

Assim, a fatura de energia não tem o seu valor mensal substancialmente reduzido pois, mesmo ocorrendo a diminuição do consumo efetivo de energia, ainda resta obrigatória a cobrança da demanda de energia contratada, que, por sua vez, sempre terá um valor maior, ao passo que o consumo de energia for reduzido e se distanciar do padrão definido no contrato.



– Edifício Garagem.

Como o Edifício foi fechado em maio de 2018, a Manaus Previdência realiza a despesa apenas do valor da tarifa mínima, além da demanda contratada de 30kW que uma das unidades consumidoras do prédio possui e que sofreu reajuste tarifário considerável.

Os comparativos das contas de energia por unidade consumidora durante os primeiros trimestres de 2021 e de 2020 encontram-se abaixo:

Tabela 3 – Comparativo de Despesa Administrativa – Energia (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Unid. Consum.	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Energia	Sede	2021	R\$ 19.039,15	R\$ 19.043,96	R\$ 20.067,22	R\$ 19.394,35	R\$ 21.624,54	R\$ 21.584,25	R\$ 20.125,58	R\$ 120.753,47	13,45%
		2020	R\$ 19.819,21	R\$ 18.253,50	R\$ 18.258,22	R\$ 14.725,85	R\$ 18.935,59	R\$ 16.444,12	R\$ 17.739,42	R\$ 106.436,49	
	Edifício Garagem	2021	R\$ 882,26	R\$ 899,56	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 868,37	R\$ 5.210,22	56,68%
		2020	R\$ 588,41	R\$ 573,14	R\$ 538,10	R\$ 527,70	R\$ 549,03	R\$ 549,03	R\$ 554,24	R\$ 3.325,41	
	Depósito EG	2021	R\$ 94,48	R\$ 94,25	R\$ 94,25	R\$ 94,25	R\$ 97,89	R\$ 100,53	R\$ 95,94	R\$ 575,65	-2,64%
		2020	R\$ 90,43	R\$ 88,64	R\$ 88,64	R\$ 88,64	R\$ 88,64	R\$ 146,26	R\$ 98,54	R\$ 591,25	

Fonte: Smat

– Internet.

A Manaus Previdência utiliza o Data Center da Subsecretaria de Tecnologia da Secretaria Municipal de Finanças (SUBTI/SEMEF) devido ao contrato próprio de internet, ou seja, o contrato e os valores são geridos pela SEMEF.

Em decorrência da necessidade de revisão dos contratos, determinada pelo Decreto Municipal nº 4.820/2020, que trata das medidas de contingenciamento a serem adotadas pelos órgãos entidades da Administração Pública Municipal para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a SEMEF renegociou o seu contrato com a empresa Eyes NWhere (ENW) e os valores destacados à SEMEF foram reduzidos a partir da competência junho de 2020, caracterizando uma redução de 10% (dez por cento).

Tabela 4 – Comparativo de Despesa Administrativa – Internet (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Internet	2021	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 27.835,26	-8,47%
	2020	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 5.154,68	R\$ 4.639,21	R\$ 5.068,77	R\$ 30.412,61	

Fonte: Smat

– Transporte individual de passageiros (táxi e app de mobilidade humana).

No primeiro semestre de 2020, a Manaus Previdência possuía contrato de prestação de serviços de rádio táxi, cujos serviços foram utilizados normalmente até o final do mês de março, quando foi decretado o regime de teletrabalho aos servidores



em decorrência do Decreto Municipal nº 4.789/2020, o que reduziu a demanda pelos serviços a praticamente zero.

O contrato vigorou até o dia 1º de dezembro de 2020, pois a renovação do contrato restou impossibilitada em virtude de a empresa MSO Empresa Prestadora de Serviços Para Taxista Ltda (Tucuxi Táxi) não ter mantido as condições de habilitação para a celebração de novo ajuste. Desde então, a Manaus Previdência não possui contrato para a execução dos serviços de transporte individual de passageiros.

No mês de abril de 2021, a autarquia celebrou contrato com a empresa KGA Desenvolvimento e Tecnologia Eireli, vencedora da licitação para realizar os serviços de transporte individual de passageiros por meio da tecnologia de comunicação em rede – STIP, utilizando uma Ata de Registro de Preços publicada pela Secretaria Municipal de Administração (SEMAD).

Após a celebração, algumas corridas foram realizadas, motivo pelo qual consta valor para o mês de abril de 2021. Entretanto, no mesmo mês, a SEMAD informou que a Ata de Registro de Preços que originou o contrato seria revogada, pois a licitação que gerou a ata possui vícios insanáveis. Portanto, a Secretaria orientou a Manaus Previdência a não utilizar o referido contrato e proceder a uma nova contratação de serviços, que encontra-se na fase de planejamento.

Os resultados referentes aos meses de janeiro a junho de 2021 estão dispostos a seguir, com o comparativo em relação ao mesmo período de 2020:

Tabela 5 – Comparativo de Despesa Administrativa – Transporte de Passageiros (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Transporte de Passageiros	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12,86	R\$ 77,14	-99,26%
	2020	R\$ 3.204,15	R\$ 3.662,55	R\$ 3.139,80	R\$ 45,15	R\$ 88,10	R\$ 297,70	R\$ 1.739,58	R\$ 10.437,45	

Fonte: Smat

– Telefonia Fixa.

No primeiro trimestre de 2020, os gastos de telefonia ocorriam em uma média de cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês. Isto ocorreu até o final de março, quando houve um consumo menor em decorrência da adoção do regime de teletrabalho pelos servidores da Prefeitura, circunstância na qual os servidores passaram a utilizar ferramentas de comunicação como o *Whatsapp*, *Skype*, *Google Meeting*, *Zoom*, entre outros, para a realização das atividades profissionais, em detrimento do telefone que dispunham no trabalho presencial.





Com a adoção do regime de teletrabalho, houve uma economia de 46,13% (quarenta e seis inteiros e treze centésimos por cento) nos três primeiros meses de 2021, porém com a edição do Decreto Municipal nº 5.087/2021, que dispõe sobre o retorno gradual das atividades administrativas presenciais a partir do mês de maio de 2021, o valor da média dos meses de maio e junho de 2021 praticamente dobrou, se comparado à média dos meses de janeiro a abril de 2021. Isso ocorreu em virtude, principalmente, da volta do recadastramento presencial dos segurados, que tem sido feito por agendamento, efetuado por ligações originadas pela equipe do *Call Center*.

Pelo motivo exposto acima, a redução, então, totalizou em apenas 5,88% (cinco inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) nos seis primeiros meses de 2021, quando comparado, conforme tabela abaixo, ao mesmo período do ano passado:

Tabela 6 – Comparativo de Despesa Administrativa – Telefonia Fixa (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Telefone	2021	R\$ 136,76	R\$ 311,43	R\$ 361,50	R\$ 389,20	R\$ 414,42	R\$ 799,06	R\$ 402,06	R\$ 2.412,37	-5,88%
	2020	R\$ 624,76	R\$ 409,73	R\$ 468,67	R\$ 251,69	R\$ 439,28	R\$ 368,86	R\$ 427,17	R\$ 2.562,99	

Fonte: Smat

– Passagens Aéreas.

Os gastos com passagens aéreas no primeiro trimestre de 2020 decorreram da necessidade de os servidores da Manaus Previdência representarem institucionalmente a autarquia em eventos nacionais, além da participação em cursos de capacitação importantes para a realização das atividades diárias.

Entretanto, com o advento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), as viagens foram suspensas pelo mesmo período em que vigora o regime de teletrabalho aos agentes públicos municipais, a partir do final do mês de março de 2020.

Desde então, somente foram realizadas viagens nos meses de novembro e dezembro de 2020, quando houve a necessidade de representação institucional por parte da dirigente máxima da autarquia em eventos promovidos por associações de previdência em que a Manaus Previdência encontra-se na condição de associada, que são a Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (ANEPREM) e a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPREM).

Os valores para fins de comparação entre os meses de janeiro a junho, dos anos de 2021 e 2020, estão dispostos na tabela a seguir:





Tabela 7 – Comparativo de Despesa Administrativa – Passagens Aéreas (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Variação (Aumento Ou Redução)
Passagens	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-100,00%
	2020	R\$ 6.378,38	R\$ 2.894,42	R\$ 1.537,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.801,66	R\$ 10.809,93	

Fonte: Smat

– Impressões/Locação de Impressoras.

Os valores do primeiro trimestre de 2021 estão menores em relação ao primeiro trimestre de 2020 pelos motivos expostos a seguir:

Nos meses de janeiro a março de 2020, a Manaus Previdência possuía, no contrato de *outsourcing* de impressão, 5 (cinco) impressoras monocromáticas locadas, com o valor unitário de R\$417,10 (quatrocentos e dezessete reais e dez centavos), e 1 (uma) impressora policromática locada, no valor de R\$2.802,50 (dois mil oitocentos e dois reais e cinquenta centavos). Entretanto, a contratada ainda não havia disponibilizado uma das impressoras monocromáticas constante no contrato. Então, a Manaus Previdência pagava somente pela locação das impressoras disponibilizadas, ou seja, 4 (quatro) monocromáticas e 1 (uma) policromática, que totalizam o valor de R\$4.470,90 (quatro mil quatrocentos e setenta reais e noventa centavos).

Em virtude da necessidade de revisão dos contratos, determinada pelo Decreto Municipal nº 4.820/2020, que trata das medidas de contingenciamento a serem adotadas pelos órgãos entidades da Administração Pública Municipal para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foram reduzidas do contrato, a partir de abril de 2020, 1 (uma) impressora monocromática (que nunca fora disponibilizada pela empresa) e a única impressora policromática contratada, mediante a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2019. Portanto, a Manaus Previdência passou a pagar o valor mensal fixo de R\$1.668,40 (um mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) pela locação das 4 (quatro) impressoras monocromáticas disponibilizadas pela contratada.

Assim, no comparativo dos meses de janeiro a junho do ano atual e do ano anterior consta abaixo, observa-se uma redução de 45,65% (quarenta e cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento):



Tabela 8 – Comparativo de Despesa Administrativa – Impressões/Locação (Janeiro a Junho 2021 x 2020)

Conta	Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média	Valor Total (Jan A Jun)	Varição (Aumento Ou Redução)
Impressões/Locação	2021	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 10.010,40	-45,65%
	2020	R\$ 4.470,90	R\$ 4.470,90	R\$ 4.470,90	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 3.069,65	R\$ 18.417,90	

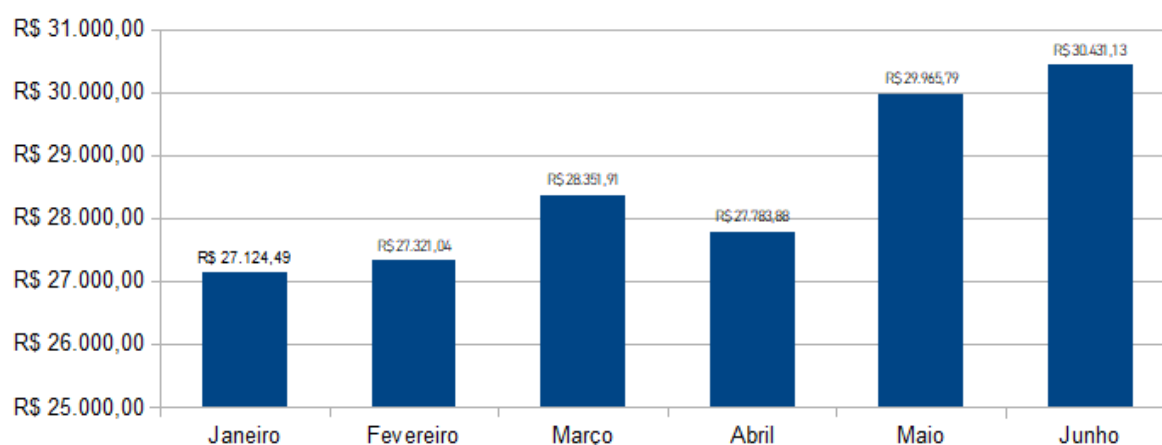
Fonte: Smat

Tabela 9 – Demonstrativo do Consumo de Despesas Administrativas – primeiro semestre de 2021:

DEMONSTRATIVO DO CONSUMO DE CONTAS PÚBLICAS – 1º SEMESTRE 2021							
Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total/Conta
Água Edifício Garagem	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 442,82	R\$ 2.656,92
Água Sede	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 221,41	R\$ 1.328,46
Correios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,35	R\$ 118,35
Energia Elétrica Depósito Eg	R\$ 94,48	R\$ 94,25	R\$ 94,25	R\$ 94,25	R\$ 97,89	R\$ 100,53	R\$ 575,65
Energia Elétrica Edifício Garagem	R\$ 882,26	R\$ 899,56	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 857,10	R\$ 5.210,22
Energia Elétrica Sede	R\$ 19.039,15	R\$ 19.043,96	R\$ 20.067,22	R\$ 19.394,35	R\$ 21.624,54	R\$ 21.584,25	R\$ 120.753,47
Internet	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 4.639,21	R\$ 27.835,26
Transporte de Passageiros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77,14
Telefonia Fixa	R\$ 136,76	R\$ 311,43	R\$ 361,50	R\$ 389,20	R\$ 414,42	R\$ 799,06	R\$ 2.412,37
Passagens Aéreas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Impressões/Locação De Impressoras	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 1.668,40	R\$ 10.010,40
Total/Mês	R\$ 27.124,49	R\$ 27.321,04	R\$ 28.351,91	R\$ 27.783,88	R\$ 29.965,79	R\$ 30.431,13	R\$ 170.978,24

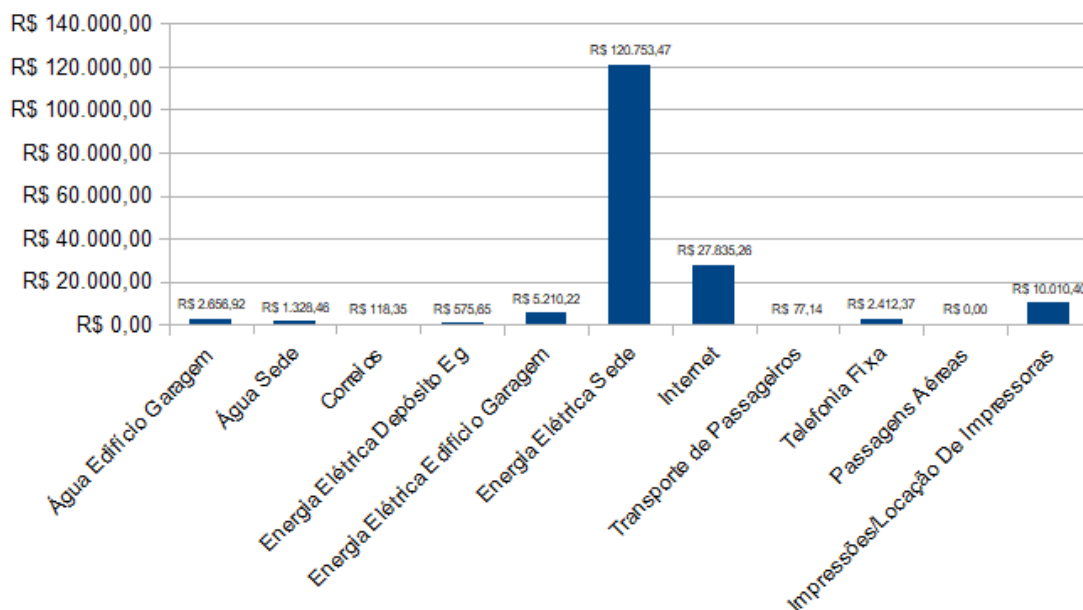
Fonte: Smat

Gráfico 1 – Valores dos Totais das Despesas Administrativas por mês – primeiro semestre de 2021



Fonte: Smat



Gráfico 2 – Valores por Despesa Administrativa – primeiro semestre de 2021


Fonte: Smat

1.3.2. Gestão de Contratos Administrativos.

No período de janeiro a março de 2021, a Manaus Previdência possuía 23 (vinte e três) contratos vigentes, dos quais 1 (um) refere-se a uma nova contratação sendo que os demais não sofreram alterações.

Quanto às novas contratações, foi celebrado apenas o Contrato nº 001/2021 (9912517274), com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS), em razão da realização de uma revisão de sua Política Comercial estabelecendo critérios para concessão de benefícios a partir do cumprimento de contrapartidas, bem como pela expectativa de consumo.

No período de abril a junho, correspondente ao segundo trimestre de 2021, foram firmados 4 (quatro) novos contratos e 5 (cinco) termos aditivos.

Foram celebrados os contratos nº 003/2021, nº 004/2021, nº 005/2021 e nº 006/2021, firmados entre a Manaus Previdência e as empresas KGA Desenvolvimento e Tecnologia Eireli, Fundação Carlos Chagas, Paramita Tecnologia Consultoria Financeira Ltda. e Uatumã Turismo e Eventos Eireli, respectivamente.

Quanto aos termos aditivos celebrados no período mencionado, o contrato nº 003/2020, com o Instituto de Certificação Qualidade Brasil – ICQ, teve seu prazo prorrogado por mais 12 (doze) meses, bem como o contrato nº 001/2018, com a





PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S/A, através da celebração do seu 4º termo aditivo, e o contrato nº 004/2020, firmado com a empresa A.J.L. Serviços Ltda., por meio de seu 1º termo aditivo.

Além destes, foi celebrado o 7º termo aditivo ao contrato nº 005/2017, firmado com a empresa IIN Tecnologias Ltda., em que foi prorrogada sua vigência por mais 12 (doze) meses.

Por fim, foi realizada a repactuação dos valores do contrato nº 006/2020, com a Limpar Limpeza e Conservação Ltda., através do Termo de Apostilamento nº 001/2021, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021, e, posteriormente, foi celebrado seu 2º termo aditivo, sendo prorrogada o período de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.

Insta salientar que, conforme disposto no Art. 2º, § 3º, do Decreto Municipal nº 5.006 de 12/01/2021, foram vedados até 31/12/2021 os reajustes e as revisões contratuais, excetuando-se as repactuações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho.

Abaixo, a relação de todos os contratos que encontram-se vigentes no período.

Relação de contratos vigentes no período:

Ord.	Contratada	Contrato Nº	Aditivo	Objeto	Vigência	Valor Global
1	ACR 117 Recortes de Diários Oficiais Ltda. - ME	014/2019	CT	Serviços de elaboração de <i>clipping</i> eletrônico das publicações nos diários oficiais, de justiça e/ou semelhantes.	Início 09/12/2019 Fim 09/12/2020	R\$ 1.920,00
			1º TA	Prorrogação de prazo e redução equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global atual do Contrato.	Início 10/12/2020 Fim 09/12/2021	R\$ 1.536,00
2	Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.	003/2016	3º TA	Prorrogação de prazo e reajuste quantitativo equivalente a 4,94% (quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por	Início 20/07/2019 Fim 20/07/2020	R\$ 386.154,84





				cento).		
			4º TA	Prorrogação de prazo.	Início 20/07/2020 Fim 20/07/2021	R\$ 386.154,84
3	A.J.L. Serviços Ltda.	004/2020	CT	Serviços de manutenção preventiva conforme cronograma, manutenção corretiva, instalação e desinstalação, sob demanda, nos condicionadores de ar pertencentes a Manaus Previdência.	Início 22/04/2020 Fim 22/04/2021	R\$ 199.095,00
4	Alfama Comércio e Serviços Ltda.	015/2019	CT	Serviços de controle de pragas (desinsetização, desratização e descupinização).	Início 09/12/2019 Fim 09/12/2020	R\$ 7.346,47
			1º TA	Acréscimo de aproximadamente 5,83% (cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento).	Início 01/07/2020 Fim 09/12/2020	R\$ 7.775,09
			2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 09/12/2020 Fim 09/12/2021	R\$ 7.775,09
5	Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	20/2017	CT	Fornecimento de Energia Elétrica. Período de 60 (sessenta) meses.	Início 10/12/2017 Fim 10/12/2022	R\$ 1.648.753,90
6	Braga e Almeida Serviços de Teletendime	010/2020	CT	Serviços de gerenciamento de Call Center com solução completa para	Início 17/11/2020 Fim	R\$ 246.999,96





	nto Ltda			atendimento telefônico e atendimento <i>online</i> , incluindo serviço de <i>webchat</i> , ativo e receptivo, na forma humana e eletrônica, disponibilizando recursos humanos, treinamento, software e banco de dados necessários dos serviços.	17/11/2021	
7	Bichara, Barata & Costa Advogados	021/2014	CT	Serviços de assessoria e consultoria jurídica, por meio de representação em Assembleias de Fundos de Investimentos.	Início 15/12/2014 Fim Até o último trânsito em julgado	R\$ 45.000,00
8	Brasília Consultoria Atuarial	015/2017	2º TA	Prorrogação de prazo e reajuste de 2,89% (dois inteiros e oitenta e nove centésimos por cento).	Início 27/11/2019 Fim 27/11/2020	R\$ 125.941,68
			3º TA	Redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 27/04/2019 Fim 27/11/2020	R\$ 55.099,45
			4º TA	Prorrogação de prazo e alteração do valor mensal do Contrato.	Início 28/11/2020 Fim 27/11/2021	R\$ 120.694,10
9	Caixa Econômica Federal	008/2018	1º TA	Prorrogação de prazo.	Início 09/11/2019 Fim 09/11/2020	R\$ 55.052,49
			2º TA	Prorrogação de prazo.	Início	R\$ 33.600,00





					10/11/2020	
					Fim 09/11/2021	
10	Claro S/A	007/2017	2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 03/07/2019 Fim 03/07/2020	R\$ 17.028,05
			3º TA	Prorrogação de prazo.	Início 03/07/2020 Fim 03/07/2021	R\$ 17.028,05
11	Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	001/2021 (99125172 74)	CT	Serviços de postagem.	Início 11/01/2021 Fim 11/01/2022	R\$ 4.800,00
12	IIN Tecnologias Ltda.	005/2017	4º TA	Prorrogação de prazo.	Início 02/05/2019 Fim 02/05/2020	R\$ 575.640,00
			5º TA	Prorrogação de prazo.	Início 02/05/2020 Fim 02/05/2021	R\$ 575.640,00
			6º TA	Supressão contratual equivalente a 14,26% (quatorze inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 28/04/2020 Fim 02/05/2021	R\$ 493.560,00
13	Instituto de Certificação Qualidade Brasil	003/2020	CT	Serviços de auditoria de certificação institucional do Pró-Gestão RPPS, incluindo auditoria de	Início 01/04/2020 Fim	R\$ 15.975,00





				preparação (pré-auditoria) e auditorias de supervisão.	01/04/2021	
			1º TA	Alteração do cronograma de desembolso para excluir a previsão de despesa além do período inicial de vigência, além de alterar a Cláusula VII, "1", referente ao preço.	Início 21/09/2020 Fim 01/04/2021	R\$ 7.975,00
14	Instituto Euvaldo Lodi - IEL	008/2020	CT	Serviços de agente de integração especializado em programa de estágio para recrutar, selecionar e administrar o programa de estágio.	Início 01/09/2020 Fim 01/09/2021	R\$ 237.660,00
15	L.A. Félix - ME	005/2020	CT	Fornecimento de gás liquefeito de petróleo – GLP em embalagens retornáveis com 13 (treze) kg.	Início 26/05/2020 Fim 26/05/2021	R\$ 1.335,00
16	L.A. Félix – ME	007/2020	CT	Fornecimento de água mineral em embalagens retornáveis com 20 (vinte) litros.	Início 10/06/2020 Fim 10/06/2021	R\$ 5.478,00
17	Limpar Limpeza e Conservação Ltda.	006/2020	CT	Serviços de limpeza, conservação e higiene, jardinagem, artífice e copeiragem, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	Início 19/06/2020 Fim 19/06/2021	R\$ 403.041,48
			1º TA	Supressão contratual equivalente a 16,11% (dezesesseis inteiros onze centésimos por cento) do valor mensal atual do	Início 19/06/2020 Fim 19/06/2021	R\$ 338.106,96





				Contrato.		
18	Manaus Ambiental S.A.	006/2016	CT	Serviços de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.	Início 01/08/2016 Fim 01/08/2021	R\$ 110.041,62
19	MDA Manutenção de Elevadores Ltda.	018/2017	2º TA	Prorrogação de prazo.	Início 07/12/2019 Fim 07/12/2020	R\$ 19.200,00
			3º TA	Prorrogação de prazo.	Início 07/12/2020 Fim 07/12/2021	R\$ 19.200,00
20	PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S/A	001/2018	1º TA	Prorrogação de Prazo e reajuste de 7,6099% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento).	Início 13/04/2019 Fim 13/04/2020	R\$ 657.426,48
			2º TA	Prorrogação de Prazo e reajuste de 7,82% (sete inteiros e oitenta e dois centésimos por cento).	Início 13/04/2020 Fim 13/04/2021	R\$ 708.837,24
			3º TA	Cancelar o reajuste no montante de 7,82% (sete inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), que havia sido concedido por meio da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo.	Início 30/04/2020 Fim 13/04/2021	R\$ 657.426,48
21	PRODAM – Processamento de Dados	012/2019	CT	Prestação de serviço de execução de sistemas PRODAM-RH.	Início 21/08/2019	R\$ 18.484,56





	Amazonas S/A				Fim 21/08/2020	
			1º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 22/08/2020 Fim 21/08/2021	R\$ 18.484,56
22	Royal Gestão e Serviços de Informática Ltda	010/2019	CT	Contratação de serviços de impressão (<i>Outsourcing</i>), com fornecimento de equipamentos.	Início 15/08/2019 Fim 15/08/2020	R\$ 58.656,00
			1º TA	Supressão contratual equivalente aproximadamente 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 28/04/2020 Fim 15/08/2020	R\$ 6.673,60
			2º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 16/08/2020 Fim 15/08/2021	R\$ 20.020,80
23	Webtrip Agência de Viagens e Turismo Eireli	009/2020	CT	Agenciamento de eventuais viagens, sob demanda, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional.	Início 13/11/2020 Fim 13/04/2021	R\$ 16.800,00
24	PRODAM – Processamento de Dados Amazonas S/A	012/2019	CT	Prestação de serviço de execução de sistemas PRODAM-RH.	Início 21/08/2019 Fim 21/08/2020	R\$ 18.484,56





			1º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 22/08/2020 Fim 21/08/2021	R\$ 18.484,56
25	Royal Gestão e Serviços de Informática Ltda	010/2019	CT	Contratação de serviços de impressão (Outsourcing), com fornecimento de equipamentos.	Início 15/08/2019 Fim 15/08/2020	R\$ 58.656,00
			1º TA	Supressão contratual equivalente aproximadamente 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do valor mensal atual do Contrato.	Início 28/04/2020 Fim 15/08/2020	R\$ 6.673,60
			2º TA	Prorrogação de Prazo.	Início 16/08/2020 Fim 15/08/2021	R\$ 20.020,80
26	Uatumã Turismo e Eventos Eireli	006/2021	CT	Por força do presente Contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar à CONTRATANTE o serviço de agenciamento de viagens, sob demanda, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional, para atender a Manaus Previdência, na forma identificada no "Anexo IV	Início 01/07/2021 Fim 01/07/2022	R\$ 46.200,00





				– Termo de Referência” do Edital do Pregão Eletrônico no 066/2021 – CML/PM e demais documentos que integram a presente contratação.		
27	Webtrip Agência de Viagens e Turismo Eireli	009/2020	CT	Agenciamento de eventuais viagens, sob demanda, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional.	Início 13/11/2020 Fim 13/04/2021	R\$ 16.800,00

Fonte: Smat

11.3.3. Gestão de Compras.

No período de janeiro a junho de 2021, a Manaus Previdência realizou 01 (um) procedimento licitatório, 02 (duas) adesões à Ata de Registro de Preços como órgão participante e, até o momento, não há adesões à Ata de Registro de Preços como órgão não participante. Ainda, ocorreram 07 (sete) dispensas de licitação e 03 (três) inexigibilidades de licitação.

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, o valor contratado pela Manaus Previdência referente a novas aquisições de materiais e contratações de serviços foi na ordem de R\$ 64.610,87 (sessenta e quatro mil, seiscentos e dez reais e oitenta e sete centavos), o que representa uma redução de aproximadamente 60,07% (sessenta inteiros e sete centésimos por cento) comparado ao exercício de 2020, visto que o valor contratado neste período do ano passado corresponde a R\$ 161.817,20 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e dezessete reais e vinte centavos). Nominalmente, essa redução representa um valor de R\$ 97.206,33 (noventa e sete mil, duzentos e seis reais e trinta e três centavos) do exercício de 2020 para o exercício de 2021.

No segundo trimestre de 2021, foram realizados 1 (um) procedimento licitatório, 2 (duas) dispensas de licitação e 1 (uma) inexigibilidade. Nesse período, foi

Endereço: Av. Constantino Nery, N° 2.480 Chapada, CEP 69.050-001.





contratado o valor total de R\$ 68.168,00 (sessenta e oito mil, cento e sessenta e oito reais), equivalente a uma redução no valor de aproximadamente 91,11% (noventa inteiros e onze centésimos por cento) em relação ao total contratado no mesmo período de 2020.

Quanto ao montante contratado no período, cumpre ressaltar que foi publicado, em 31/03/2020, o Decreto Municipal nº 4.793/2020, que dispõe sobre medidas de contingenciamento para enfrentamento da situação emergencial em saúde pública, decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), no âmbito da Administração Pública Municipal. Posteriormente o Decreto foi substituído pelo Decreto Municipal nº 4.820, de 05/05/2020.

O Decreto determina, dentre outras medidas, que “somente as aquisições planejadas e essenciais serão autorizadas pela SEMEF”. Logo, todas as aquisições constam no Plano Anual de Compras e foram consideradas essenciais pela Secretaria que exerce o controle finalístico da Manaus Previdência. Ainda, os processos são instruídos com justificativas de preço robustas, no sentido de comprovar a vantagem econômica das aquisições, o que favorece a realização de contratações com valores reduzidos.

As despesas decorrentes de procedimentos licitatórios se referem à contratação de empresa para serviço de passagem aérea pelo período de 12 (doze) meses, no valor total estimado de R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais).

As adesões às Atas de Registro de Preços nº 0006/2020 e 0021/2020, gerenciadas pela Unidade Gestora de Compras Municipais (UGCM/SEMAD), referem-se às contratações de recarga de extintores e serviços de transporte de passageiros, respectivamente.

Todas as dispensas do primeiro trimestre de 2021 foram enquadradas como dispensa de licitação de pequeno valor (art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/1993). Destas, 02 (duas) foram realizadas por meio da modalidade Compra Eletrônica (CEL), procedimento em que há disputa eletrônica entre os participantes por meio do Sistema Compras Manaus. A CEL nº. 001/2021 se refere à contratação dos serviços de elaboração de estudo de Asset Liability Management (ALM), enquanto a CEL nº 002/2021 trata-se da aquisição de tapetes personalizados.





Quanto às inexigibilidades de licitação realizadas no período, trata-se de contratação de solução tecnológica, pagamento de anuidades da Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal (ANEPREM) e da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), às quais a Manaus Previdência é associada.

Tabela 1 – Demonstrativo Dos Procedimentos Licitatórios Para Atender Exclusivamente à Manaus Previdência

ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	10/06/2021	2020.17848.17891.0.000610	SERVIÇO DE PASSAGEM AÉREA. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PERÍODO: 01/07/2021 A 01/07/2022 2021: R\$ 18.480,00 2022: R\$ 27.720,00 VALOR TOTAL: 46.200,00 EMPENHA-SE NESTA DATA O VALOR REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2021. PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2021 – CML/PM	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	R\$ 46.200,00
TOTAL					R\$ 46.200,00

Tabela 2 – Demonstrativo Das Adesões À Ata De Registro De Preços

ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	09/01/2021	2020.17848.17891.0.000609	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2020 -DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF. RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO.	PALACIO DE MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA	R\$ 1.030,07
2	30/03/2021	2021.17848.17891.0.000132	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2020-DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMA. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CARACTERÍSTICA(S): ESPECIALIZADO EM TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E/OU DOCUMENTOS, SOB DEMANDA, PARA A LOCOMOÇÃO DE PROCESSOS, SERVIDORES, EMPREGADOS E DEMAIS COLABORADORES EM ATENDIMENTO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, POR MEIO DA TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO EM REDE-STIP.	KGA DESENVOLVIME NTO E TECNOLOGIA EIRELI	R\$ 24.343,20
TOTAL					R\$ 25.373,27





Tabela 3 – Demonstrativo Das Dispensas De Licitações

ITEM	DATA (NE)	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	01/02/2021	2020.17848.17891.0.000680	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE CADEIRA OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA	M D TRIBUZY EIRELI	R\$ 5.200,00
2	03/02/2021	2020.17848.17891.0.000678	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA	YELLOW COMERCIO DE PAPELARIA E SERVICO ADMINISTRATIVO O EIRELI	R\$ 8.820,00
3	08/02/2021	2020.17848.17891.0.000670	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT. COMPRA ELETRÔNICA/CEL N. 001/2021 - MANAUS PREVIDÊNCIA	LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA-EPP	R\$ 17.390,00
4	31/03/2021	2020.17848.17891.0.000679	DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PROTETOR FACIAL, ÁLCOOL ETÍLICO, TERMÔMETRO DIGITAL) OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA.	A N DE AZEVEDO	R\$ 1.634,00
5	31/03/2021	2020.17848.17891.0.000681	AQUISIÇÃO DE TAPETES PERSONALIZADOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA MANAUS PREVIDÊNCIA. COMPRA ELETRÔNICA/CEL Nº. 002/2021 – MANAUS PREVIDÊNCIA.	YELLOW COMERCIO DE PAPELARIA E SERVICO ADMINISTRATIVO O EIRELI	R\$ 1.593,60
6	08/04/2021	2020.17848.17891.0.000678	AQUISIÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO EM ACRÍLICO OBJETIVANDO ATENDIMENTO AO PLANO DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DA MANAUS PREVIDÊNCIA	YELLOW COMERCIO DE PAPELARIA E SERVICO ADMINISTRATIVO O EIRELI	R\$ 3.160,00
7	29/04/2021	2020.17848.17891.0.000546	AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS (16 unidades).	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS S/A	R\$ 2.512,00
TOTAL					R\$ 40.309,60

Tabela 4 – Demonstrativo Das Inexigibilidades De Licitações

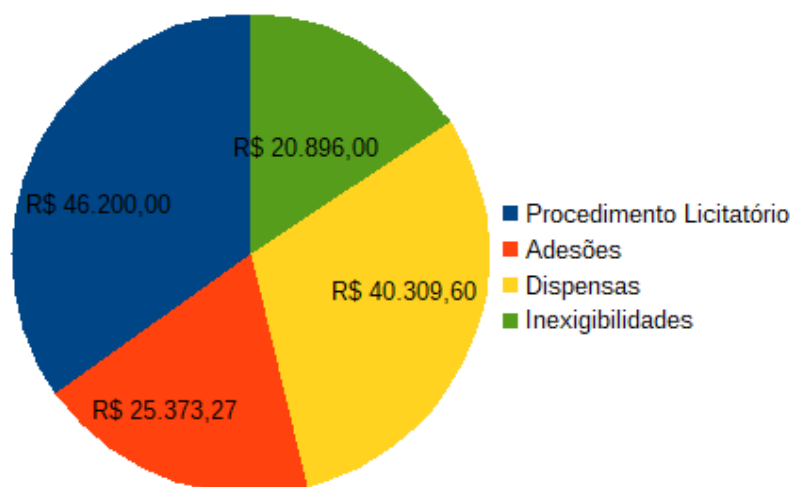
ITEM	DATA	Nº PROCESSO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR TOTAL
1	10/03/2021	2021.17848.17891.0.000171	DESPESA COM PAGAMENTO DE ANUIDADE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- ANEPREM	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- ANEPREM	R\$ 1.800,00
2	16/03/2021	2021.17848.17891.0.000172	DESPESA COM PAGAMENTO DE ANUIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRAS. DE INST. DE PREV. EST. E MUN. ABIPEM	ASSOC. BRAS. DE INST. DE PREV. EST. E MUN. ABIPEM	R\$ 2.800,00
3	20/05/2021	2020.17848.17891.0.000669	SERVIÇO DE ACESSO A SOLUÇÃO TECNOLÓGICA ONLINE ESPECIALIZADO EM ACESSO A SOLUÇÃO TECNOLÓGICA SISTEMA QUANTUM AXIS ONLINE, COM SUPORTE E ATUALIZAÇÕES POR 12 MESES.	PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	R\$ 16.296,00
TOTAL					R\$ 20.896,00

Tabela 5 – Total Geral

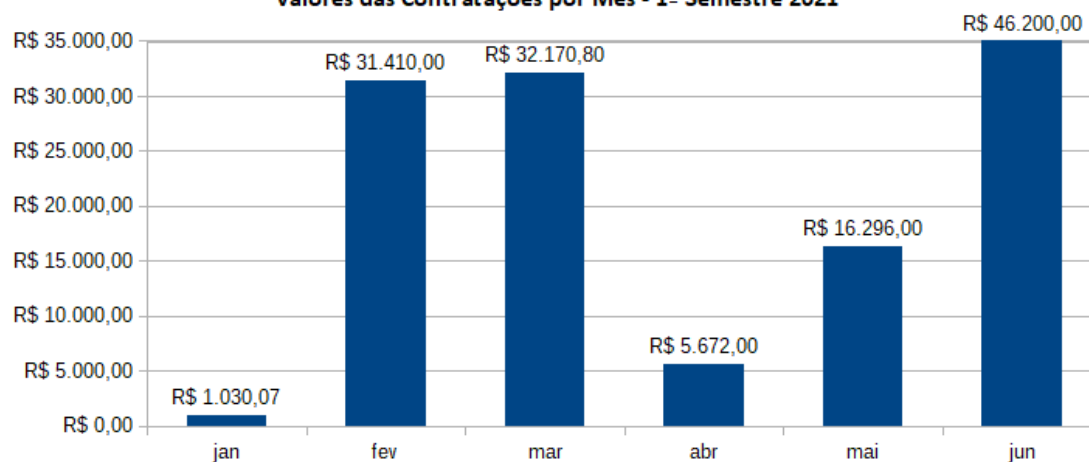
TOTAL GERAL (LICITAÇÕES + ADESÕES + DISPENSAS + INEXIGIBILIDADES)	R\$ 132.778,87
--	-----------------------

Fonte: Smat




Valores por Forma de Contratação - 1º Semestre 2021


Fonte: Smat

Valores das Contratações por Mês - 1º Semestre 2021


Fonte: Smat





11.4. Controles Internos.

A Manaus Previdência possui uma área específica de Controle Interno, vinculada ao Conselho Municipal de Previdência (CMP), denominada de Auditoria Interna (AUDIN) que participa, mensalmente, de 2 (duas) reuniões regulares com o Comitê de Gestão, a saber, a de apresentação e análise dos indicadores de desempenho e a de pauta. Atualmente, essas reuniões têm sido realizadas por meio de videoconferência.

Nos termos do art. 17, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019, à Auditoria Interna compete a realização de auditorias e a elaboração dos respectivos relatórios, pareceres e estudos, além de acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão administrativa, previdenciária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos da Manaus Previdência, formulando as sugestões pertinentes.

Em vista de tais atribuições, a auditoria interna atua, rotineiramente, na emissão de pareceres que atestam a conformidade dos atos de concessão e revisão de benefícios e de laudos que atestam a conformidade das contratações de serviços e aquisições de bens, bem como dos respectivos pagamentos aos fornecedores.

Além disso, audita, mensalmente, as atividades realizadas pelas diversas áreas mapeadas e/ou manualizadas, por meio de solicitação de informações via Memorando Circular, emitindo relatórios trimestrais, que são apresentados ao Conselho Municipal de Previdência (CMP) para fins de aprovação, em atendimento às determinações do Programa Pró-Gestão.

Neste relatório, excepcionalmente, comentaremos acerca das auditorias realizadas no mês de março, não abrangidas pelo documento anterior, que contemplou o período de dezembro a fevereiro, pelo fato de ainda estarem em fase de elaboração.

Quanto às auditorias dos meses de abril e maio, cujos dados deveriam ser contemplados, não foi possível a apresentação neste relatório devido a dificuldades internas ocorridas na rotina do Controle Interno, de modo que estamos envidando esforços para apresentá-los nos próximos relatórios.





11.4.1. Programa Anual de Auditoria.

Anualmente, é elaborado o Programa de Auditoria que é utilizado como roteiro para a realização das auditorias mensais. Nos tópicos a seguir, detalhamos o que foi observado em cada uma das auditorias realizadas.

11.4.2. Área Administrativa – Contratos/Compras/Licitações.

Todo o processo de aquisição/contratação passa pela análise do controle interno, antes do pagamento, a fim de que seja atestada a conformidade da instrução processual, com base em *checklist* de análise, disponibilizado pelo setor responsável, que especifica toda a documentação requerida, conforme as particularidades de cada processo as quais poderão variar. Além disso, havendo novas aquisições, contratações, aditamentos contratuais ou convênios, a análise também considerará os requisitos definidos no procedimento que trazem o padrão para a aquisição de produtos, serviços, aditivos contratuais e realização de convênios.

11.4.3. Arrecadação – Cobrança de Contribuição do Ente e Câmara Municipal de Manaus (CMM).

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme o Manual de Arrecadação e Cobrança de Contribuição Previdenciária do Ente e a Câmara Municipal de Manaus (CMM), pela análise da seguinte das seguintes informações:

- Relação dos recolhimentos regulares por órgão/entidade no mês;
- Cópia dos ofícios de cobrança, quando houver;
- Relação dos recolhimentos em que incidiram juros e multas por órgão/entidade, quando houver; e
- Demonstrativo dos registros contábeis realizados.

11.4.4. Benefícios – Concessão e Revisão.

A instrução e a análise dos processos previdenciários estão definidos nos Manuais de Concessão de Pensão, de Aposentadoria e de Revisão de Benefícios e, em





atendimento à Resolução do TCE/AM nº 02/2014, alterada pela Resolução TCE nº 10/2015.

Todos os processos de concessão e de revisão de benefícios são encaminhados ao controle interno para elaboração de parecer sobre a legalidade do ato e conformidade do processo, com base em análise realizada conforme *checklist* específico para cada tipo de benefício.

No caso dos processos de revisão de benefícios, havendo pagamento retroativo, após o controle interno expedir o parecer técnico pela conformidade e o setor de manutenção de benefícios elaborar a planilha de cálculo, os autos retornam para homologação desses valores, com fundamento na Resolução n.º 002/2018-CMP/Manaus Previdência.

Além disso, uma vez que as metas para concessão de pensão, aposentadoria, revisão e implantação dos benefícios em folha de pagamento da Manaus Previdência são contabilizadas em dias úteis, os resultados dos indicadores são acompanhados conforme esse parâmetro e, quando não atingido o objetivo, as justificativas são solicitadas aos setores responsáveis.

Nessas auditorias são acompanhados, também, o atendimento aos prazos internos estabelecidos para análise dos processos previdenciários.

Foram feitas, ainda, as auditorias mensais das folhas de pagamento dos aposentados e pensionistas e expedidos relatórios sobre a conformidade dos lançamentos, bem como sobre as constatações observadas ao setor responsável.

11.4.5. Compensação Previdenciária – Análise e envio de requerimentos.

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme os Manuais de Análise e de Envio de Requerimentos por meio das seguintes informações:

- Processo de contabilização do saldo de compensação previdenciária do mês;





- Controle de processos do setor, que contém a quantidade de processos passíveis de compensação recebidos no mês; e
- Indicador de Compensação Previdenciária.

11.4.6. Na Área Contábil/Financeira – Apuração do Pagamento do PASEP.

Mensalmente, o processo referente ao PIS/PASEP é enviado ao controle interno para fins de análise da conformidade de apuração e pagamento, com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 8 de 03/12/1970, momento em que é analisada a documentação acostada aos autos do referido processo (planilha contendo a base de cálculo, guias de pagamento, notas de empenho, notas de lançamento e outros), com expedição de laudo técnico pela conformidade.

Além disso, na ocasião da auditoria mensal, consulta-se o processo no Sistema de Gestão Eletrônica de Dados (SIGED) a fim de verificar se o pagamento das guias foi realizado no prazo previsto, uma vez que o laudo é expedido antes do pagamento. Em caso de atraso, justificativas são solicitadas, ao setor responsável, bem como plano de ação para evitar novas ocorrências.

11.4.7. Na Área Contábil/Financeira – Execução Orçamentária.

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Procedimento que define o setor de Planejamento como responsável pela elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) da autarquia e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais legislações vigentes, visando atender com eficácia e eficiência os objetivos da Manaus Previdência.

Foram analisadas as seguintes informações:

- Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira, contendo o comparativo da receita projetada x receita arrecadada, o demonstrativo da despesa empenhada, separado por fundos, bem como o orçamento executado por plano/ação.

Além disso, uma vez que todos os processos de despesa passam pela análise do controle interno, é verificada regularmente a conformidade dos empenhos





expedidos para cada pagamento e, por amostragem, confere-se o controle das alterações realizadas no orçamento inicialmente aprovado.

11.4.8. Investimentos.

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Análise de Riscos, de Autorização para Aplicação ou Resgate, de Credenciamento de Instituições Financeiras, de Elaboração da Política de Investimentos, Portaria MPS nº 519/2011 e Resolução nº 3.922/2010, mediante preenchimento de *checklist* específico, por meio do qual foi verificada a conformidade de 16 (dezesesseis) itens, após a análise das seguintes informações:

- Política Anual de Investimentos, as Autorizações de Aplicação e Resgate/APRs;
- Política Anual de Investimentos, as Autorizações de Aplicação e Resgate/APRs;
- Composição da Carteira de Investimentos;
- Edital e Credenciamentos das Instituições (amostra);
- Calendários, listas de frequência e Atas das Reuniões dos Conselhos;
- Relatório Mensal de Investimentos;
- Política de Gestão de Riscos; e
- Extratos dos Investimentos (amostra).

11.4.9. Jurídico – Defesa e cumprimento de decisões judiciais.

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Gestão do Contencioso, de Tutela Provisória e Procedimento (PRO.PROJUR.01), pela análise das seguintes informações:

- Relatório de defesas e cumprimentos de decisões judiciais;
- Controle de Processos e Prazos Judiciais; e
- Controle de Peças Judiciais.

11.4.10. Tecnologia da Informação – Acesso, Contingência, Cópia de Segurança e Política de Segurança da Informação.

A auditoria teve por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Contingência, de Controle de Acesso (físico e lógico), de Controle de Cópia de Segurança, Procedimento e Política de Segurança da Informação, pela





análise das seguintes informações:

- Cópia dos comprovantes de entrega de *login* e senha dos acessos criados no mês, se houver;
- Relatório das atividades de controle de cópia de segurança da informação, com as intercorrências ocorridas no mês;
- Relatório dos chamados recebidos no mês, especificando a quantidade atendida e a quantidade ainda pendente, se houvesse, com a respectiva justificativa;
- Informar se foi realizada a reunião do Comitê Gestor de Segurança da Informação, prevista para 10/03/2021, conforme calendário apresentado ao Controle Interno, por meio de evidências; e
- Evidenciar os resultados das pesquisas de satisfação acerca do atendimento às demandas dos servidores, aplicadas no primeiro trimestre de 2021.

11.4.11. Transparência – Informações Contidas nos sites da Manaus Previdência e Previdência Social.

As auditorias realizadas tiveram por objetivo analisar as seguintes informações:

- No site da Previdência Social: o Extrato de Regularidade do CRP, a fim de verificar se as informações requeridas para a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária estavam regulares; e
- No site da Manaus Previdências: a conformidade das informações publicadas, sugerindo melhorias, quando cabíveis. Amostra analisada: *links* Metas para 2021 e Legislação.

11.4.12. Ouvidoria.

As atividades de Ouvidoria, descritas no Manual de Ouvidoria e no Procedimento (PRO.AUDIN.02), são regularmente realizadas pelo Ouvidor, que atende às demandas do público externo à autarquia.

Foram elaborados relatórios contendo as informações do Canal “Fale Conosco”, como a quantidade de demandas recebidas e a quantidade respondida dentro da meta prevista, com comentários sobre os elogios, sugestões, reclamações e as tratativas pertinentes adotadas em cada caso. Foram compilados também os dados referentes às ligações recebidas pelo *Call Center*, com destaque para os assuntos mais relevantes.

Além disso, no referido relatório, também foram analisados os dados referentes





à pesquisa de satisfação, realizada mensalmente com os novos segurados, a fim de constatar se a meta proposta estava sendo cumprida, com destaque para as sugestões, elogios e reclamações, bem como para as tratativas adotadas em cada caso.

11.4.13. Manutenção das Ações do Pró-Gestão.

As auditorias tiveram por objetivo verificar a manutenção das ações exigidas pelo Programa Pró-Gestão, conforme disposto no Manual do Pró-Gestão, versão 3.2, acompanhando, também, a correção das não conformidades e da implementação das oportunidades de melhoria indicadas pelo auditor externo, responsável pela certificação da autarquia no referido programa.

Amostra analisada: Pilar 3.2 – Dimensão Governança Corporativa: 3.2.11. Ouvidoria, 3.2.12. Diretoria Executiva, 3.2.13. Conselho Fiscal, 3.2.14. Conselho Deliberativo.

11.4.14. Matrizes de Risco.

Considerando a boa prática de gestão adotada pela autarquia, de acompanhamento e controle dos riscos, mediante o registro das informações em matrizes específicas, foi realizada a auditoria amostral, com o objetivo de verificar a definição dos riscos, os controles utilizados, as ações planejadas ou executadas e as avaliações pertinentes.

Amostra analisada: Matrizes de Risco elaboradas pelos setores COMPREV, PROJUR e PSICO.

11.4.15. Acompanhamento de Pendências.

Todas as constatações identificadas durante as auditorias são acompanhadas até que o setor responsável apresente as tratativas implementadas para regularização da constatação ou justificativa acerca da impossibilidade de implementação da recomendação expedida.

11.4.16. Recomendações.

Sempre que necessário, são expedidas recomendações aos diversos setores da autarquia acerca das diversas informações analisadas em auditoria.





11.5 Cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.

Nos termos do Art.12 da Lei nº 2.419/2019, à Procuradoria Jurídica da Manaus Previdência compete a representação judicial, extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídico da Manaus Previdência, assim como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança administrativa ou judicial.

Sob este prisma, em relação às defesas judiciais nos processos que tramitam contra a Manaus Previdência, a Procuradoria atua apresentando as mais variadas peças judiciais em defesa do RPPS municipal até que se tenha o trânsito em julgado da decisão, como por exemplo: contestação, embargos de declaração, informações em MS, defesa ao ato impugnado, impugnação à execução, petição simples, apelação, recurso especial, recurso extraordinário etc.

No que pertine às decisões judiciais, seu acompanhamento se dá por meio do sistema *push* junto aos tribunais; pelo recebimento das publicações por e-mail pela empresa contratada para o serviço de monitoramento de publicações oficiais; pelo sistema *Advise Liber* da OAB e, principalmente, por meio de leitura de citações/intimações eletrônicas junto ao sistema e-SAJ do TJ/AM (Justiça Estadual), sendo, este último, o procedimento oficial, posto que a Fazenda Pública deve ser citada/intimada pessoalmente nos termos do Art.183, §1º do CPC.



– Decisões judiciais recebidas para cumprimento.

No primeiro semestre de 2021, a Manaus Previdência recebeu 5 (cinco) sendo 2 (duas) ordens referentes ao primeiro trimestre e 3 (três) ordens referentes ao segundo trimestre, conforme quadro abaixo:

DECISÃO JUDICIAL	REGRAS E PADRÕES LEGAIS (CF/88, CPC, ISO, NORMAS INTERNAS)	PROVIDÊNCIA MANAUS PREVIDÊNCIA	STATUS
14/01/2021 – Processo nº 0758086-34.2020.8.04.0001 – Defere tutela de urgência para determinar que a Manaus Previdência se abstenha de realizar os descontos por consignação em Folha de Pagamento, na pensão por morte de beneficiária da autarquia.	Verificar se de fato a autarquia consta no polo passivo da ação; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	Memo 001/2021 – PROJUR/MANAUS PREVIDÊNCIA solicitando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com a suspensão dos descontos por consignação em Folha de Pagamento, na pensão por morte de beneficiária da autarquia, determinados no Processo Administrativo nº 2020.17848.17894.0.00033 1.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17913.9.00039 0, fora informado o cumprimento da decisão judicial para a folha de pagamento de janeiro/2021. Interposto recurso de agravo de instrumento.
22/01/2021 – Processo nº 0202115-87.2021.8.04.0001 – Determina que a Manaus Previdência cesse os descontos a título de pensão alimentícia que vem sendo feitos nos proventos do segurado.	Verificar a veracidade da decisão judicial; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	Parecer 021/2021 – PROJUR/MANAUS PREVIDÊNCIA recomendando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com a cessação dos descontos efetuados no contracheque do segurado.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17894.0.00015 5, fora informado o cumprimento da decisão judicial para a folha de pagamento de março/2021.
29/04/2021 – Processo nº 0002172-58.2017.5.11.0010 – Determina que a Manaus Previdência informe se sócios da executada no processo judicial são beneficiários do RPPS municipal e, caso positivo, bloqueie 30% (trinta por cento) mensalmente do valor devido.	Verificar a veracidade da decisão judicial; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento	Despacho da PROJUR identificando a veracidade da decisão judicial e recomendando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com a verificação se os interessados são beneficiários e, caso positivo, que se proceda com o desconto mensal de 30% (trinta por cento) e deposite na conta	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17852.9.00563 6, fora informado que os interessados não são beneficiários deste RPPS, razão pela qual o cumprimento da decisão restou frustrada. Devidamente informado ao juízo de direito da 5ª Vara do Trabalho de Manaus.



	interno para viabilizar cumprimento.	informada pelo juízo.	
16/06/2021 – Processo nº 0646222-54.2021.8.04.0001 – Determina que a Manaus Previdência proceda com descontos mensais, a título de alimentos provisórios, em folha de pagamento de servidor desta autarquia, no importe de 30% (trinta por cento) de seus vencimentos líquidos.	Verificar a veracidade da decisão judicial; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	Despacho da PROJUR identificando a veracidade da decisão judicial e recomendando o cumprimento da decisão judicial no sentido de proceder com o desconto mensal de 30% (trinta por cento) dos vencimentos líquidos do servidor e depósito na conta informada pelo juízo.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17852.9.00842 5, fora verificado que o processo fora encaminhado ao SGP para providências em folha de pagamento e posterior envio à PROJUR para comunicação ao juízo de direito.
17/06/2021 – Processo nº 0648575-67.2021.8.04.0001- Determina que a Manaus Previdência conceda o benefício de pensão por morte em razão do falecimento da segurada (vínculos estatutários: 008.949-4B e 008.949-4C) sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), sem limite de dias	Verificar a veracidade da decisão judicial; Verificar existência de causa, impeditiva, extintiva ou suspensiva da obrigação. Verificar possibilidade/necessidade de recurso. Verificar prazo para cumprimento de decisão judicial. Verificar procedimento interno para viabilizar cumprimento.	MEMO Nº 023/2021-PROJUR recomendando cumprimento da decisão no sentido de conceder o benefício de pensão por morte em favor de dependente, na qualidade de filho maior inválido, em razão do falecimento da segurada (vínculos estatutários: 008.949-4B e 008.949-4C) sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), sem limite de dias.	Por meio do Doc. SIGED nº 2021.17848.17852.9.00854 7 (convertido no Processo SIGED 2021.17848.17851.0.00048 1), identificou-se o cumprimento do <i>decisum</i> através da publicação da Portaria nº 369/2021-GP/MANAUAS PREVIDÊNCIA com a concessão do benefício de pensão em ambas as matrículas.

Fonte: Projur

Fazendo um comparativo entre o primeiro trimestre (Janeiro, Fevereiro e Março) e o segundo trimestre (Abril, Maio e Junho) de 2021, observa-se que a maior parte, 60% (sessenta por cento) das ordens judiciais, 03 (três) foram emitidas no segundo trimestre, enquanto que 40% (quarenta por cento) foram emitidas no primeiro trimestre.

Em relação às requisições de pagamentos a serem efetuados pela Manaus Previdência, decorrentes de condenações em processos judiciais, no primeiro semestre de 2021 a autarquia não recebeu ordem para pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) mas recebeu 4 (quatro) ordens por meio de Precatório¹, conforme quadro abaixo:

1 Processos nº's: 0002516-10.2020.8.04.0000; 0002955-21.2020.8.04.0000; 0003554-57.2020.8.04.0000; 0002515-25.2020.8.04.0000





Vejamos as tabelas demonstrativas das informações supra:

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS – FEVEREIRO DE 2021		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	0	0
PRECATÓRIO	4	R\$ 298.100,00
VALOR TOTAL:		R\$ 298.100,00

Fonte: Projur

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS – 2º Trimestre/2021		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	1	R\$550,00
PRECATÓRIO	2	R\$53.277,43
VALOR TOTAL:		R\$53.827,43

Fonte: Projur

Fazendo-se um comparativo em relação ao volume de recursos (R\$) oriundos de condenações judiciais, observamos que no primeiro trimestre a autarquia recebeu ordens na monta de R\$298.100,00 (duzentos e noventa e oito mil e cem reais), o que representa 84,70% (oitenta e quatro inteiros e setenta centésimos por cento), enquanto no segundo trimestre a autarquia recebeu ordens na monta de R\$53.277,43 (cinquenta e três mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), o que representa 15,30% (quinze inteiros e trinta centésimos por cento).

Insta destacar que o procedimento para pagamento das ordens de RPV e Precatário obedece ao disposto no Art. 100 da CF/88, além do Art. 87 do ADCT, da Lei Municipal nº 716, de 04 de novembro de 2003 (que define o que é obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública Municipal) e da Resolução nº 003/2014 – TJ/AM.

Destaca-se também que a Resolução nº 303/2019 – CNJ trouxe importantes orientações acerca dos pagamentos de condenações judiciais proferidas contra Fazenda Pública. Referida resolução uniformizou as normas para pagamentos de precatórios em todo o país, trazendo segurança jurídica, dado que, até então, cada tribunal de justiça adotava procedimentos próprios em relação aos pagamentos, submetendo o credor às regras locais. Além disso, trouxe regras sobre padronização dos índices de correção monetária, erro material no cálculo dos débitos, liquidação dos pequenos valores,





spread das aplicações financeiras dos recursos destinados ao pagamento dos precatórios, substituição de credores falecidos, entre outros temas.

Cumpre destacar também, posto que passível de aplicação contra a autarquia, as regras que possibilitam o fracionamento de precatório, consubstanciadas na aplicação do §2º do Art. 100 c/c §2º do Art. 102, ambos da CF/88 e do Art. 9º c/c Art. 74, ambos da Resolução nº 303/2019 – CNJ, os quais tratam do pagamento de parcela superpreferencial para os credores idosos (60 – sessenta anos), portadores de doença grave ou portadores de deficiência, que poderão receber o valor referente ao triplo (regra) ou quádruplo (no caso de vigência de regime especial de precatórios trazida pela EC nº 62/2009) daquele definido como obrigação de pequeno valor (no município de Manaus – 15 salários mínimos).





11.6. Tecnologia da Informação.

A Tecnologia da Informação é um dos principais agentes de mudanças organizacionais com atribuições voltadas a questões estratégicas de apoio à integração operacional, organizacional e funcional, contribuindo para um ambiente institucional moderno e integrando as ações de todos os setores e encontra guarida no objetivo estratégico “Modernizar a Infraestrutura”, nas estratégias 6.1 “Prover soluções tecnológicas integradas e seguras” e 6.2 “Investir constantemente na modernização e no desenvolvimento de Tecnologia da Informação como forma de sempre oferecer uma melhor prestação de serviços aos beneficiários e servidores da Manaus Previdência”.

11.6.1. Segurança da Informação.

Neste primeiro semestre, foram dedicados esforços nas adequações referentes Lei Geral de Proteção de Dados (lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), que passará a vigorar com sanções a partir de Agosto/2021. Organizou-se grupo de trabalho composto por servidores da ASTEC, PROJUR, SARQ, SMAT e STIN, sendo que, das ações imediatas foi a sugestão de cursos relacionados à matéria da LGPD, para o MRA dos setores. As próximas atividades estão discriminadas e plano de ação elaborado pela Assessoria Técnica.

O Plano de Contingência foi revisado com pequenos ajustes de metodologia, considerando-se o evento de auditoria interna.





11.6.2 Atividades do Setor de Tecnologia da Informação.

Janeiro	• Reinstalação e configuração do novo servidor Alfresco; • Revisão da documentação da rede Diagramas; • Revisão da sistemática de <i>backup</i>; • Reconfiguração e atualização do servidor Syslog; e • Atualização e reconfiguração do Zabbix (monitoramento da rede e ativos).
Fevereiro	• Elaboração ETP para Aquisição de Suprimentos de Informática; • Desenvolvimento formulário de envio de documentos sate: satemanausprev.interativoti.com; • Implantação do Sistema De Cursos/MRA do Setor SGEP; e • Início da revisão documental: "Revisão da Documentação Pró-Gestão e SGQI": 1. Plano de Contingência; 2. Instruções de Trabalho; 3. Manual de <i>backup</i>; 4. POSIC em consonância com LGPD; 5. Criação do Plano Diretor de TI; 6. Procedimento de manutenção preventiva e corretiva; 7. Matriz de Risco; e 8. Controle de acesso.
Março	• Preenchimento e entrega da LNC 2021; • Reunião com a equipe da Secretaria de Comunicação (SECOM), Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) e direção e envolvidos para definição do apoio técnico e roteiro das cenas; • Apoio na Criação das Telas E Apresentação da Audiência Pública; • Apoio testes para montagem cenário Audiência Pública no auditório SUBTI; • Apoio nas realocações dos computadores no setor de atendimento; • Apoio Na Transmissão Oficial da Audiência Pública; • Entrega Relatório AUDIN Tratativas Fev/2021; • Apoio na gravação dos vídeos do Feliz Vida Nova; • Envio <i>email</i> Solicitando Declaração de Instabilidade No Sistema (SIGED), para justificativas de prazos e de processos; • Apoio ao sate nas melhorias no portal da Manaus Previdência; e • Atualização da aplicação antivírus do servidor e replicação dos <i>desktops</i>;





Abril	• Mudança de Setores – <i>Call Center</i>, Audin, Supinv e Astec; • Edição dos vídeos e publicação; • Atualização da instrução de trabalho conforme novo decreto; • Retirada do rack da subti (doação) para instalação na sala do antigo almoxarifado; • Elaboração do relatório de governança primeiro trimestre 2021; • Atualização do servidor de alvaraes do windows para linux aplicação <i>wifi ubiquiti</i>; • Elaboração do termo de referência aquisição de licenças perpétuas – <i>microsoft office professional plus 2019</i> e <i>microsoft windows server 2019 standard</i>; e • Apoio técnico na apresentação de indicadores via <i>google meet</i>.
Maio	• Apoio Técnico para a Reunião dos RH's Manausprev Intinerante.
Junho	• Solicitação da Criação do domínio <i>Rpc.Manaus.Am.Gov.Br</i> e <i>E-Mail</i> <i>Rpcm Manaus@Pmm.Amgov.Br</i>; • Apoio à Audiência Pública Divulgação E Esclarecimentos Do <i>Rpc Manaus</i>; • Psico – Atualização Do Ícone Serviço Social/Serviços No Site Da Manaus Previdência; • Atualizações do Formulário de envio de documentos SATE; • Desenvolvimento do Sistema de Agendamento; • Elaboração – Matriz de Partes Interessadas; • Atualização do Sistema Operacional do <i>Windows 7</i> para <i>Windows</i>; e • Alimentação das Informações no Site <i>RPC Manaus</i>.

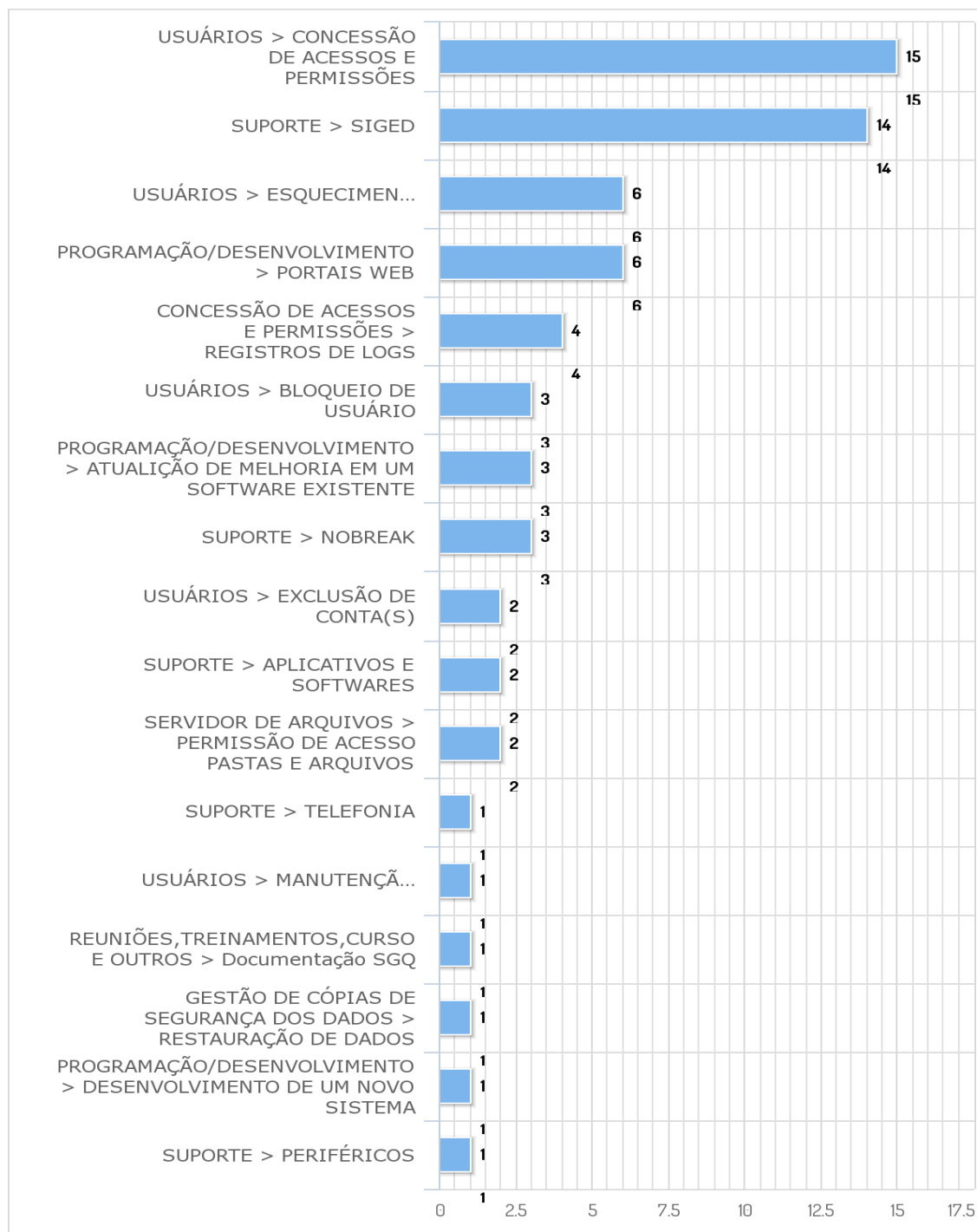
Fonte: Stin



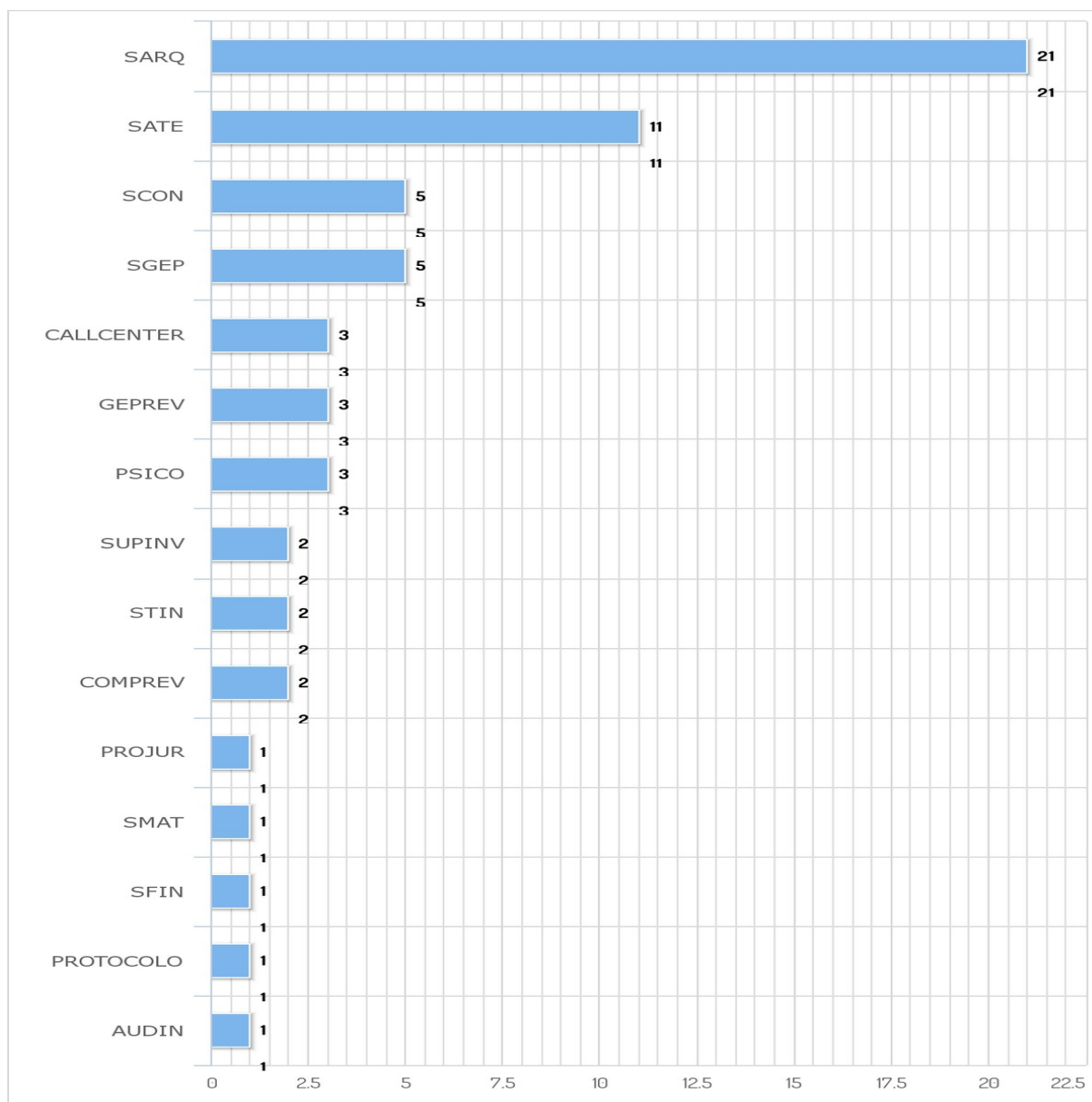
11.6.3 Registros de chamados de Suporte.

A melhoria de processos de serviços de TI pode ser alcançada por meio da utilização do uso da ferramenta de Gestão Livre de Parque de Informática (GLPI), a qual auxilia os métodos gerenciais para resolução de problemas.

11.6.3.1 Gráfico – 1: Quantitativo de atendimento por categoria – 2º trimestre.



Fonte: Stin

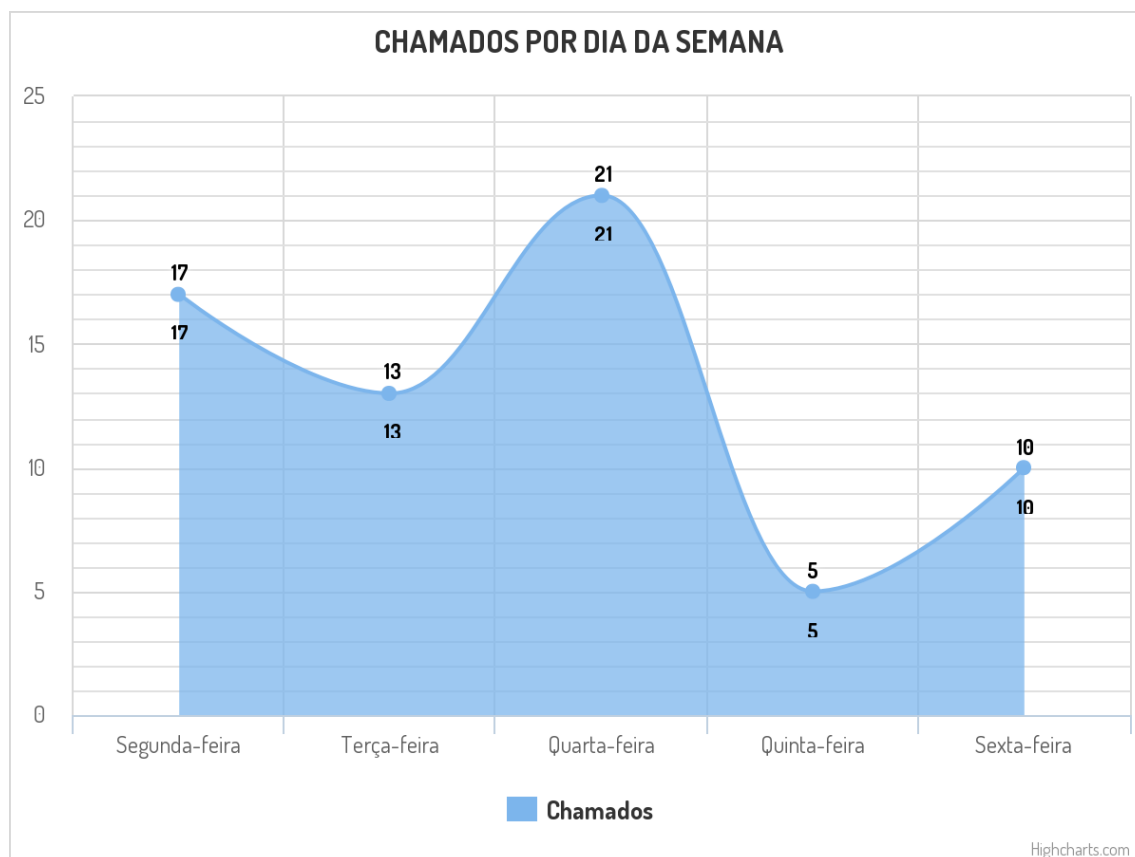

11.6.3.2 Tabela 1: Chamados por localização – 2º trimestre.


Fonte: Stin



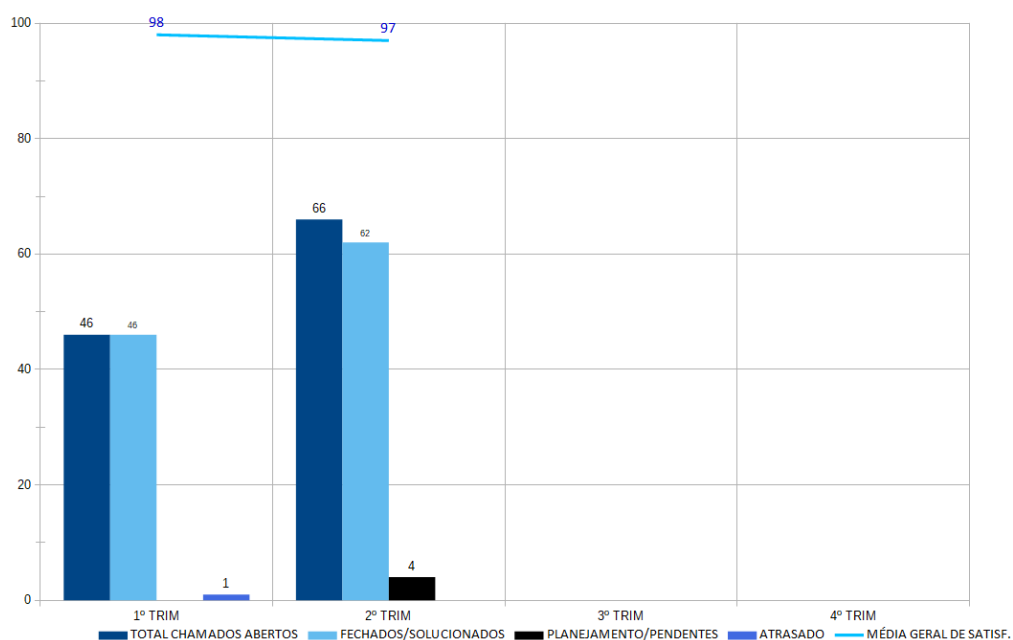


11.6.3.3 Gráfico – 2: Chamados por dia da semana e horário – 2º trimestre.



Fonte: Stin

11.6.3.4 Gráfico – 3: Pesquisa de Satisfação – 2º trimestre.



Fonte: Stin





11.7. Atividades Psicossociais e de Educação Previdenciária.

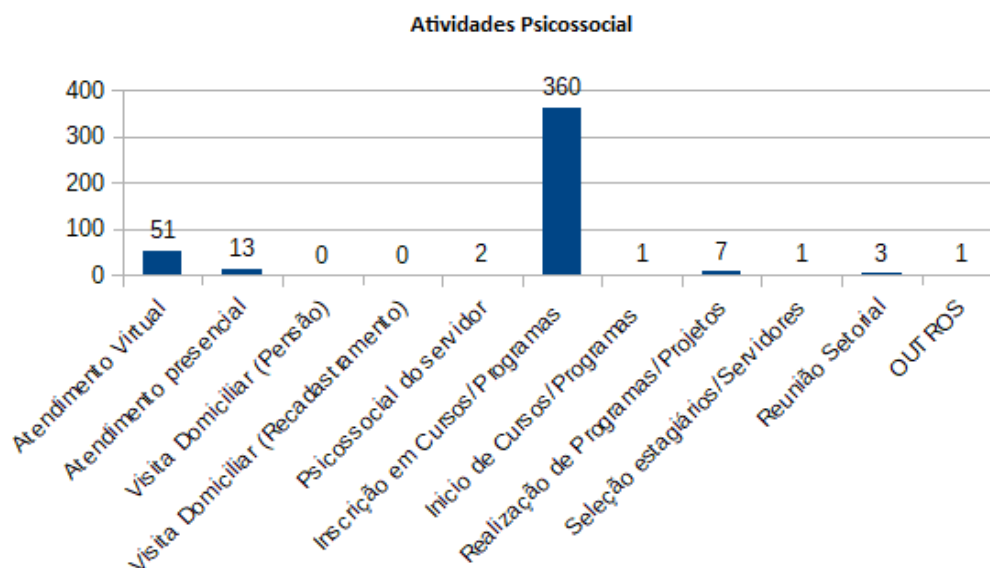
Considerando o Decreto nº 5.073 (DOM 5087), de 01 de maio de 2021, que estabeleceu o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito da Administração Pública Municipal, as atividades presenciais no setor estão gradativamente retornando. Em atendimento aos Protocolos de Prevenção à Saúde da Organização Mundial de Saúde, os atendimentos presenciais passaram a ser feitos mediante agendamento, via Sistema de Agendamento da Manaus Previdência – SAGEM.

As visitas domiciliares nos casos de pensão por morte são providências essenciais para o melhor entendimento da dinâmica familiar, possibilitando conhecer *in locus* um extrato da realidade familiar. Contudo, no segundo trimestre, assim como no primeiro, devido ao cenário pandêmico, não ocorreram visitas.

As entrevistas sociais, nos casos de pensão, foram realizadas via contato telefônico e envio de documentação por *e-mail*. No que se refere as visitas domiciliares e/ou institucionais para cadastramento, em atendimento à Portaria nº 344/2020 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA, estão temporariamente suspensas.

Nos gráficos a seguir pode-se visualizar os atendimentos realizados pelo Setor Psicossocial.

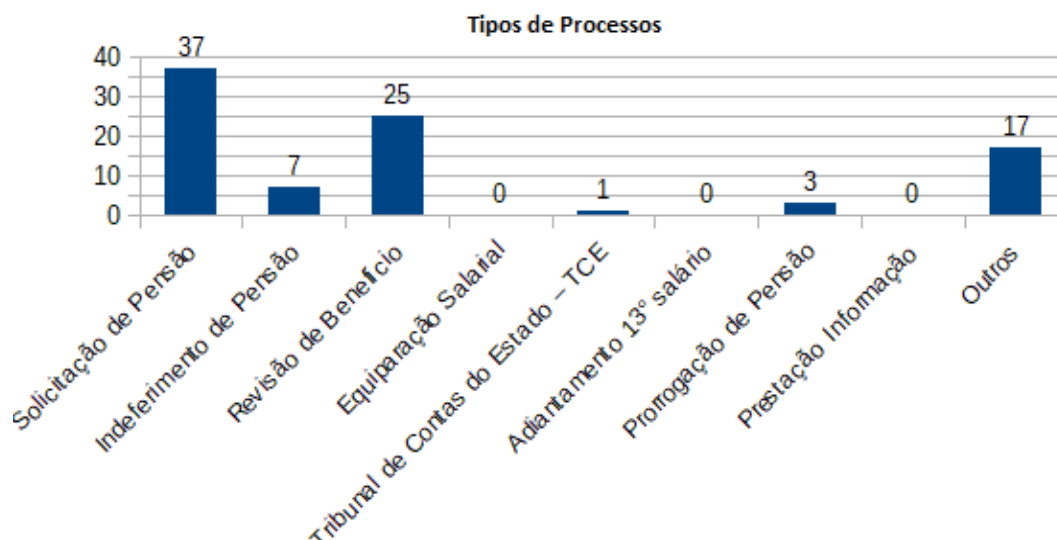


Gráfico 1: Atividades Psicossocial.


Fonte: Psicossocial

No segundo trimestre de 2021 a autarquia manteve os atendimentos virtuais, retornando, gradativamente, aos atendimentos presenciais efetuados bem como realizando alguns programas/projetos. Assim, neste trimestre, houve a realização de 07 (sete) programas, a saber: Programa ManausPrev Itinerante (dois eixos), Vitalidade, Pensando o Futuro e Acolher, totalizando 360 (trezentos e sessenta) inscritos. Tivemos 51 (cinquenta e um) atendimentos virtuais, 13 (treze) atendimentos presenciais, 02 (dois) atendimentos de Psicossocial do servidor, 01 (uma) seleção de estagiário/servidor e 03 (três) reuniões setoriais.

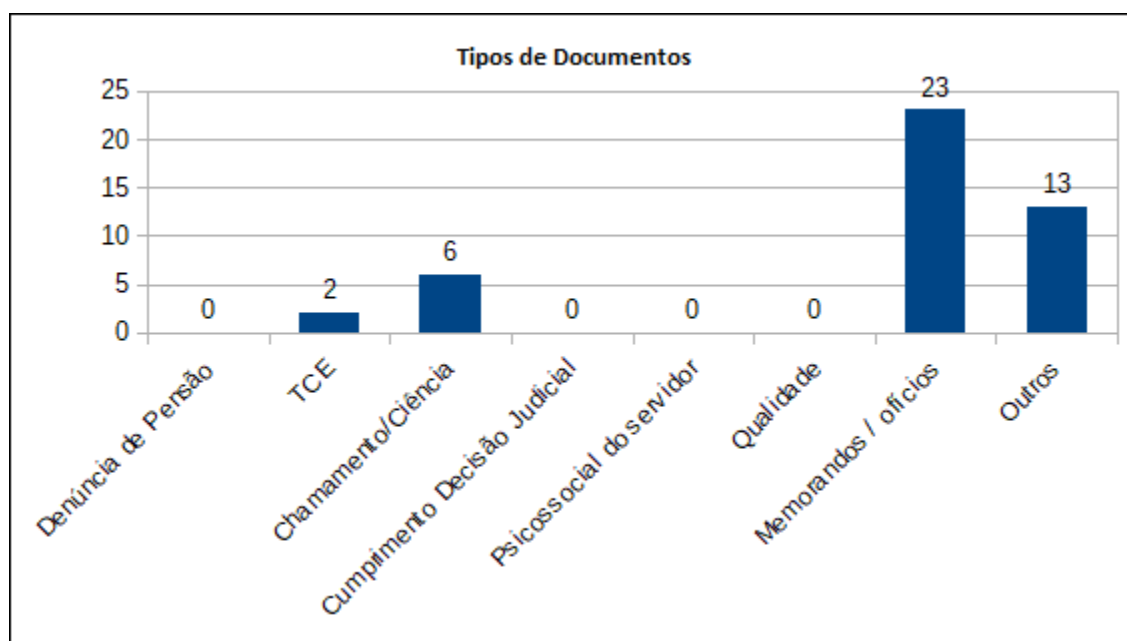



Gráfico 2: Processos Psicossocial.


Fonte: Psicossocial

Conforme o gráfico acima, que se refere aos atendimentos realizados no segundo trimestre de 2021, via processos, as solicitações de pensão, correspondem ao total de 37 (trinta e sete) e representaram o maior quantitativo, seguido de Revisão de Benefícios, com 25 (vinte e cinco); Indeferimento de Pensão, com 07 (sete); Prorrogação de Pensão, com 3(três); 01 (um) Processo do TCE e 17 (dezessete) classificados como “outros” que se referem à antecipação 13º salário, Isenções IR, Documento pendente Pensão por Morte, Impugnação à pensão previdenciária e instauração de processo administrativo.




Gráfico 3: Documentos Psicossocial.


Fonte: Psicossocial

No segundo trimestre de 2021, conforme o gráfico acima, foram analisados 44 (quarenta e quatro) documentos, a maioria referente a memorandos/ofícios, sendo 23 (vinte e três) memorandos e/ou ofícios, além de 06 (seis) chamamentos/ciência, 02 (dois) do TCE e 13 (treze) diversos classificados como “outros”.

11.7.1 Principais programas, projetos e ações realizados no segundo trimestre.

O ano de 2021 teve início com as tratativas referentes aos Programas e projetos desenvolvidos e executados pela Manaus Previdência. Foram planejadas as atividades e definido o calendário de execução para 2021.

No segundo trimestre de 2021, alguns programas e projetos foram executados, alguns na modalidade virtual e outros presenciais. Cabe destacar que todas as atividades e ações foram planejadas priorizando-se as recomendações das organizações de saúde e com o olhar atento ao público beneficiário das ações, os idosos, que por sua vez, são considerados grupo de risco.





A) Programa Vitalidade

O programa é composto por projetos, cursos, ações e serviços que ocorrem na Manaus Previdência durante todo o ano. São realizadas parcerias com diversas instituições, como por exemplo: Universidade Aberta da Terceira idade (UNATI), Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI), Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), Eletrobrás, Águas de Manaus, Manaustrans, Manausmed, Delegacia do Idoso, Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Serviço Social do Comércio (SESC), faculdades, entre outros.

• Cursos

Os cursos do Programa Vitalidade são comumente ofertados pelas instituições parceiras e realizados presencialmente na Sede da Manaus Previdência, todavia, em 2021, em atendimento aos protocolos de prevenção da Covid-19, houve uma redução e uma nova metodologia de realização. Para o calendário de 2021, estão previstos 02 (dois) cursos, de forma virtual, sendo 01 (um) em cada semestre. No primeiro semestre foi ofertado, pela Manaus Previdência, o Curso Exercitando a Memória que teve duração de três meses (março-maio), foi ministrado pela psicóloga Stéfani Dias e contou com participação de 12 (doze) alunos. O segundo curso, inglês básico, será ofertado pela Escola de Ensino Superior – ESPI, em parceria com a Manaus Previdência, e está planejado para acontecer em Agosto de 2021.

• Ações e serviços

Os serviços presenciais, em 2021, como medida de segurança, permanecem suspensos até que se tenha o controle da disseminação do vírus e/ou liberação do estado e da prefeitura para realização de tais serviços.

Assim, foram e têm sido realizadas apenas ações à distância e/ou ações socioeducativas virtuais. No segundo trimestre de 2021 foram realizadas 02 (duas) ações: em maio, foi feita uma homenagem ao dia das mães, em que cada servidora-mãe da Manaus Previdência, recebeu, em sua residência, um pequeno arranjo de flores com cartão alusivo ao seu dia e, em junho, foi produzido um pequeno vídeo informativo de Prevenção da Violência contra Pessoa Idosa.





Educação Previdenciária no primeiro trimestre de 2021

1. Programa de Orientação para Aposentadoria – PREPARAPREV.

Com o atual cenário pandêmico, o cronograma e as ações deste programa foram adaptadas e estão previstas para ocorrerem no segundo semestre.

Serão disponibilizados 03 (três) módulos na categoria à distância, isto é, na modalidade *online*, conforme o cronograma a seguir.

TABELA 1 – Cronograma de Execução do Preparaprev 2021:

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19			
MÓDULO	DATA	TEMA	PÚBLICO-ALVO
1º Módulo	06/10/2021	Reflexões sobre a importância da preparação para aposentadoria.	Servidores públicos municipais.
2º Módulo	13/10/2021	Cuidados com a saúde em tempos de pandemia.	
3º Módulo	20/10/2021	Legislação previdenciária municipal.	

Fonte: Psicossocial

2. ManausPrev Itinerante

Em 11.03.2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia de Covid-19 (coronavírus). Em razão disso, a Prefeitura de Manaus editou diversos decretos, nos quais determinou a adoção de medidas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos, agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença na cidade de Manaus.

Assim, os treinamentos, cursos, reuniões ou eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal permaneceram suspensos no primeiro trimestre de 2021. Desse modo, os cronogramas das ações do Programa Manausprev Itinerante também não puderam ser executados na modalidade presencial.

Após análise e considerando o nível atual de restrição legal de locomoção de pessoas na cidade e, principalmente, por questões de saúde e segurança dos servidores, públicos-alvo e da sociedade em geral, será realizada, de forma virtual. A medida se faz necessária para dar cumprimento às orientações sanitárias e legais que





restringem a locomoção de pessoas na cidade, bem como impedem a aglomeração.

Assim veremos a seguir, por eixos, como será executado o programa:

1) Reuniões com os servidores que atuam nos setores de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas das Secretarias.

Para o ano de 2021 foram planejadas 02 (duas) reuniões, uma a cada semestre. A primeira reunião aconteceu no dia 25/05/21, via *google meet*, e contou com a participação de 46 (quarenta e seis) servidores que atuam nos setores de Gestão de Pessoas das secretarias dos municipais.

2) Palestras Previdenciárias aos servidores ativos em geral.

Para o ano de 2021 foram planejadas 05 (cinco) palestras previdenciárias.

TABELA 2 – Cronograma de Execução do Manausprev Itinerante 2021:

CRONOGRAMA PREVISÃO 2021			
DATA	PÚBLICO-ALVO	ASSUNTO	EXPLANADOR
JULHO	SEMED	- Readaptação; - Regra Diferenciada; e - Acumulação de cargos.	Caio César
AGOSTO	SEMSA	- Incorporação de Parcelas Temporárias; - Acumulação de cargos; e - Aposentadoria Especial (Ativ. Nocivas).	Ewerton Luiz
SETEMBRO	Todas as secretarias	- Mudanças na Reforma; - Acumulação Benefícios; e - Alíquota do Servidor.	Daniela Benayon
OUTUBRO	Todas as secretarias	- Contribuição sobre cargo comissionado/função confiança; - Contribuição facultativa; e - Averbação Tempo de Contribuição.	Ana Silvia Domingues
OUTUBRO	Servidores ativos e inativos	Financeiro no pós-pandemia.	Flávio Castro

Fonte: Psicossocial

Além das palestras planejadas, houve a demanda dos Agentes Comunitários de Saúde. Assim, no dia 19/05/2021 foi realizada uma palestra virtual com a participação de 33 (trinta e três) agentes de saúde.





3. Projeto Feliz Vida Nova

Em 2021, de modo especial, o Feliz Vida Nova será realizado na modalidade virtual conforme o cronograma abaixo..

TABELA 3 – Cronograma de Execução do Projeto Feliz Vida Nova 2021:

CRONOGRAMA PREVISÃO/2021: EM ATENDIMENTO AOS PROTOCOLOS DE PREVENÇÃO A COVID-19	
DATA	PÚBLICO-ALVO
14/07/2021	Aposentados de Janeiro a Junho/2021
19/01/2022	Aposentados de Julho a Dezembro/2021

Fonte: Psicossocial

4. Pensando o Futuro.

Em 2021 este projeto tem ocorrido de forma mista, isto é, com o envio dos materiais e vídeos orientativos na modalidade virtual e a oferta de um aconselhamento ao jovem e à família de modo presencial, bem como a oferta de orientação profissional para os que tiverem interesse. No primeiro semestre de 2021, foram atendidos presencialmente 07 (sete) jovens, destes 1 (um) está realizando a orientação profissional. Na modalidade virtual os materiais foram encaminhados a 21 (vinte e um) jovens).

5. Projeto Acolher

O Projeto Acolher é voltado aos pensionistas que tiverem o benefício de pensão por morte deferido e tem por objetivo informá-los acerca de seus direitos e deveres, bem como oferecer suporte psicológico para lidar com o processo de luto de forma mais equilibrada e saudável. Esse Projeto teve início em 15/04/2021 com 10 (dez) inscritos.

A primeira versão do projeto atendeu pensionistas enlutados que tiveram o benefício de pensão concedido no primeiro trimestre de 2021. Os participantes foram acolhidos e orientados por meio de uma primeira reunião virtual com o setor psicossocial, gerência de previdência e diretora-presidente da Manaus Previdência. Em seguida foi ofertado um atendimento psicológico individual, momento em que os dez foram atendidos virtualmente dentro de seu horário disponível e encaminhados ao





atendimento psicológico em grupo, que teve a duração de 8 (oito) sessões estruturadas.

Nos atendimentos em grupo houve grande evasão, de modo que, no último encontro, apenas 1 (uma) participante esteve presente. Analisando os possíveis motivos dessa situação constatamos que tanto a dificuldade com as tecnologias virtuais quanto o próprio tema do projeto são desafios para os participantes. Ainda assim, percebemos que o impacto positivo causado no atendimento de uma pessoa é justificativa suficiente para a manutenção do projeto.

Como tentativa para diminuir a evasão, na segunda versão será ofertado o primeiro atendimento individual na modalidade presencial, momento em que também serão acolhidas as dificuldades tecnológicas. Além disso, será agregado ao projeto o trabalho de psicoeducação, como modo de familiarizar os segurados ao tema do luto, sanando dúvidas e fornecendo orientações.

6. Podcast Previdenciários – Prevcast aos servidores ativos e aposentados.

Além dos vídeos, haverá a gravação de *podcasts* (informativos em formato de áudio), cujo objetivo é tratar de conteúdos pontuais da previdência com uma linguagem simples e objetiva, que possa ser compreendida pelos segurados, beneficiários e sociedade em geral.




TABELA 4 – Cronograma de *Podcast* Previdenciários 2021:

CRONOGRAMA PREVISÃO 2021			
DATA	PÚBLICO-ALVO	ASSUNTO	EXPLANADOR
Julho	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Funcionamento atendimento Manausprev	Ana Silvia Domingues
Julho	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Alteração da Alíquota Previdenciária	Ana Silvia Domingues
Agosto	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Regime de Previdência Complementar	Daniela Benayon
Agosto	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Pensão por Morte	Ana Silvia Domingues
Agosto	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Recadastramento	Ana Silvia Domingues
Agosto	Beneficiários.	Programas e projetos Manausprev	Paula
Setembro	Servidores ativos, aposentados e pensionistas.	Tema livre-escolha	Rafael Lauria

Fonte: Psicossocial




11.8. Concessão de Benefícios.

No primeiro e segundo trimestres do ano de 2021, foram analisados 196 (cento e noventa e seis) processos de aposentadoria, o que representa um aumento de 139% (cento e trinta e nove por cento) em relação ao primeiro trimestre de 2021, quando foram analisados 82 (oitenta e dois) processos de aposentadoria. Daqueles 196 (cento e noventa e seis) processos analisados, foram concedidas 94 (noventa e quatro) aposentadorias, ou seja, 48% (quarenta e oito por cento) dos processos.

Importante ressaltar que isso não significa, necessariamente, que os demais pedidos foram indeferidos, visto que muitos foram devolvidos às secretarias por motivos diversos como, por exemplo, incompatibilidades de horários, incorreções na instrução, ausência de autenticação das certidões de tempo de contribuição digitais etc.

Cabe informar que, dos 94 (noventa e quatro) processos de aposentadoria concedidos, 86 (oitenta e seis) eram aposentadoria por tempo de contribuição, 3 (três) por invalidez e 5 (cinco) por idade.

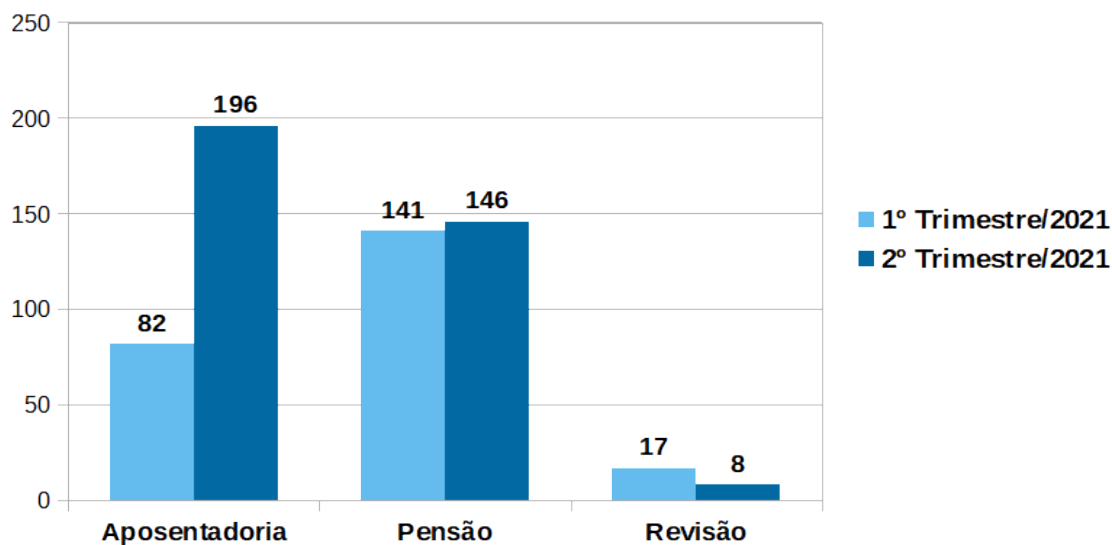
Por seu turno, foram analisados 146 (cento e quarenta e seis) processos de pensão por morte no segundo trimestre de 2021, o que representa um aumento de 4% (quatro por cento) em relação ao primeiro trimestre, quando foram analisados 141 (cento e quarenta e um) processos de pensões. Daqueles, foram deferidos 81 (oitenta e um) pedidos de pensão por morte.

Quanto aos processos de Revisão de Benefícios, que passaram a integrar o escopo deste Setor de Concessão em 2019, foram analisados 8 (oito) processos, no segundo trimestre de 2021, dos quais foram deferidos 5 (cinco) pedidos de revisão.



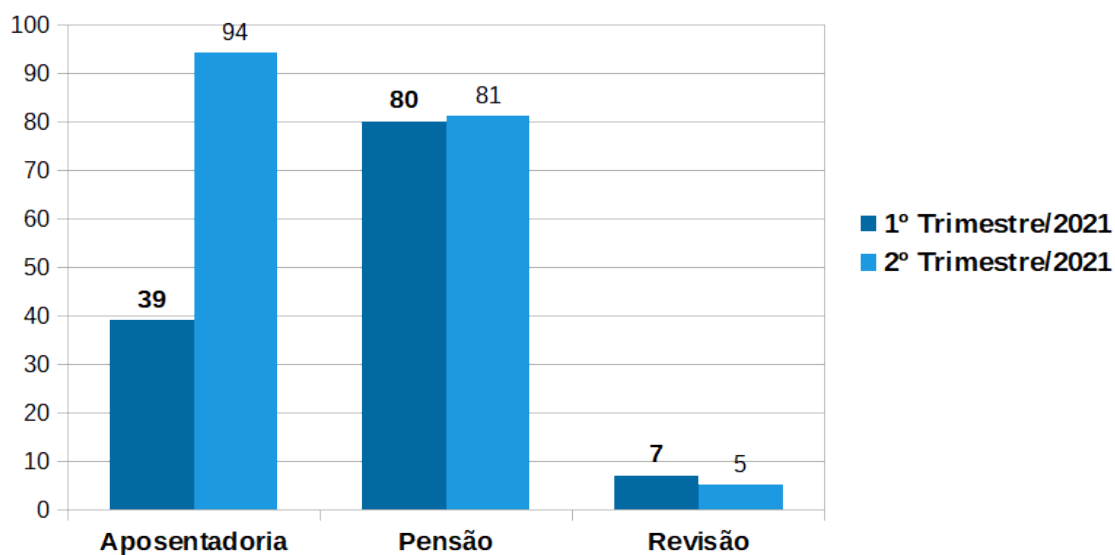


Processos Analisados



Fonte: Scon

Processos Deferidos



Fonte: Scon





Quanto ao cumprimento dos prazos processuais, informamos que o prazo regular para Concessão de Aposentadoria é de 18 (dezoito dias) úteis e, excepcionalmente, por meio do Memorando nº 015/2021-DIPREV, os processos recebidos a contar de 01/05/2021 a 31/07/2021, terão o prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis.

Assim, a autarquia atendeu o prazo em 80% (oitenta por cento) dos casos, no segundo trimestre de 2021, alcançando a meta de 80% (oitenta por cento). No mesmo período, Manaus Previdência concedeu 94% (noventa e quatro por cento) das pensões por morte dentro do seu prazo, que atualmente é de 20 (vinte) dias úteis.

Com relação aos processos de revisão de benefícios, no segundo trimestre de 2021, o prazo de 35 (trinta e cinco) dias úteis foi alcançado em 83% (oitenta e três por cento) dos casos, superando a meta proposta de 80% (oitenta por cento).



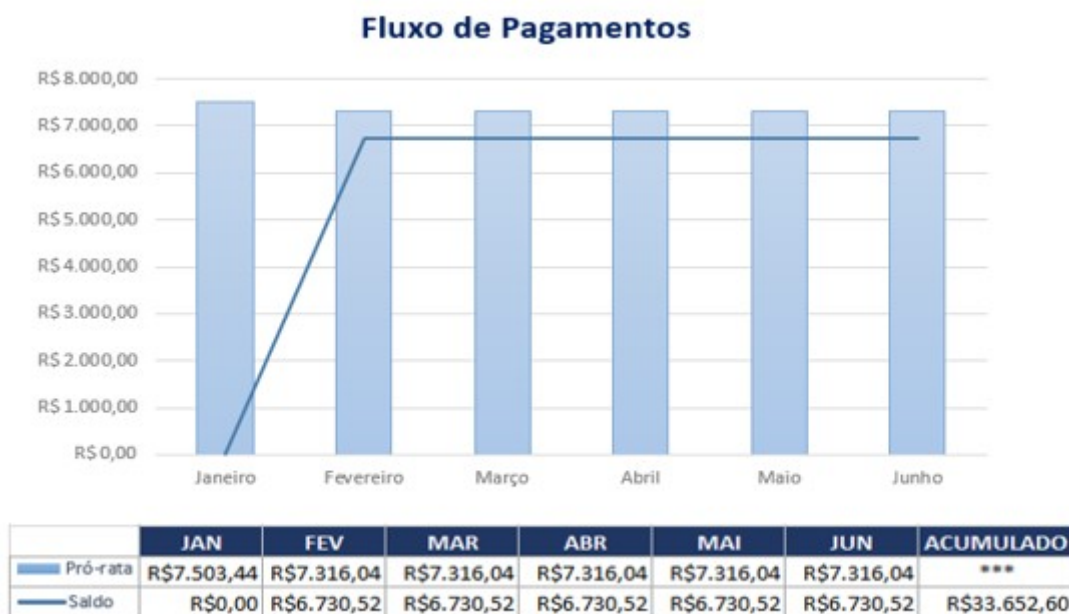
11.9. Compensação Previdenciária.

Primeiramente, é importante destacar que o novo Sistema COMPREV entrou em exercício no dia 1º de dezembro de 2020, visando à melhoria dos processos e procedimentos da compensação previdenciária, iniciados com a edição do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

Com a implementação do novo COMPREV, o sistema passou a adotar as novas regras previstas no Decreto nº 10.188/2019 e, em relação ao fluxo de pagamento, uma grande mudança foi a substituição do bloqueio de proporcionalidade pela aplicação de juros e multas.

Atualmente, a Manaus Previdência possui 28 (vinte e oito) compensações ativas e a pró-rata mensal referente a esses benefícios é de R\$ 7.316,04 (sete mil, trezentos e dezesseis reais e quatro centavos). O valor total arrecadado até o mês de junho foi de R\$ 33.652,60 (trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

Em contrapartida, a pró-rata mensal cabível ao INSS continua em R\$ 585,82 (quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), valor este relativo às três compensações ativas em favor do Regime Geral de Previdência Social.

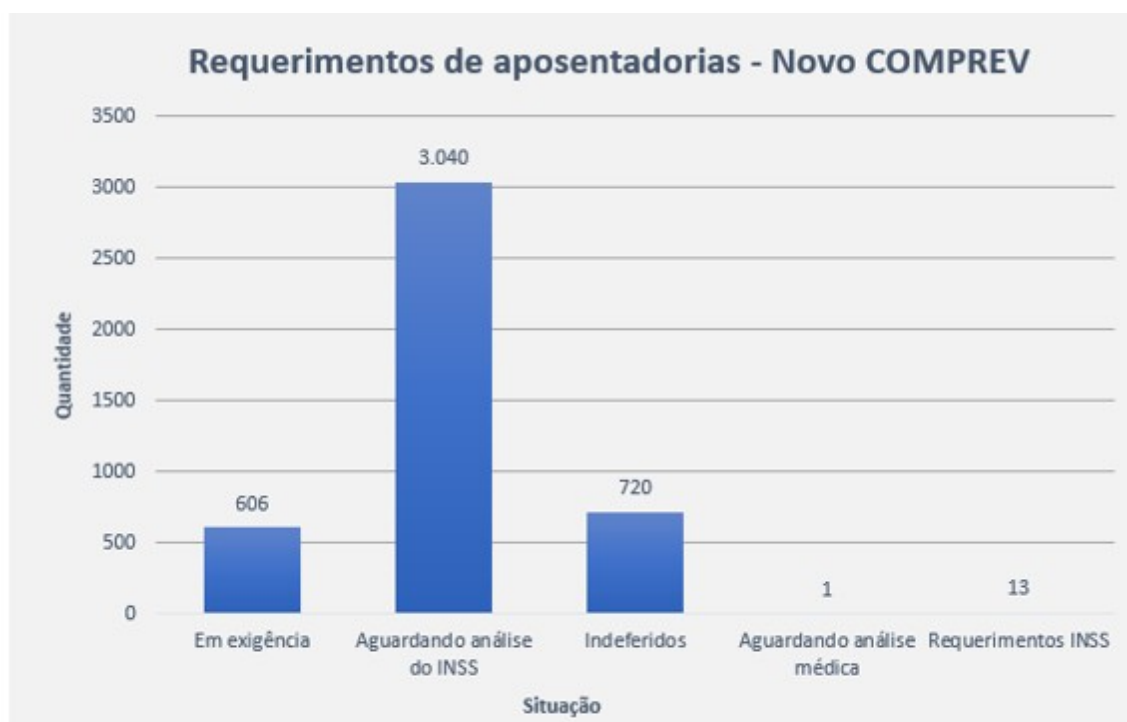


Fonte: Comprev



Ressalta-se que não houve nenhuma análise e/ou deferimento dos requerimentos protocolados por este RPPS; por este motivo, os valores da compensação permanecem estagnados.

Quanto ao envio e à análise de requerimentos da Compensação Previdenciária, a situação atual dos requerimentos de compensação previdenciária, formalizados no Novo Comprev, no primeiro semestre é: 606 (seiscentos e seis) requerimentos em exigência; 3.040 (três mil e quarenta) requerimentos aguardando análise pelo INSS; 720 (setecentos e vinte) requerimentos indeferidos pelo INSS; 1 (um) requerimento aguardando análise médica; 13 (treze) requerimentos do INSS pendentes de análise, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Sistema BG-Comprev

Ademais, no segundo trimestre, objetivou-se dar continuidade às atividades iniciadas em janeiro, tais como enviar os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, homologados pelo Tribunal de Contas, bem como encerrar as exigências dos requerimentos, conforme detalhado no quadro abaixo.





REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA / PENSÃO							
CATEGORIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Recebidos	0	0	0	0	0	0	0
Analizados	0	1	13	0	0	0	14
Enviados	4	50	77	125	13	3	272
Exigências encerradas	182	61	2	11	76	86	418
TOTAL	186	112	92	136	89	89	704

Fonte: Comprev

Da avaliação do semestre, verifica-se que, apesar da falta de análise dos seus requerimentos pelo INSS, a Manaus Previdência tem se dedicado a reduzir a quantidade de requerimentos que estão em exigência, de modo que eles ingressem na fila de análise do RGPS, bem como enviar o máximo possível de novos requerimentos a fim de alcançar futuras concessões, elevando, assim, a arrecadação da compensação previdenciária.





12. CANAIS DE ATENDIMENTO.

Os números registrados pelos canais de atendimento no segundo trimestre de 2021 foram:

ITEM	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Atendimentos Via Fale Conosco	132	97	91	320
Atendimentos Via Call Center	665	960	768	2393
Atendimentos Via Web chat	42	28	22	92

Fonte: Ouvidoria/Audin

A Manaus Previdência possui o prazo de 7 (sete) dias úteis para resposta às solicitações do “Fale Conosco”. O canal está disponível para os internautas que acessam diretamente o site da Manaus Previdência por meio do link <http://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/fale-conosco>, bem como dentro do Portal do Segurado. Também é possível entrar em contato enviando e-mail para manausprevidencia@pmm.am.gov.br. O *web chat*, que é um canal interativo de mensagens instantâneas, está disponível no site da autarquia.

Em relação à pesquisa de satisfação, no segundo trimestre foram entrevistados 154 (cento e cinquenta e quatro) beneficiários, de um universo de 175 (cento e setenta e cinco) benefícios concedidos. Foram registradas 25 (vinte e cinco) manifestações, sendo 02 (duas) reclamações e 23 (vinte e três) elogios. Para toda as reclamações e sugestões são registradas as tratativas realizadas.

Abaixo, seguem os resultados da pesquisa de satisfação:

Tabela – 1: Pesquisa de satisfação.

Em uma escala de 1 a 5, como você avalia sua experiência com os nossos serviços?

Resultado Geral	ABR	MAI	JUN	2º Trimestre	2021
5 Ótimo	48	52	37	137	237
4 Bom	4	6	1	11	23
3 Regular	0	1	3	4	4
2 Ruim	0	2	0	2	2
1 Péssimo	0	0	0	0	0
Satisfação	100%	95%	93%	96%	98%
Meta	80%	80%	80%	80%	80%

Fonte: Ouvidoria/Audin





13. CONCLUSÃO.

A conquista da certificação Pró-Gestão, Nível IV, no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios comprova que, os levantamentos efetuados neste relatório, demonstram que os padrões de controles internos da Manaus Previdência possuem um alto grau de maturidade em governança corporativa e nos processos de gestão da autarquia.

Importante ressaltar, como fator preponderante para o alcance dos objetivos e metas traçados no Planejamento Estratégico Organizacional, o empenho e o esforço dos gestores da Manaus Previdência, assim como a participação de todos os setores envolvidos na busca dos resultados expressivos alcançados pela autarquia e no cumprimento de sua missão institucional em respeito aos preceitos legais que norteiam a matéria previdenciária.

Destaca-se, ainda, a manutenção da certificação ISO e a atualização para versão 9001:2015, fundamentais para a maximização dos resultados e melhoria contínua na prestação de serviços ao cliente.

Cabe destacar também, a excelente adaptação da Manaus Previdência, ao regime de teletrabalho, exercido desde março de 2020 pela autarquia e, determinado, a princípio, pelo Decreto nº 4.789 de 24 de março de 2020 – prorrogado por decretos posteriores no decorrer do ano de 2020 – sendo mantido ainda em 2021.

Fica evidente, portanto, que a Manaus Previdência, exercendo, há mais de um ano, suas atividades em regime de *home office*, com economia administrativa e sem prejuízo a quaisquer de suas atividades e ao atendimento das necessidades de seus segurados, de seus beneficiários, da sociedade em geral e, ainda, cumprindo os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, demonstra manter seu comprometimento e sua eficiência diante da missão de assegurar os direitos previdenciários aos segurados e dependentes, observando os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, contribuindo com a gestão fiscal e responsável do Município e também diante de sua visão de transformar a Manaus Previdência em uma previdência digital e acessível a todos os beneficiários até 2025.



Órgão Colegiado Superior de Gestão Deliberativa (CMP)

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP			
Lei nº 2.419/2019 (DOM Edição 4567) Decreto nº 4.364, de 1º de abril de 2019 – Regimento Interno (DOM Edição 4568) Decreto de 07 de janeiro de 2020 – Biênio de 2020 a 2022 (DOM Edição 4760)			
Membros	Função	Início de Mandato	Representação
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon Lyvia Belém Martins Guimarães	Presidente Suplente	04.01.2020	Poder Executivo
Marcelo Magaldi Alves Lourival Litaiff Praia	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Poder Executivo
Vanessa Cardoso Carneiro Laura Guerreiro Bezerra Maria Edna Araújo Karliley Karla Capucho	Membro Titular Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representantes dos Servidores Ativos
Rossicleide Brandão da Fonseca Ivone Araújo da Silva Altina Magalhães de Souza Lucilene Florêncio Viana	Membro Titular Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representantes dos Aposentados e Pensionistas
Walber Moraes dos Reis Clenia da Costa Gondin	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Legislativo – CMM

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cmp-conselho-municipal-de-previdencia/>

Órgão Colegiado Consultivo e de Fiscalização (COFIS)

CONSELHO FISCAL – COFIS			
LEI Nº 2.419 DOM EDIÇÃO 4567 DECRETO Nº 4.364, DE 1º DE ABRIL DOM EDIÇÃO Nº 4568 – Regimento Interno da Manaus Previdência Biênio de 2020 a 2022 (Decreto de 07.01.2020 – Publicado no Diário Oficial, edição nº 4753 e Decreto de 07.04.2020 Publicado no Diário Oficial, edição nº 4815.			
Membros	Função	Início de Mandato	Representação
Suani dos Santos Braga Ruth Freire de Souza Rosiane da Silva Brito Lucy Correia Oliveira Paula	Presidente Suplente Membro Titular Suplente	04.01.2020	Servidores Ativos
Mariolinda Correa Garcia dos Santos Orlanide de Souza Paiva	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Executivo
Antônio da Silva Breves	Membro Titular	12.03.2020	Representante dos Servidores Inativos Aposentados e Pensionistas
Eli Camilo Custódio Nelson Costa e Silva	Membro Titular Suplente	04.01.2020	Representante do Poder Legislativo – CMM

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cofis-conselho-fiscal/>

Órgão Colegiado Superior de Gestão Deliberativa (CODIR)

CONSELHO DIRETOR – CODIR		
Lei nº 2.419/2019 (DOM Edição 4567) Decreto nº 4.364, de 1º de abril de 2019 – Regimento Interno (DOM Edição 4568) Decreto de 1º de abril de 2019 – Biênio de 2018 a 2020 (DOM Edição 4568)		
Membros	Início de Mandato	Cargo
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon	01.02.2019	Diretora-Presidente
Lyvia Belém Martins Guimarães	01.02.2019	Diretora de Administração e Finanças
Ana Silvia dos Santos Domingues	01.02.2019	Diretora de Previdência

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/codir-conselho-diretor/>





Comitê de Investimentos (COMINV)

COMITÊ DE INVESTIMENTOS – MANAUS PREVIDÊNCIA				
Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019 (DOM, edição nº 4567) Decreto nº 4.846, de 18 de junho de 2020 – Regimento Interno (DOM, edição nº 4863) Portaria nº 144/2021 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA (DOM, edição nº 5064)				
Membros	Função	Início de Mandato	Representação	Certificação
Flavio Rodrigues de Castro	Presidente	01.04.2019	Superintendente de Investimentos	CGA
Marcelo Magalde Alves	Membro	01.04.2019	Representante do CMP	CPA-10
Eli Camilo Custódio	Membro	01.04.2021	Representante do COFIS	CPA-10
Fernando Krichanã dos Santos	Membro	01.04.2019	Representantes dos Servidores Efetivos vinculados ao RPPS	CPA-20, AAI
Jânio José Paes Guimarães	Membro	01.04.2019		CPA-10
Carlos Michael Maia Rodrigues	Membro	01.04.2021		CPA-20
Eduardo Alves Marinho	Membro	01.04.2021		CPA-10

Fonte: <https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/cominv-comite-de-investimentos/>

Órgãos de Assessoramento Direto

Procurador-Chefe: Rafael da Cruz Lauria

Auditores-chefe: Andresa Nogueira do Carmo

Chefe de Gabinete: Cláudia da Costa Feijão

Assessora Técnica: Márcia de Oliveira Assunção

Assessora de Comunicação: Cinthia Maria Guimarães Moura

Superintendência de Investimentos: Flávio Rodrigues de Castro

Gerências

Previdência: Francisca Poliane Lima Rio

Administração e Finanças: Thiago Freitas da Silva

Coordenadores

Aíla Maria Pereira do Nascimento

Alessandra de Lima Braga Mendonça

Antônio Roberto da Silva Sousa

Bruna Veloso Vieira Machado

César Braz de Oliveira

Cristiane Marcela Moura de Sá

Paula Suellen Frota de Melo Mendes

Gláucia Almeida Gomes Miranda da Silva

Laíse Caroline Oliveira Alves





Lucas de Souza Batalha
Carlos Michael Maia Rodrigues
Vívian Araújo Noronha Lima





ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO CONSELHO DIRETOR DA MANAUS PREVIDÊNCIA – CODIR

Aos 06 (seis) dias do mês de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09:00 h (nove horas), reuniu-se o Conselho Diretor da Manaus Previdência (Codir), com a presença dos membros: **Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon** (Diretora-Presidente), **Thiago Freitas da Silva** (Diretor de Administração e Finanças, em exercício) e **Ana Silvia dos Santos Domingues** (Diretora de Previdência), com fulcro no art. 11, *caput*, da Lei n.º 2.419/2019, para análise e deliberação do assunto a seguir descrito: 1) **Resultado da Pesquisa de Satisfação referente ao 1º Semestre de 2021 (siged nº 2021.17848.17910.9.013655)**. A Ouvidoria da Manaus Previdência apresentou o Relatório que diz respeito à consolidação das informações do 1º Semestre de 2021, contendo 12 (doze) laudas e dividido em: Apresentação (Público, Período, Método e Questionário), Avaliação, Observações (Reclamações, Sugestões e Elogio) e Resultado. O público refere-se aos 133 (cento e trinta e três) aposentados e 161 (cento e sessenta e um) pensionistas que tiveram benefícios concedidos entre janeiro a junho de 2021, sendo que do total de 294 (duzentos e noventa e quatro) novos beneficiários, 266 (duzentos e sessenta e seis) participaram efetivamente da pesquisa, o que representa um percentual de 90% (noventa por cento). Consignou-se no Relatório que a pesquisa é realizada quase que diariamente, à medida que os benefícios são publicados no Diário Oficial do Município. A Astec (Assessoria Técnica), responsável pelo controle de publicações, repassa os dados ao Call Center, que entra em contato com o aposentado/pensionista para informá-lo sobre a concessão de seu benefício e, ao final, realiza a pesquisa de satisfação. Desde fevereiro, foi implementado o novo método de pesquisa: o CSAT (*Customer Satisfaction Score*), que consiste na abordagem por meio de uma pergunta, focada na avaliação da experiência do cliente quanto à prestação do serviço, qual seja: “Em uma escala de 1 a 5, qual a sua nota para avaliar a sua experiência com os serviços prestados pela Manaus Previdência? Respostas: 5) Ótimo; 4) Bom; 3) Regular; 2) Ruim; 1) Péssimo”. O Relatório conta ainda com a demonstração completa das reclamações, com a informação da categoria do beneficiário (aposentado ou pensionista),





a manifestação do indivíduo e a tratativa dada pela Autarquia. Assim, o resultado da pesquisa referente ao 1º semestre de 2021 teve como índice de satisfação a marca de 98% (noventa e oito por cento), acima da meta de 80% (oitenta por cento), sendo, portanto, aprovado por unanimidade pelo CODIR. Ato contínuo, determinou-se o envio dos autos ao CMP para deliberação final. **2) Relatório de Governança referente ao 2º trimestre de 2021.** Em seguida, foi apresentado o Relatório de Governança Corporativa referente ao 2º trimestre do ano de 2021, que é resultado da compilação das informações, dados e documentos encaminhados pelos órgãos competentes, e elaborado pela Assessoria Técnica (ASTEC). Com efeito, o encaminhamento do Relatório em epígrafe ao CODIR se deu em razão do disposto no art. 31, inciso VI, do Regimento Interno da Manaus Previdência, segundo o qual, à ASTEC compete: *“VI – encaminhar o Relatório de Governança Corporativa, semestralmente, para análise e aprovação do Diretor-Presidente, COFIS e CMP”*. Na ocasião, os apontamentos feitos pelos membros do CODIR concentraram-se em pequenos ajustes de formatação de página, algumas disposições de dados e correções de redação. Foi verificado, lado outro, que o Relatório apresentado com 125 (cento e vinte e cinco) laudas, composto por 13 (treze) Capítulos (1. Apresentação, 2. Síntese Histórica, 3. Imagem Institucional, 4. Dados dos segurados, 5. Receitas, 6. Despesas, 7. Evolução da Situação Atuarial, 8. Gestão de Investimentos, 9. Limites de alçada, 10. Publicação das atividades dos órgãos colegiados, 11. Atividades Institucionais, 12. Canais de Atendimento e 13. Conclusão), observou os requisitos mínimos exigidos pelo Manual do Pró-Gestão versão 3.2, de 1º de abril de 2021, para a certificação Nível IV, a saber: a) dados dos segurados, receitas e despesas; b) evolução da situação atuarial; c) gestão de investimentos; d) publicação das atividades dos órgãos colegiados; e) atividades institucionais; e, f) canais de atendimento; com periodicidade trimestral. Dessa forma, os membros do CODIR decidiram aprovar o Relatório de Governança Corporativa referente ao 2º trimestre de 2021, submetendo-o à deliberação do Conselho Fiscal (COFIS) e do Conselho Municipal de Previdência (CMP), nesta ordem. E, não havendo mais nada a ser tratado, a Diretora-Presidente deu por encerrada



Manaus
Previdência
Autoridade Municipal



a reunião, da qual eu, Karen Nunes Guimarães, Chefe Especial, participei e redigi a presente Ata.

THIAGO FREITAS DA SILVA
Diretor de Administração e Finanças,
em exercício.

ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES
Diretora de Previdência

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
Diretora-Presidente

Endereço:
Av. Constantino Nery, Nº 2.480 Chapada, CEP 69.050-001.
Telefone: (92) 3186-8000

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES EM 08/09/2021 15:13:44
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON EM 08/09/2021 13:41:39
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: THIAGO FREITAS DA SILVA EM 08/09/2021 12:50:17

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <http://siged.manaus.am.gov.br/verifica/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 0294C245





PARECER 13/2021 – CONSELHO FISCAL – COFIS

Os membros participantes da 4ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho Fiscal (COFIS) da Autarquia **MANAUS PREVIDÊNCIA – MANAUSPREV**, ocorrida em 08 de setembro de 2021, no desempenho de suas competências de que trata o artigo 3º, da Resolução nº 01/2020 – COFIS/MANAUS PREVIDÊNCIA, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus Edição nº 4945, de 13 de outubro de 2020, após examinarem o **Relatório de Governança Corporativa, referente ao segundo trimestre de 2021**, opinam **FAVORAVELMENTE** pela aprovação, submetendo-o assim, à apreciação dos membros conselheiros do Conselho Municipal de Previdência – CMP.

Manaus/AM, 08 de setembro de 2021.

(Assinatura digital)

SUANI DOS SANTOS BRAGA
Presidente do Conselho Fiscal – COFIS

(Assinatura digital)

MARIOLINDA CORRÊA GARCIA DOS SANTOS
Membro Conselheira Titular

(Assinatura digital)

ROSIANE DA SILVA BRITO
Membro Conselheira Titular

(Assinatura digital)

ANTONIO DA SILVA BREVES
Membro Conselheiro Titular

(Assinatura digital)

ELI CAMILO CUSTÓDIO
Membro Conselheiro Titular





REGISTROS DE ASSINATURAS

ELETRÔNICAS

O arquivo
20210908091438_parecer_n_13_2021_cofis__aprova_relato_de_governan_a_2_trimestre_2021.
pdf do documento **2021.17848.17916.9.014008** foi assinado pelos signatários

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
ELI CAMILO CUSTÓDIO 163.051.322-91	08/09/2021 09:18:02 (LOGIN E SENHA)
ROSEANE DA SILVA BRITO 618.356.252-15	08/09/2021 09:22:59 (LOGIN E SENHA)
ANTONIO DA SILVA BREVES 031.717.522-04	08/09/2021 09:25:02 (LOGIN E SENHA)
MARIOLINDA CORRÊA GARCIA DOS SANTOS 234.137.432-87	08/09/2021 11:27:49 (LOGIN E SENHA)
SUANI DOS SANTOS BRAGA 313.636.602-68	08/09/2021 11:35:22 (LOGIN E SENHA)

**Manaus
Previdência**
Autarquia Municipal



Manaus
Prefeitura Municipal



PARECER Nº 15/2021 – CMP/MANAUS PREVIDÊNCIA

Os membros participantes da 9ª Reunião Ordinária de 2021 do Conselho Municipal de Previdência (CMP) da Manaus Previdência – MANAUSPREV, ocorrida em 09 de setembro de 2021, no desempenho de suas competências de que trata o artigo 2º da Resolução nº 002/2020 – CMP/MANAUS PREVIDÊNCIA, publicada no Diário Oficial do Município de Manaus Edição nº 4945, de 13 de outubro de 2020, após examinarem o **Relatório de Governança Corporativa**, referente ao **segundo trimestre de 2021**, deliberam por sua **APROVAÇÃO** final.

Manaus/AM, 09 de setembro de 2021.

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
Presidente do Conselho Municipal de Previdência – CMP

MARCELO MALGADI ALVES
Membro Conselheiro Titular

VANESSA CARDOSO CARNEIRO
Membro Conselheira Titular

MARIA EDNA ARAÚJO
Membro Conselheira Titular

ROSSICLEIDE BRANDÃO DA FONSECA
Membro Conselheira Titular

ALTINA MAGALHÃES DE SOUZA
Membro Conselheira Titular

WALBER MORAES DOS REIS
Membro Conselheiro Titular





REGISTROS DE ASSINATURAS

ELETRÔNICAS

O arquivo parecer_n_15_2021_cmp__aprova_rgp_2__trimestre_de_2021.pdf.p7s do documento **2021.17848.17912.9.014060** foi assinado pelos signatários

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
MARIA EDNA ARAÚJO 308.951.383-87	09/09/2021 10:53:46 (LOGIN E SENHA)
VANESSA CARDOSO CARNEIRO 343.958.222-15	09/09/2021 10:58:15 (LOGIN E SENHA)
ALTINA MAGALHÃES DE SOUZA 193.214.142-15	09/09/2021 11:14:34 (LOGIN E SENHA)
WALBER MORAES DOS REIS 240.504.072-72	09/09/2021 11:27:29 (LOGIN E SENHA)
DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON 474.482.292-49	09/09/2021 12:37:16 (CERTIFICADO DIGITAL)
MARCELO MAGALDI ALVES 313.785.362-15	10/09/2021 10:30:24 (LOGIN E SENHA)
ROSSICLEIDE BRANDÃO DA FONSECA 034.316.572-49	10/09/2021 13:23:26 (LOGIN E SENHA)